ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Diretoria Executiva

Diretor: Reitor *Prof. Marcionilo de Barros Lins*

Diretor-Assistente: *Prof. Luiz Delgado*

Secretário: *Prof. César Leal*

CONSELHO DIRETOR

Prof. Aluísio Bezerra Coutinho

Prof. Arlindo Pontual

Prof. Ariano Suassuna

Prof.ª Cecília Maria Domenica Sanioto Di Lascio

Prof. Lourival Vilanova

Prof. Nilo Pereira

Prof. Ruy João Marques

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Est-s univ-s R. Cult. Univ. Fed. Pe. | Recife | Vol. 13 | n. 4 | p. 5-138 / 1-82 | out. / dez. 1973

Estudos universitários; revista de cultura da Universidade Federal de Pernambuco. v. 1 — jul./set.— , 1962 — Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1962 — trimestral.

De jul. 1962 até agô. 1964 foi publicado sob o título Estudos universitários; revista de cultura da Universidade do Recife.

Diretor: 1962-agô. 1964, João Alfredo Gonçalves da Costa Lima. 1964-set. 1971, Murilo Humberto de Barros Guimarães. 1971-agô. Marcionilo de Barros Lins.

1. Educação Superior — Periódicos. I. Título.

378.4 (CDD, 16. ed.)
378.5 (813.41) (05) (CDU)

Pe-UF
BC-71-1754

OFERTA
Universidade Federal de Pernambuco
Biblioteca Central - Cidade Universitária
50000 Recife . Pernambuco- Brasil

Livros, cartas e pedidos de assinatura devem ser enviados para: ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS — Av. Prof. Moraes Rêgo — Cidade Universitária — Recife — Pernambuco — Brasil

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

Ensaios

Cristóvão Raush, um ourives alemão em Olinda 1617-1619 — *José Antônio Gonsalves de Mello* 5

Fenômeno Urbano e Trópico — *Mário Lacerda de Melo* 21

Uma aproximação hidrográfica com as perspectivas energéticas do Nordeste — *Rachel Caldas Lins* 41

Rádio Educativa não escolarizada — *Palhares Moreira Reis* 71

Camões e a exemplaridade histórica — *Nelson Saldanha* 83

O orientador educacional e a orientação vocacional — *Rubem Eduardo da Slva* 93

Educação Médica e Saúde — *Galdino Loreto e Arnaldo di Lascio* 111

Poesia

Adiamentos — *Jorge Wanderley* 1

COLABORADORES

JOSÉ ANTÔNIO GONSALVES DE MELLO
Historiador, autor de uma biografia em três volumes de João Fernandes Vieira, professor titular de História da Universidade Federal de Pernambuco.

MÁRIO LACERDA DE MELO
Geógrafo, professor de geografia da UFPe; autor de numerosos livros sobre sua especialidade. O trabalho que divulgamos neste número foi apresentado ao Seminário de Tropicologia cujo diretor é o sociólogo-antropólogo Gilberto Freyre.

RACHEL CALDAS LINS
Professor adjunto de Geografia da UFPe; autora de ensaios sobre problemas relacionados com o Nordeste, tem representado a Universidade em diversos Congressos e Reuniões Científicas nacionais e internacionais.

PALHARES MOREIRA REIS
Professor de Ciência Política da UFPe, realizou na Europa estudos pós-graduados de Direito Internacional. Durante alguns anos exerceu cargos administrativos na Universidade, tendo sido também diretor da Rádio Universitária.

NELSON SALDANHA
Doutor em Direito, livre docente e professor titular da UFPe, autor de numerosos livros sobre assuntos literários, Direito e Ciências Sociais.

RUBEM EDUARDO DA SILVA
Mestre em Educação pela Universidade de Iowa (USA), professor de Medidas Educacionais da Faculdade de Educação da UFPe.

GALDINO LORETO E ARNALDO DI LASCIO
Psiquiatras, ambos da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco.

JORGE WANDERLEY
Poeta da nova geração, médico, faz parte da equipe de especialistas do Hospital de Neuro-Cirurgia do Recife.

Cristóvão Rausch, um ourives alemão em Olinda, 1617-1619

JOSÉ ANTÔNIO GONSALVES DE MELLO

Quando D. Francisco de Sousa esteve a pesquisar no sul do Brasil, em fins do século XVI e princípios do seguinte, minas de pedra e metais preciosos, fez vir para o ajudarem no trabalho várias pessoas experientes no trato desses minerais. Um documento da Biblioteca da Ajuda, de Lisboa, oferece uma lista de mineiros, fundidores, ferreiros e serralheiros trazidos às capitanias do sul no período de 1586 a 1604 (1). Divulgou-o o Sr. Severino Sombra. De acordo com esse documento, ao tempo do primeiro governo de D. Francisco de Sousa (1591-1602) vieram servir no Brasil um mineiro, com duzentos mil réis de ordenado cada ano, dois fundidores com cem mil réis cada um, Mestre Cristóvão, lapidador de esmeraldas, com cento e sessenta mil réis de ordenado por ano, um mestre de adubar pérolas com ordenado igual e um ferreiro e mestre de consertar foles com cem mil réis de ordenado anual. De todos eles o único mencionado pelo nome é o lapidador "Mestre Cristóvão". (2)

Por outras indicações foi possível identificar alguns desses auxiliares de D. Francisco de Sousa, embora os nomes nos tenham chegado estropiados: um mineiro natural da Alemanha chamado Jaques Oalte; um outro especializado na construção de engenhos de ferro de nome Geraldo Beting, holandês da Gueldria, ao que parece; com igual experiência era o flamen-

---

(1) Biblioteca da Ajuda, códice 51-VIII-25 fls. 11/12v, relacionado por Carlos Alberto Ferreira, *Inventário dos Manuscritos da Biblioteca da Ajuda referentes à América do Sul* (Coimbra, 1946) n.º 27.

(2) Severino Sombra, "A primeira casa da moeda no Brasil", *Anais do Primeiro Congresso de Numismática Brasileira* 1.º vol. (São Paulo, 1937) pp. 565/566 e 710.

go Cornélio de Arzing — sendo que os dois últimos, com os apelidos aportuguesados em Betim e Arzão, deixaram descendência ilustre em São Paulo. (3)

O manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, "Coleção de listas impressas e manuscritas dos autos de fé públicos e particulares da Inquisição de Lisboa, corrigida e anotada por Antônio Joaquim Moreira" dá notícia de que no auto-de-fé de 9 de dezembro de 1619 tinha saído penitenciado um "Cristóvão Raus, tudesco, ourives de ouro, morador em Pernambuco, donde veio preso por ter certo livro". (4) No Cartório da Inquisição de Lisboa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, pude localizar o processo respectivo, de número 5·586.

Teve ele origem com a denúncia feita contra o alemão por dois colegas de profissão, em Olinda em 27 de fevereiro de 1617. O assunto foi trazido perante Antônio Teixeira Cabral, Administrador do eclesiástico e Comissário da Santa Inquisição nas Capitanias da Paraíba e Pernambuco. Cabral assina os papéis usando a designação de seu cargo, nunca o nome: "O Administrador" ou "O Administrador da Parayba" (sic). (5) O "escrivão de nossa Camera" era Paulo de Sousa, beneficiado da igreja matriz de Olinda.

Os denunciantes foram Antônio Rodrigues e João Martins, ambos ourives da prata, aquele de 28 anos de idade, este de 29, todos dois moradores na rua de São Pedro da então capital de Pernambuco. A 1.º de março também foi ouvida a mulher daquele, Damiana Ferreira. Referiu Rodrigues que Cristóvão Rausch sendo notificado para pagar certa dívida, "ele denunciante aconselhara ao dito Cristóvão Raus se alevantasse e tra-

(3' Francisco de Assis Carvalho Franco, *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil* (São Paulo, 1954) pp. 393/397.

(4) Fundo Geral códice 863 fls. 71v.

(5) A criação da Administração eclesiástica da Paraíba e Pernambuco é assunto por estudar. Leia-se Cônego José do Carmo Baratta, *História Eclesiástica de Pernambuco* (Recife, 1922) pp. 22/24 e nota de Frei Venâncio Willeke a Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil* 5a. ed. (São Paulo, 1965) p. 344 nota.

tasse de se embarcar por razão de não pagar a dita dívida, e que o sobredito Raus tanto que fora notificado tratara logo de tirar fora de casa todo seu fato e o pusera dentro de 24 horas em casa dele denunciante e de João Martins, também ourives da prata, e se fora recolher ao Colégio da Companhia de Jesus, aonde ora estava recolhido para se embarcar nesta frota para o Reino, donde uma noite viera a casa do dito João Martins em busca de um livro e buscando-se o livro na dita casa não aparecera e chegando ele denunciante na mesma ocasião a casa do dito João Martins, e por se não achar o dito livro, foram os ditos denunciante e denunciado, a casa dele denunciante, aonde estava parte do fato, para ver se aparecia o dito livro, e que no caminho, vendo-o ele denunciante fazer tantas diligências pelo livro, sem lhe lembrar de alguma prata e ouro que tinha na casa dele denunciante, lhe perguntara que livro era o que vinha buscar àquelas horas com tanta pressa e que se aquietasse porquanto ele lho levaria ou mandaria ao outro dia, ao que o dito Cristóvão Raus respondera que lhe importara levar o dito livro logo, porquanto era contra a fé, e que chegando a casa dele denunciante se fizera logo diligência no fato do dito Cristóvão Raus sobre o dito livro e que tirando-o de um caixão lhe dissera ele denunciante que lhe mostrasse o livro, para saber que livro era, e que o dito Raus lho não quisera mostrar, antes o metera em uma algibeira dizendo-lhe que era a Sagrada Escritura traduzida na própria língua do dito denunciado, coisa que ele denunciante não podia entender, e que passadas estas palavras, a que estiveram presente Damiana Ferreira, mulher dele denunciante, o dito Cristóvão Raus se fora para o Colégio com o dito livro".

João Martins disse que não sabia mais que, estando o alemão homiziado no Colégio da Companhia em Olinda, por certa dívida por que o queriam obrigar a requerimento do Bispo da Bahia, "viera uma noite a casa dele testemunha, aonde tinha parte do seu fato, e que com muita pressa e fervor lhe perguntara por um livro, dizendo-lhe se acaso dava fé entre o mais fato de um seu livro que tinha encadernado em umas tábuas negras, o qual livro ele testemunha tinha visto em casa do denunciado algumas vezes, dizendo mais como não servia para

ele testemunha porquanto o não podia entender", não sendo o livro, porém, encontrado. E recordou que, certa vez, em casa do alemão, pegara ele, Martins, "em um livro, da marca de um breviário, pequeno, velho, encadernado em tábuas pretas, e perguntando-lhe que livro era, lhe dissera o dito denunciado que o livro tratava da Paixão de Cristo; e assim mais ele testemunha estando por algumas vezes em conversação com o dito Raus lhe ouvia dizer que na sua terra, dele denunciado, havia muitos hereges e que os Católicos por se defenderem deles, procuravam saber a Bíblia na sua língua, e que todos se prezavam disso, porquanto os hereges os tinham por néscios se a não sabiam", declaração que levara Martins a suspeitar da ortodoxia do denunciado. E contou ainda, para confirmação de sua suspeita, "que estando ele testemunha, dia de Reis passado, ouvindo missa no Colégio de Jesus, em companhia do dito Raus, este ia dizendo adiante do Padre algumas palavras do Evangelho, sendo um homem oficial [mecânico] como dito tem e que já servira na guarda dos tudescos em Lisboa".

Damiana Ferreira, em 1.º de março, foi mais exata do que os que a precederam, ao recordar que Rausch fora a casa do marido dela testemunha há 8 ou 10 dias atrás, pelas 8 ou 9 horas da noite, e "tirara dois livros que levara consigo, ficando-lhe o mais fato em casa dela testemunha". Declarou que não ouvira ao dito Rausch, ao tirar os livros, falar em Escritura ou livro defeso, mas o denunciado lhe parecia herege, porquanto nunca ele resava a Ave-Maria e possuía vários livros, e ouvira dizer que um dos livros tratava da Sagrada Escritura "e que na sua terra até os meninos a sabiam".

As denúncias revelavam a presença em Olinda de um homem suspeito de heresia; talvez o Administrador eclesiástico soubesse que os oficiais mecânicos tinham sido no Norte da Europa os mais ativos participantes da Reforma, desde meados do século XVI, dedicando-se com interesse à leitura da Bíblia e de inúmeras publicações distribuídas de porta em porta ou afixadas nos muros. Por outro lado, segundo refere Lucien Febvre e Henri Jean Martin em relação ao século XVI na França, "on trouve des livres, et perfois en assez grand nombre, chez

beaucoup de bourgeois, marchands et gens de metier"; portanto, desde então as bibliotecas privadas e o hábito da leitura tinham deixado de ser apanágio apenas dos letrados, juristas e eclesiásticos. (6) Mas isto, evidentemente, na Europa além Pireneus; em Portugal, os ofícios manuais continuavam a constituir, na hierarquia das atividades profissionais, a camada inferior, e por isso mesmo um dessa classe, com a agravante de ser estrangeiro procedente de terras dominadas pela heresia luterana, e revelar conhecimento da língua latina e a posse de uma minúscula biblioteca, só poderia ser visto por todos com suspeita. Aliás o fato de terem sido os denunciantes oficiais do mesmo ofício — no caso o de ourives — pode permitir, também, a suposição de que, com a denúncia, pretendiam afastar um concorrente tanto mais perigoso quanto deveriam ser excepcionais os conhecimentos e a habilitação do estranho, designado em documento já referido com o título de Mestre: Mestre Cristóvão.

Designado Cristóvão Rausch como Mestre do ofício de lapidador, quando de sua vinda para o Brasil, pode-se supor que ele houvesse alcançado o título depois do competente exame prestado perante o juiz do ofício em Portugal. Aliás, em Lisboa, pela Regulação de 1539, o ofício de lapidação era anexo ao de ourives do ouro, tendo ambos um só juiz: em 1566 um acordo entre os representantes dos dois ofícios estabeleceu que os lapidários teriam juiz próprio, mas continuariam associados na representação na Casa dos Vinte e Quatro. (7) A relação dos lapidários de então naquela cidade revela nomes evidentemente estrangeiros; estes não estavam excluídos do direito do exercício da profissão, mas se impunham a condição que "quando se examinar lapidários estrangeiros, estejam eles primeiro na terra dois anos por obreiros, para que se saiba deles e de suas consciências, e sem primeiro estarem o dito tempo não possam

(6) L. Febvre e H. J. Martin, *L'Apparition du Livre* (Paris, 1971) pp. 369/370.

(7) Franz-Paul Langhans, *As Corporações dos Ofícios Mecânicos* **2** vls. (Lisboa 1943-46) II p. 361 e Virgílio Correia, *Livro dos Regimentos dos Oficiais Mecânicos* (Coimbra, 1926) pp. 10/15.

ser examinados nem pôr tendas, depois do qual tempo, querendo ser examinados, se fará seu exame". (8)

De posse das duas denúncias de 27 de fevereiro, o Administrador não perdeu tempo e determinou: "Seja preso Cristóvão Raus visto haver suspeita e indícios de se querer ausentar destas partes. Olinda o 1.ª março de 1617". Entretanto desde o próprio dia das denúncias o alemão tinha sido preso e fora entregue ao guarda do aljube de Olinda, Álvaro Fernandes Marque. (9) Com a prisão do denunciado fez-se o sequestro de todos os seus bens, inclusive os livros suspeitos.

No dia 2 de março foi ele trazido perante o Administrador e declarou que se chamava Cristóvão Rausch, de 35 anos de idade, tudesco de nação, natural da cidade de São Diogo na Alemanha Alta, sendo de profissão "ourives de ouro e prata e lapidário e abridor de armas, e que por entender o ofício de lapidário viera por mandado de Sua Majestade com o Governador D. Francisco de Sousa às capitanias do sul deste Estado do Brasil, para conhecer as pedras que naquelas partes há". (10) E perguntado sobre o seu conhecimento de línguas respondeu: "que das línguas sabia e entendia muito bem a sua própria natural tudesca, aonde aprendera também a latina, de que hoje tinha alguma notícia, porquanto lhe esquecera muita parte do que sabia com a variedade dos ofícios que depois aprendera. E que também sabia e entendia muito bem a portuguesa". E adiante acrescentou "que também entendia a língua flamenga, por ser chegada à sua natural tudesca". Disse que na sua terra havia católicos e luteranos e todos discutiam pontos de religião "e a ele Cristóvão Raus lhe acontecera em algumas tendas de ourives, aonde se ajuntavam obreiros de diversas nações, defender cada um a lei que professava, por serem homens solteiros e extravagantes".

(8) Virgílio Correia, liv. cit. pp. 12/15.

(9) Parece ser esta a mais antiga referência ao aljube de Olinda.

(10) A grafia Rausch está abonada por várias assinaturas suas no processo; Raus é como aparece referido pelos escrivães no decorrer dos autos.

Em seguida mandou o Administrador trazer os livros sequestrados, "a saber: um livro intitulado Las Iglesias de Roma composto pelo Dr. Francisco de Cabrera Morales, acólito de Sua Santidade; outro livro dos Evangelhos e Epístolas traduzido em língua flamenga, impresso em Anvers em casa de Jeronimo Verdussen no ano de 1592 ... e sabia muito bem declarar as figuras das estampas que tinha o dito livro; outro livro pequeno do tamanho de umas pequenas Horas, em língua tudesca e perguntado pelo nome do dito livro, disse que lhe não sabia mais o nome, por ser livro de orações e perguntado pelo autor disse que não sabia o nome do autor, porque a primeira folha onde ele poderia estar, estava grudada com outra folha limpa ... e que sempre tivera o dito livro por bom e católico e que nunca achara nele cousas contra nossa Santa Fé; outro livro de finosomia [sic] natural e vários secretos da natureza, composto por Jerônimo Cortés, natural de Valença; uma arte de Manuel Álvares; duas Horas de Nossa Senhora; um ofício da Semana Santa; e outro livrozinho pequeno com algumas vidraças por dentro em que dizia ter relíquias e lhe dera um capitão da Bahia; e três memoriais de suas lembranças; e nove caderninhos pequenos de quatro meias folhas cada um, em pergaminho, soltos, com algumas orações escritas de mão em latim". (11)

(11) Com uma exceção, os livros cujo títulos foram indicados puderam ser identificados. São eles:

1) Francisco Cabrera Morales. *Las Iglesias de Roma con todas las reliquias y estaciones*. Roma, por Luis Zanneti, 1600, grande 8.º (Palau n.º 38929).
2) Livro editado em Antuérpia por Verdussen em 1592: por identificar.
3) Jerônimo Cortés, *Livro de Phisonomia natural y varios secretos de naturaleza, el qual contiene cinco tratados de materias differentes no emnos curiosas que provechosas. Compuesto por Hieronymo Cortés, natural de Valencia*. Impresso em Valencia en casa de Crysostomo Garris ... 1598, 8.º. Há presunção de uma edição de 1597. Este livro, que é um verdadeiro resumo dos conhecimentos de história natural do século XVI, teve muitas edições até a primeira metade do século seguinte. Na edição de 1598 há duas páginas expurgadas, que continham os "Secreto para saber si una muger es virgen o no" e "Secreto para saber si un varon o muger es virgen" (Palau 63294).

Da tenda de ourives e lapidário fez-se também inventário, que publico em apenso, dada a importância da enumeração dos objetos que ele dispunha para venda aos moradores do Brasil. Dele se verifica que Rausch detinha considerável capital em peças de ouro e prata e em pedras diversas, além de quarenta patacas em dinheiro, isto é, a quantia nada insignificante de 12$800 e mais três moedas de ouro no valor de 1$500. O valor total de tudo quanto existia em seu poder deveria ser de 2:000$000, pois foi este o montante da fiança estabelecida pelo Administrador eclesiástico quando da devolução das jóias e ferramentas do alemão. Para avaliar o poder aquisitivo de tal quantia dispomos das indicações que o autor dos *Diálogos das Grandezas do Brasil* deixou referidas neste seu livro, concluído em 1618, ao que parece na Paraíba; portanto, de um ano apenas de diferença em relação ao da prisão de Rausch. Diz o referido autor — que é provavelmente Ambrósio Fernandes Brandão — que uma vaca era vendida por 4$ a 5$, um novilho "que serve já para se poder meter em carro" de 6$ a 7$ e um boi de 12$ a 13$; um quintal de pau-brasil valia em Portugal de 4$ a 5$ e uma arroba de algodão prensado e ensacado 4$. A despesa de um senhor de engenho em cada safra variava de 1:400$ a 1:600$, sendo que o lucro atingia de 2.000$ a 2:400$ por ano agrícola. (12)

O inventário, pesagem e avaliação dos objetos de ouro e prata e das pedras encontradas em poder de Rausch foram feitos por dois ourives do ouro da vila de Olinda, Vicente Correia e Manuel Lopes de Sousa. (Não era, portanto, insignificante o número de ourives do ouro e da prata estabelecidos em

4) Manuel Álvares, S. J., *De Institutione Grammatica libri tres*, Lisboa, editado por João Barreiros, 1572 4.º, com grande número de edições; geralmente conhecido como a Arte de gramática do Padre Manuel Álvares: ver Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana* 4 vls. (Lisboa 1741-59), III pp. 170/172 e Padre Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Menezes, *Elucidário Madeirense* 2a. ed., 3 vls. (Funchal 1940-46) I pp. 59/60.

(12) *Diálogos das Grandezas do Brasil*, 2a. edição integral (Recife 1966) pp. XXVII/XL.

Olinda em 1617, pois além dos dois citados, ambos os denunciantes eram da mesma profissão, além do denunciado, cinco ao todo). (13) No inventário do título da prata há a salientar a referência a quatro colheres e um garfo. Com relação a este, valorizemos a sua existência na vila pernambucana naquele ano remoto, recordando as informações que Fernand Braudel nos oferece a respeito: "En Angleterre, par exemple, pas de fourchettes dans les inventairs avant 1660: L'usage n'en deviendra général que vers 1750. Alors excusons Anne d'Autriche qui sa vie durant a gardé l'habitude de plonger ses doigts dans les plats de viande. La Cour de Vienne fit de même jusqu'en 1651. D'où l'abondance des serviettes présentées aux invités"... (14) Os doze relicários pequenos seriam para uso individual, sendo que para as mulheres havia 25 dedais. De ouro eram vários adereços femininos, como as "memórias" e "pensamentos"; aqueles são anéis com os quais se conservava a lembrança de alguma pessoa, estes são argolinhas para orelhas. Uma cadeia grossa de "fuzis", isto é, de elos, pesou cerca de meio quilo de ouro; uma pera de ouro estava cheia de âmbar; e como Rausch era também "abridor de armas" entre os objetos sequestrados estavam "três sinetes de prata com suas armas abertas". Entre as pedras incluiam-se ametistas, topázio, safira, esmeraldas, rubi, granadas e corníolas.

Após o sequestro o Administrador fez vir à sua presença, a 2 de março, os dois denunciantes — João Martins e Ambrósio Rodrigues — e, apresentando-lhes os livros, indagou deles se aquele a que se tinham referido como sendo suspeito de heresia estava ali. O primeiro disse que não e que o tivera em suas mãos em casa do denunciado, que então lhe dissera "que tratava da paixão de Cristo e era de 4.ª, encadernado em pergami-

(13) Nenhum deles está mencionado por Fernando Pio, "Artistas dos Séculos Passados", *Revista da Escola de Belas Artes de Pernambuco* ano III n.º 2 (Recife, 1959), título dos ourives.

(14) *Civilisation Materiélle et Capitalisme* tomo 1.º (Paris, 1967) pp.150/151, na presunção de que se trate de garfo individual e não de garfo de dois dentes para suster e distribuir carne na mesa.

nho", parte com texto em língua tudesca, parte em estampas. O segundo confirmou que entre os apresentados "não estava o livro que o dito Cristóvão Raus fora buscar a sua casa uma noite... nem o outro livro que também então levara, os quais livros um deles era de figuras, encadernado em pergaminho e outro encadernado em tábuas pretas, o qual o dito Cristóvão Raus tinha dito a ele testemunha ser defeso e tratar da sagrada escritura".

Uma semana depois, a 9 de março, Rausch é novamente convocado perante o Administrador, e sendo-lhe perguntado "se tivera a Bíblia em latim ou em outra língua e outro que se dizia ser defeso" respondeu "que nunca tivera nem tinha em seu poder Bíblia em latim nem traduzida em outra língua, nem livro outro algum mais que os que se acharam ao tempo de sua prisão".

Enquanto a situação não se esclarecia — pois o livro apontado como suspeito não estava entre os apreendidos, afirmando o preso que não possuía senão estes — Mestre Cristóvão permaneceu preso no aljube de Olinda. Os meses passaram. A requerimento seu o Administrador permitiu-lhe que fosse transferido para o primeiro andar da prisão; assim interpretamos a referência feita pelo alemão em um requerimento seu para que a autoridade "o mandasse pôr em cima". Pediu depois que se lhe entregasse "sua tenda e ferramenta e o mais que se lhe foi achado, ao tempo de sua prisão, de ouro e brincos, que são coisas necessárias para o seu ofício, de que constará pelo inventário que se fez, para assim sustentar com o seu ofício a vida enquanto Vossa Senhoria não dispusesse o contrário". O Administrador deferiu "com muita justiça" esta última pretensão, e mandou que se lhe "entregasse a sua ferramenta dando fiança de dois mil cruzados"; voltou a requerer que apenas com a ferramenta "não pode ganhar nem sustentar sua vida, senão também o mais que se lhe foi achado, conforme o inventário". E concluía: "E isto pede pelas Cinco Chagas de Deus e receberá esmola, a qual Vossa Senhoria achará nos céus". Apontava como seus fiadores Cornélio João e Pedro de la Hoce "moradores

nesta vila e a longo dela". De Cornélio João cujo nome revela origem que seria hoje belga ou holandesa — nada pude no momento recolher para o identificar; Pedro de la Hoce aparece em documentação de 1618 como "Pedro de Laost, brabanção, viveu muitos anos no Reino e há 17 ou 18 que reside nesta Capitania [de Pernambuco], é casado com gente principal da terra, tem muitos filhos, vive de lavoura". (15) O Administrador despachou: "Podem-se aceitar os fiadores, dando ambos de dois fiança depositária de dois mil cruzados por escritura feita por tabelião público, em que ambos se obriguem e cada um por si a entregar os ditos dois mil cruzados, em caso que o suplicante fuja ou diminua alguma coisa do que se lhe entrega em sua valia, e tendo escritura feita e fora das notas torne com ela para se lhe poder entregar o que pede. Olinda 22 d julho de 617".

Lavrada a escritura, cujo texto não consta do processo, volta o preso a solicitar não só que se lhe "mande entregar o seu", como se lhe dê "licença para que possa tomar uma loja onde possa trabalhar para remedear suas necessidades, o que no aljube mal poderá fazer, por muitos respeitos, como Vossa Senhoria se poderá informar de quem entende de seu ofício". O Administrador atendeu a primeira parte do pedido, mas negou, pelo seu silêncio, a segunda parte: "Passe mandado para se entregarem ao suplicante todos os seus bens, pelo inventário que deles está feito, visto como tem dado fiança abonada de dois mil cruzados. Olinda 12 de Agosto de 617". O mandado está datado de 14 de agosto e nele não se faz referência ao pedido para abrir tenda fora do aljube. O termo de devolução fez-se no aljube a 17 do mesmo mês e Rausch "se deu por entregue de tudo, assim ouro como prata e mais coisas de seu ofício, e disse que não lhe faltava nada, que de tudo estava entregue, salvo da cadeia de ouro que ficou na mão do depositário por

(15) *Livro 1.º do Governo do Brasil* (Rio, 1958) p. 184, no documento de 1618 intitulado "Memorial de todos os estrangeiros que vivem nas Capitanias do Rio Grande, Paraíba, Tamaracá, e Pernambuco dos quais se não pode ter suspeita".

mandado do Vigário Geral o Licenciado Luís Álvares Pinto... para pagamento do salário dos oficiais". (16)

Trabalhando no aljube aguardava Cristóvão Rausch que da Inquisição de Lisboa, para onde havia sido remetido pelo Administrador Antônio Teixeira Cabral o traslado do seu processo, viesse a decisão a respeito de sua causa. Dois anos passaram-se nesta espera, sem que o Santo Ofício se manifestasse a respeito. Cansado da prisão, dirigiu ao Administrador o requerimento seguinte: "Diz Cristóvão Raus que há dois anos e meio que está preso no aljube desta vila por mandado de Vossa Senhoria, por culpas que diz tem, as quais mandou Vossa Senhoria remetidas a Lisboa ao Santo Ofício e até agora não tem vindo recado e ele suplicante está passando necessidades na prisão aonde está, pelo que pede a Vossa Senhoria, visto o que alega, mande seja remetido com as culpas que tiver a Lisboa, ao Santo Ofício e receberá mercê". O despacho foi favorável: "O Escrivão da nossa Câmara o Padre Paulo de Sousa prepare os autos para se remeterem, ajuntando-lhe o auto da prisão, inventário e todos os mais papéis que estiverem em poder dos oficiais do auditório. Olinda 5 de outubro de 1619".

Na mesma data lavrou-se termo pelo qual Rausch declarava ter recebido do depositário Gaspar de Azevedo a cadeia de ouro que ficara em mão deste como garantia do pagamento do que se lhe devia e aos oficiais que funcionaram no processo, e isto "por ter satisfeito aos ditos oficiais o seu salário".

A viagem até Lisboa foi rápida e ali o acórdão dos Inquisidores foi no sentido de que se devia proceder contra ele e que fosse levado ao auto-de-fé que se veio a realizar no dia 9 de dezembro de 1619. Na mesma data Rausch foi apresentado à

(16) A entrega da cadeia de ouro ao depositário foi autorizada a requerimento deste e mediante despacho do Administrador em data de 17 de agosto de 1617: "O vigário geral alvidre ao Suplicante o que lhe parecer justiça, segundo o que se costuma dar aos depositários". O Vigário decidiu na mesma data: "fique na mão do suplicante a cadeia de ouro para daí se lhe pagar o que se alvidrar e aos mais oficiais o que tiverem merecido". Posteriormente a jóia foi devolvida a Rausch.

mesa do Santo Ofício "e lhe foi dito que o Ilmo. Sr. Bispo Inquisidor queria usar com ele de muita benignidade e mandava que fosse solto dos cárceres donde estava preso, havendo respeito ao tempo que havia levado preso no Brasil, mas que se não saísse fora desta cidade [de Lisboa] sem licença nem ordem desta mesa e que viria a ela quando lhe fosse mandado, o que prometeu cumprir".

Solto, Rausch mergulha no anonimato da massa popular de Lisboa e desaparece para a história.

"INVENTÁRIO DE BENS QUE SE ACHARAM DE CRISTÓVÃO RAUS, PRESENTES VICENTE CORREIA E MANUEL LOPES OURIVES DO OURO NESTA VILA

Título da prata

— oito marcos de prata
— mais três marcos e duas onças
— mais dois marcos e seis onças
— mais uma onça
— soma toda esta prata quatorze marcos e uma onça nas peças seguintes, a saber:
— um Relicário grande com seu pé
— dois copos um chão e o outro lavrado
— um jarro amassado
— uma pouca de prata de pinha
— quatro colheres
— um garfo
— uma ferragem de prata de talabartes e cintos
— vinte e cinco dedais
— doze Relicários pequenos
— mais outras peças miúdas novas e velhas que soma a conta acima de quatorze marcos e uma onça

Título do ouro

— uma cadeia de ouro grossa de fuzis que pesou um marco e duas oitavas

— treze pares e meio de pensamentos esmaltados e três pares de argolinhas esmaltadas que pesou duas onças e oitava e meia
— mais duas onças de ouro que não serve mais que para fundir
— mais outras duas onças do mesmo para fundir de ouro
— mais uma pera cheia de ouro, digo de ouro cheia de ambar com um estremozinho que pesou dez oitavas
— mais seis onças de ouro nas coisas seguintes, a saber: nove anéis com pedras baixas, entre os quais entra um anel de quatro esmeraldas e duas memórias, uma de solar e outra de cágado e mais outras três memórias, uma delas de canovão esmaltada de anil e as duas esmaltadas, e um Relicário de obra de fio pequeno, e dois pares de jarros de orelhas com duas rosas e um pendante de galega e uns brincos de rosa francesa com seus hábitos de Santiago e quatro dúzias de guonições [sic], duas peças de gargantilha com suas rosinhas e pedras brancas e um par de alcofos, um par de cabaços, umas peras pequenas com suas argolinhas chãs, um jarrozinho de cristal guarnecido de ouro, dois pares de arracadas [sic] com seus pendantes de cristal guarnecidos de ouro e as argolinhas chãs, mais um par de argolas com seus pendantes de coral guarnecidos de ouro, mais uma jóia e uma lua de fio com suas pedras falsas e uma memória de garra e outra de coração, que tudo cerram as ditas seis onças de ouro acima declaradas no item. Mais um trancelim de ouro que tem quarenta e seis peças pequenas e três grandes, que pesa seis oitavos de ouro ao parecer dos ditos ourives.
— mais outro trancelim de ouro que tem cinqüenta peças pequenas e três grandes que pesará seis oitavas e meia
— mais uma onça e uma oitava e meia de aljofar de guarnecer e barrocos, entre os quais vai [sic] duas cabacinhas de coral
— mais uma cruz de esmeralda de São Vicente guarnecida de ouro
— mais seis pares de pensamentos de prata dourados e umas argolinhas e uma memória também de prata dourada tudo
— mais um cinto de prata com sua ferragem de prata acanelado

— mais três sinetes de prata com suas armas abertas, dois com pés de pau e um de cristal.

Título das pedras

— uma matista [sic] grande que valerá vinte cruzados
— mais um topázio grande mole que valerá mil réis
— mais três matistas, duas pequenas e uma maior bem corada que valerão três cruzados
— mais três matistas grandes que valem três mil réis
— mais três cristais grandes que valem três patacas
— uma safira branca que vale duas patacas
— mais trinta e um cristais pequenos que valem mil e quinhentos e cinqüenta réis
— mais nove esmeraldas, duas grandes e sete pequenas que valem sete patacas
— mais um rubi pequeno que vale uma pataca
— mais onze guarnadas [sic, granadas] lavradas, que podem valer cinco tostões
— mais quarenta e duas pedras baixas de cores sorteadas que podem valer quatro patacas
— mais vinte e cinco pedras, a saber oito guarnadas ([sic] e as mais corníolas que podem valer seis patacas
— mais umas poucas de guarnadas [sic] em uma caixinha
— um caixão com toda a sua ferramenta
— quatorze grãos de diamante bordo que podem valer seis pesos
— uma bolsa usada de fio de ouro
— quarenta patacas em dinheiro de contado
— três moedas de ouro que valem mil e quinhentos réis.

"E feito assim este inventário das ditas peças e ouro acima e atrás declaradas e por eles ditos ourives pesadas e algumas avaliadas do que podiam valer, se depositou tudo nas mãos de Gaspar de Azevedo, morador nesta vila, o qual se deu por depositário e se obrigou por sua pessoa, bens móveis e de raiz, havidos e por haver, e se desaforou do juiz de seu foro e de todas as mais liberdades a que chamar se possa e de nada quer usar, salvo tudo entregar e dar conta todas as vezes que pelo Senhor Administrador e seu ministros e oficiais for mandado.

E o dito Cristóvão Raus que presente estava viu todas as peças acima e atrás declaradas e debaixo de juramento dos Santos Evangelhos que o dito Senhor lhe deu e disse que tudo quanto pessuía [sic] ao tempo que o prenderam estava nas mãos do dito depositário e nada lhe faltava. E assim mais os ditos ourives Vicente Correia e Manuel Lopes declararam debaixo do dito juramento que o dito Senhor lhes deu que bem e verdadeiramente declararam o valor das peças de ouro e prata e peças [sic] atrás declaradas e de como assim o declararam e presente o Vigário Geral o Licenciado Luís Álvares Pinto e meirinho fiz este termo que aqui assinaram com o dito Senhor e depositaram e eu Pero Gonçalves Barbosa escrivão que o escrevi.

"E assim mais foi vista a ferramenta de seu ofício que estava metida em uma caixa pelos ditos oficiais de ourives e por eles foi dito que tudo podia valer a dita ferramenta de ourives e lapidário até vinte mil réis, que de tudo o dito depositário se deu por entregue e se obrigou a entregá-la na forma acima declarada e assinaram todos com o dito Senhor sobredito. Pero Gonçalves Barbosa escrivão que o escrevi. O Administrador

Luís Álvares Pinto
Vicente Correa
Gaspar d'Azevedo

Cristóvão Rausch
Manuel Lopes de Sousa
Manuel Dias Fajardo".

[As assinaturas são autógrafas]

Fonte: Torre do Tombo, cartório da Inquisição de Lisboa, processo 5.586, folhas 13/15 v.

Fenômeno Urbano e Trópico

MÁRIO LACERDA DE MELO

A limitação das páginas a serem escritas sobre o tema Fenômeno Urbano e Trópico impõe um esforço de concisão, e, ao mesmo tempo, um esforço de seleção. Seleção dos aspectos a serem tratados. A abordagem de matéria tão vasta e tão ramificada, claro que não pode ter a abrangência que o autor gostaria de lhe emprestar. Além disso, tem de cingir-se a um grau de generalidade onde se faz inevitável o risco de sacrificarem-se clareza e compreensão.

Daí a necessidade de adoção de roteiro prévio que, além de ordenador geral da sequência de observações, seja também um delimitador dos propósitos que temos em mira. Pretendemos nos referir, em linhas gerais:

— ao fenômeno urbano como característico das sociedades contemporâneas;

— às diferenciações espaciais do fato urbano, especialmente no mundo tropical;

— ao processo de urbanização da sociedade brasileira;

— e à organização do espaço brasileiro sob o influxo da urbanização da economia nacional.

I

O fenômeno urbano como característico das sociedades contemporâneas

Dizer que o caráter urbano constitui um dos traços mais marcantes das sociedades contemporâneas certamente não é dizer novidade. Nem é dizer bastante. O feixe de fatores de que decorre o fenômeno da urbanização ou da urbanificação das populações e das sociedades do nosso tempo assim como o le-

que de efeitos gerados por esses fatores, são de tal natureza e magnitude que ficamos a refletir se o ser urbano, ou seja, a urbanicidade, não é o mais geral e o mais relevante característico do mundo de hoje em dia. "Le progrès de l'urbanisation — escreve Labasse — est, sous toutes les latitudes, le trait le plus saillant de notre époque". (1)

Dados de 1960, que, para o assunto, já carecem de atualidade, indicam para a Europa, sem a União Soviética, uma população urbana correspondente a 58% do total e, para a União Soviética, uma proporção de 50%. No Japão, o nível de urbanização era, naquele ano, de 63%. É, porém, nos dois conjuntos Estados Unidos — Canadá e Austrália — Nova Zelândia que se encontravam as proporções maiores: 70% e 80%, respectivamente (2). Mostram esses dados que, em geral, a população dos países altamente industrializados, já há onze anos, era muito predominantemente urbana. Mas, embora a existência de grandes contingentes populacionais urbanizados tenha a sua maior expressão naqueles países, o fenômeno se difunde por outras terras. Lembre-se, a respeito, o caso da América Latina onde o índice de urbanização era de 69% para o conjunto de países do Sul (Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai; de 48% no conjunto do Leste (Brasil, Venezuela e as três Guianas); de 45% na América Central (inclusive México) e de 43% no conjunto do Oeste (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru) (3). As elevadas taxas de incremento das populações urbanas, responsáveis pela sua alta e crescente participação relativa, constituem uma ocorrência que, existindo também na África e no Oriente, se tornou universal.

1 — *Labasse*, Jean — "L'organisation de l'Espace — Elements de Geographie Volontaire" — Hermann, Paris, 1966.

2 — Cf. *Grauman*, John e *Paw*, China — Lin — "Rasgos Distintivos de la Urbanization en America Latina" — Estudo apresentado à Conferência Regional Latino Americana de População — Cidade do México, 1970.

3 — Cf. *Vaidianathan*, K. E. — "El Proceso de Urbanizacion en America Latina y Asia: Algunas Comparaciones" — Estudo apresentado à Conferência Regional Latino Americana de População — Cidade do México, 1970.

Tudo se passa como se, sobre a parcela da humanidade dispersa nos campos ou em aglomerados rurais, estivessem atuando forças poderosas que as aglutinam nas cidades. Para usar palavras de Max Sorre, "le mouvement a été irresistible, il a déferlé sur le monde à la manière d'un raz de marée" (4).

As consequências são múltiplas. Formaram-se regiões de verdadeiros enxames urbanos como a do Nordeste dos Estados Unidos, a da metade sul da Grã-Bretanha, a da Europa Centro-Ocidental, a do Nordeste da Índia, a do Centro Leste da China, a do Sul do Japão. Formaram-se, nessas áreas e fora delas, numerosas cidades do tipo que os norte-americanos chamam de milionárias, ou seja, cidades de mais de um milhão de habitantes. Formaram-se espaços urbanizados gigantescos até quinze vezes milionários, designados como megalópolis e já chamados também de verdadeiros leviatãs urbanos. Lembremo-nos, a respeito, de quantos países inteiros têm populações inferiores à Grande New-York, à Grande Londres, à Grande Paris ou à Grande Tokio. E, para não sair do Brasil, recordemos que, na Grande São Paulo (8.500.000 habitantes) habita mais gente do que em qualquer dos Estados brasileiros, menos o próprio São Paulo e Minas Gerais. O número de pessoas da metrópole paulista equivale à população do conjunto territorial constituído pelas vastíssimas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil.

Ainda como expressão do movimento geral de urbanização, devemos lembrar que, ao lado dos centros multimilionários ou dos simplesmentes milionários, cresce velozmente o número dos que, possuindo mais de 100.000 habitantes, são considerados grandes cidades. Nos cartogramas das redes urbanas, cada vez são mais abundantes essas unidades. E o seu crescimento é acompanhado pelas de dimensões menores.

É bom ter-se em mente que o fenômeno do supercrescimento urbano vem ocorrendo nas regiões e países mais diversos quanto a ambiências naturais, a estruturas econômicas, a estruturas demográficas e a instituições sócio-políticas. Um processo

4 — *Sorre*, Max. — "L'Homme sur la Terre" — Hachette, Paris, 1961.

tão generalizado jamais poderia ser explicado em função de um fator único. No mundo desenvolvido, a industrialização, por si e pelos seus efeitos indiretos, acompanhada pela modernização dos processos de produção rural, desencadeou um jogo de forças e influências de que a expansão acelerada do fato urbano constitui uma resultante. Nas regiões tropicais, que se situam por inteiro na mapa do subdesenvolvimento, a explosão demográfica tem papel relevante na explicação dos deslocamentos populacionais geradores do crescimento urbano acelerado. Papel não menos relevante tem o conjunto das debilidades, das vulnerabilidades e dos defeitos das organizações agrárias dos países tropicais e das economias rurais a elas correspondentes.

Como se vê, para explicar o fenômeno mundial dos deslocamentos de populações, responsáveis pelo processo de superurbanização, atuam fatores inteiramente diversos conforme se trate de região desenvolvida ou de área economicamente inferiorizada. No primeiro caso, somam-se e complementam-se os motivos: à expansão das forças de crescimento urbano nos setores das indústrias e dos serviços corresponde uma libertação de mão-de-obra rural, derivada da racionalização da tecnologia agrícola, especialmente da motomecanização.

Nas regiões economicamente inferiorizadas, desencontram-se os fatores. Destituídas de forças internas de crescimento, as cidades não solicitam contingentes humanos externos. Mas, os campos os liberam incessantemente. Não, é claro, por força da racionalização das atividades rurais, mas pela combinação dos efeitos da explosão demográfica com os das distorções estruturais da economia rural. Dessas distorções, resultam condições de existência, relações de trabalho, índices de ocupação e níveis de renda que se situam na base de tensões demográficas. Esse estado de coisas gera e alimenta fluxos que fazem crescer celeramente, sem um suporte econômico ou, na expressão freyriana, fazem "inchar", cidades como o Recife e como tantas e tantas outras aglomerações humanas do mundo tropical. A inchação urbana tropical constitui a mais expressiva e a mais importante manifestação da explosão demográfica dos nossos dias.

Acreditamos ter ficado claro que, em resumo, as causas genéricas do movimento de urbanização residem, conforme o tipo de área de que se trate, ora na expansão industrial associada à racionalização agrícola, ora na explosão demográfica somada às fragilidades da economia rural. Devemos estar advertidos, porém, para a circunstância de que esses fatores possuem manifestações nacionais e regionais extremamente variadas. Dessas variações e da ocorrência de fatores outros, resultam peculiaridades que caracterizam individualizadamente cada caso específico, tanto nas suas feições quantitativas como nos seus aspectos qualitativos. O estudo dos casos específicos de supercrescimento urbano constitui, assim, um campo imenso de pesquisas. E é fácil atinar como são imprescindíveis essas pesquisas aos diagnósticos destinados a servir de base a diretrizes estratégicas e a programações de desenvolvimento.

Passando-se à consideração dos efeitos desse fenômeno, a constatação geral é a de que tais efeitos identificam-se com mutações amplas e profundas. Mutações que são exatamente aquelas que emprestam às sociedades modernas os seus caracteres de urbanicidade. Elas afetam setores variados e de importância fundamental com o das infra-estruturas e o das estruturas econômicas, e o das estruturas, das relações e dos comportamentos sociais. A elas não escapam evidentemente atitudes e concepções quanto a morada, diversões, esportes, trajes, alimentação e culinária, educação, e outros aspectos e valores. Desaparecem progressivamente das comunidades urbanas os toques rurais que tanto contribuem para marcar tipos regionais de sociedade. E já começam a aparecer, no campo, hábitos citadinos como a indicarem uma certa urbanificação do mundo rural.

Estamos sendo levados a tocar em assunto do domínio privativo dos nossos colegas sociólogos e psicólogos sociais. Da sua seara, seriam também estudos sobre os condicionamentos da moderna ambiência urbana quanto à velocidade com que, nos nossos dias, se operam mudanças profundas em sistemas de valores sócio-culturais longamente cristalizados. Valeria a pena perquirir até que ponto a aludida velocidade de mutação estaria respondendo por um fenômeno como o chamado "conflito de

gerações" ou como o pitorescamente expresso na dualidade "quadrados" e "prá-frente".

Outro aspecto. Como é no espaço urbano que o homem menos se sente influenciado pelo meio natural e mais se manifesta a marca da sua vontade organizadora, possui a cidade, mais do que o campo, uma tendência padronizadora de estilos de vida e de trabalho, com projeção nas paisagens urbanas. A universalização das conquistas tecnológicas tem acentuado essa tendência. Seria desnecessário listar a faixa daquilo que possuem de comum os grandes aglomerados, em setores diversos. O movimento de urbanização acelerada em âmbito mundial está acarretando, entre outros efeitos, a ampliação dessa faixa, Isso significa uma acentuação da tendência à perda de individualidade de unidades urbanas e de conjuntos nacionais ou regionais de cidades.

Mais uma consequência do moderno expansionismo urbano é o relacionado com o papel que têm as redes urbanas como conjuntos de aglomerados que, hierarquizando-se e hierarquizando áreas através dos fluxos de bens e serviços, realizam a organização do espaço geográfico. O fortalecimento desse papel, nas regiões desenvolvidas, vem conferindo maior coesão entre os lugares constitutivos de áreas sob o mesmo comando urbano. Nos trópicos, dito fortalecimento vem emprestando maior grau de organização ou, diríamos mesmo, de organicidade, às diferentes unidades espaciais. Isso está implicando em modificações profundas das relações interregionais, como veremos mais adiante a propósito do caso brasileiro.

II

Diferenciações espaciais do fenômeno urbano, especialmente no mundo tropical

Constituindo a componente mais densamente humana dos quadros geográficos, o fato urbano teria de ser uma expressão histórica, uma expressão de épocas sucessivas e uma expressão de civilização. Já alguém disse que em toda cidade, existe uma

sucessão de cidades. Mas, da tendência uniformizadora há pouco mencionada, poderá ir resultando uma diminuição progressiva da expressividade do fenômeno urbano como indicador de condições e característicos sócio-culturais regionais. Já referimos a influência uniformizadora da disseminação das conquistas tecnológicas sobre estilos de vida urbanos e sobre paisagens urbanas. Acrescentemos que, embora existam presentemente casos de cidades fantasmas e de urbes estagnadas, as sociedades modernas estão conferindo ao panorama urbano mundial caracteres oriundos também, ou sobretudo, das formas capitalistas de produção e de trocas, indissociáveis das aludidas conquistas tecnológicas.

Nos Estados Unidos, no Canadá e na Austrália, os exemplos são bem de cidades novas em países novos de desenvolvimento capitalista em grau elevado. Entretanto, nos países em que as modernas formas capitalistas de atividades encontraram, nos espaços urbanos, a marca mais profunda de valores artísticos e históricos ou de estilos de vida urbanos anteriormente enraizados, as cidades exibem, ao lado de paisagens urbanas construídas no passado e de costumes tradicionais, formas modernas de produzir, de trocar, de negociar, de comer, de aprender, de morar, de administrar, de transportar, de divertir. Essa face dupla dos centros urbanos é comumente encontrada nos países velhos de economia modernizada como é tipicamente o caso das nações européias e do Japão. Com certas atenuações e uma grande riqueza de peculiaridade, esse é também o caso das grandes cidades do Mundo Islâmico, da Índia e da China. (5)

Na África Negra, o fato urbano era tão escasso antes da chegada dos europeus, que a cidade ali já pôde ser considerada, embora aglomerado de negros, "uma criação de brancos". Claro que a ausência relativa de aglomerados urbanos correspondia ao estágio sócio-econômico em que viviam as popula-

5 — Cf. *Derruau*, Max. — "Précis de Geographie Humaine" — Armand Colin, Paris, 1961.

— *George*, Pierre — "La Ville — Le Fait Urbain à travers le Monde" — Presses Universitaires de France, Paris, 1951.

ções. Caberia aos europeus implantar cidades cujas posições geográficas e cujas funções servissem aos objetivos dos seus empreendimentos de colonização. A economia de "traite" e de sucção, toda voltada para fora, explica que as atividades urbanas girassem em torno sobretudo da função portuária exportadora, da função de centro de convergência de produtos primários, da função de centros de mineração e da função administrativa.

Atualmente, as taxas de crescimento urbano da África Negra são das mais elevadas do mundo. Os aspectos urbanos, refletindo esse fato, indicam transformações bruscas das sociedades africanas e revelam desequilíbrios sócio-econômicos violentos. A segregação racial é um característico comum. Os espaços comerciais e administrativos são geralmente dominados por europeus.Moram estes em áreas residenciais próprias. São pequenas essas áreas por ser pouco numerosa a população branca, exceto na África do Sul, já fora da faixa propriamente tropical. Os maiores espaços urbanos são os ocupados por bairros negros constituídospor extensas áreas de choças. Seus habitantes são, em grande número, gente egressa da vida rural, inclusive de comunidades com estrutura tribal. (6)

Referência a ser feita, ainda no caso da África Negra, é a de que, não constituindo uma rede hierarquizada, as cidades só de modo indefinido e frouxo cumprem o seu papel de centros organizadores do espaço.

Nas áreas tropicais da América latina, a posição geográfica dos centros urbanos lembra a da África, o que se deve à repartição dos recursos e condições naturais, a problemas de acessibilidade, aos propósitos dos empreendimentos colonizadores e à influência desses fatores sobre a formação das economias nacionais e regionais. Situados em geral dentro das áreas de povoamento mais denso, que são faixas periféricas, os aglomerados mais significativos só excepcionalmente têm posição interiorizada. A posição marítima ou quase marítima do maior número dos grandes centros relaciona-se com estruturas econômi-

6 — Cf. *George*, Pierre — obra citada.

cas voltadas para mercados externos, o que faz lembrar tanto o exemplo africano como o exemplo australiano.

O caso brasileiro é dos mais significativos de como o fenômeno urbano exprime condições sócio-econômicas regionais e revela estágios diferentes de evolução social e de desenvolvimento econômico. Quem conhece as variações dessas condições e desses estágios facilmente compreenderá os centros urbanos brasileiros e as redes por eles formadas como elementos proeminentes dos contextos regionais onde se situam e, ao mesmo tempo, como expressão desses contextos.

Em uma partição simplificada e sumária, as estruturas do arcabouço urbano do Brasil se definem, de um lado, em vastíssimos espaços possuidores de redes urbanas desorganizadas e, de outro lado, em espaços regionais onde a hierarquia, o equipamento funcional, a distribuição geográfica dos centros bem como as suas funções de focos de irradiação e atração de bens e serviços, permitem falar, embora nem sempre com rigor, em redes urbanas organizadas. Para a última dessas categorias, o melhor exemplo é o da rede regional comandada pela cidade de São Paulo. Outras redes urbanas regionais, tidas como organizadas em estudo recente do IBG, são as de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre (7). Vê-se, pois, como os espaços brasileiros detentores de arcabouço organizado coincidem com as regiões desenvolvidas do país, o Sudeste e o Sul.

Em contraposição, as regiões brasileiras de arcabouço urbano desorganizado situam-se na porção territorial de economia subdesenvolvida ou inferiorizada. Distinguem-se dentro dela:

a) uma parte significativamente povoada, ou seja, o Nordeste (Estados da Bahia ao Maranhão). Aqui, os centros urbanos, não se hierarquizando segundo os fluxos de bens e serviços que recebem e enviam, e não hierarquizando também quanto aos seus equipamentos funcio-

7 — *Corrêa*, Roberto Lobato — "Centralidade". Subsídios à Regionalização. Instituto Brasileiro de Geografia da Fundação IBGE, Rio de Janeiro, 1968.

nais, mostram-se incapazes de conferir ao conjunto territorial os característicos de uma real organização do espaço. A área em que prevalecem esses aspectos estende-se também pelo norte de Minas Gerais até aproximadamente o paralelo de Governador Valadares;

b) uma parte muito pouco povoada, ou seja, a Amazônia (Amazônia Legal, compreendendo o oeste maranhense e o norte goiano e mato-grossense). Nesse vastíssimo espaço territorial (cerca de 60% da superfície do país), a ausência ou quase ausência de cidades de grandeza intermediária responde pela existência de arcabouço urbano não integrado e não hierarquizado. Está ele constituído por uma metrópole regional e uma capital regional, e por um elevado número de cidades pequenas que, na maioria das vezes, são simples aglomerados rurais com a função de pequenos centros de convergência da produção extrativa. No caso do Estado do Amazonas, pudemos recentemente perceber de perto o quanto esse fenômeno reflete uma dualidade e uma não integração entre a capital e o resto do Estado. Dualidade ultimamente acentuada com a instituição, em Manaus, da zona de livre comércio, sendo muito o que resta fazer no sentido de, através da Zona Franca, dotar a capital amazonense de função polarizadora do desenvolvimento da Amazônia Ocidental.

Insistamos em um ponto. Tanto nas regiões em que, revelando-se organizadas, são, por isso, organizadoras de espaços, como nas grandes extensões em que se apresentam desorganizadas, as redes urbanas do país refletem a gama de diferenciações regionais das sociedades brasileiras. Bem o comprovam alguns aspectos ou pormenonizações dos citados exemplos da Amazônia e do Nordeste. No caso do Estado do Amazonas, a rede de cidades e a vida urbana representadas, além de Manaus, por 43 aglomerados pequenos, desarticulados entre si e mal articulados com a capital, dispersos em imenso território e dispostos posicionalmente sobre o traçado da rede hidrográfica, estão em correspondência: a) com a baixa significação do povoamento do Estado (um milhão de habitantes em uma extensão territorial

superior à do Nordeste inteiro, da Bahia ao Maranhão); b) com a falta de integração entre os nódulos desse povoamento, uns em relação aos outros e todos com a capital; c) com uma ocupação humana do espaço de feição linear — ribeirinha, única existente em todo o Estado, devido sobretudo à rigidez dos condicionamentos do quadro natural; d) e, em consequência, com um tipo eminentemente fluvial de economia e de sociedade, em estágio pré-capitalista.

No Nordeste, um caso expressivo do reflexo das realidades e problemas regionais sobre a vida urbana é oferecido pelo cotejo entre a região canavieira e a região do Agreste. Na região canavieira, a organização agrária do tipo "plantation" não deixa vez a um desenvolvimento urbano local verdadeiramente significativo. Por isso, não existem praticamente cidades com a função de centros regionais. Também por isso, e por outras razões, a função organizadora do espaço é exercida muito mais pela rede de usinas com as suas zonas de influência efetiva (por serem fornecedoras da matéria prima) do que pelas sedes e pelas fronteiras dos municípios. Na região agrestina, entretanto, onde, com a policultura, é muito menor a concentração de terras e de atividades, surgem os maiores e os mais numerosos centros regionais do Nordeste.

Nessa ordem de idéias, é de lembrar que, já uma vez, demonstrámos ser possível identificar, em Pernambuco, diferentes gerações e famílias, ou categorias, de centros urbanos, assinalados pelos fatos de posição, mas caracterizados, em cada caso, pelas peculiaridades com que participam, funcionam e se integram nos respectivos contextos subregionais. Isso, em 1959. (8).

III

O processo de urbanização da sociedade brasileira

Os característicos de uma sociedade do tipo agrário como a que se formou no Brasil, estão a indicar, por si, a limitada

8 — *Melo*, Mário Lacerda de — "Tipos de Localização de Cidades em Pernambuco". Boletim Carioca de Geografia, Ano XI, n.º 3 e 4, Rio de Janeiro, 1959.

influência da vida citadina. Convém lembrar, a respeito, que a unidade ou célula da organização agrária simbolizada, no Nordeste canavieiro, pelo binômio "Casa-Grande & Senzala", — o antigo engenho de açúcar — constituía pequena comunidade organizada onde se exercia a prestação de certos serviços, a que alude Freyre (9), análogos aos que comumente constituem função de pequenos aglomerados urbanos. Esse fato lhe emprestava certa autonomia ou a tornava menos dependente da cidade.

Em sociedade desse tipo, compreende-se que teria de tardar a expansão urbana. Compreende-se que a cidade tivesse tido um papel secundário, servindo ao campo mais do que sendo servida por ele. Compreende-se que tivesse frequentemente seus ares rurais, com o campo nela imiscuído, ou representado pelos sítios e pelas chácaras. Compreende-se que pouco funcionasse como fonte do poder — do poder senhorial, de tão grande capacidade e de permanência entre os donos de terras.

Foi preciso chegar o século XX, foi preciso chegar a guerra de 1914, foi preciso sobretudo que chegassem a Segunda Guerra Mundial e os meados deste século, para que o desenvolvimento urbano tivesse a sua vez e viesse a operar uma mudança rápida e profunda, de estrutura, da economia e da sociedade brasileiras. O movimento urbanizador, antes tão lento, tornou-se afinal impetuoso nos últimos vinte anos. Vejamos alguns dados a respeito:

— o total da população considerada urbana passou de 31% em 1940 para 45% em 1960;

— do aumento populacional verificado na década de 1950-1960, as cidades respondem pela parcela de 69%, tendo sido, pois, apenas de 31% o incremento dos contingentes rurais;

— os aumentos de população rural, verificados no decênio, em proporção superior à taxa de crescimento vegetativo do

9 — *Freyre*, Gilberto — "Casa-Grande & Senzala". Maia & Schmidt Ltda. Rio de Janeiro, 1933.

Estado respectivo, limitaram-se praticamente a áreas novas, de povoamento escasso;

— as populações rurais ou aumentaram em ritmo significativamente inferior ao estadual respectivo ou tiveram decréscimo.

— em 1950, eram 14 as grandes cidades brasileiras, assim consideradas as de mais 100.000 habitantes. Em 1960, o número passa para 31. (10)

A partir de 1960, os fatores responsáveis por esse ímpeto de urbanização não tiveram atenuadas as suas forças. Tudo leva a crer, por isso, que os dados do Censo de 1970 registrem a continuação da expansão urbana de tipo explosivo de que dão notícia os dados acima.

Para esse fenômeno brasileiro, contribuem os fatores que explicam a superurbanização tanto dos países desenvolvidos como das áreas de economia inferiorizada. Como se sabe, são sempre as migrações centrípetas os movimentos responsáveis pelo expansionismo urbano acelerado. Nas regiões do Sudeste e do Sul do país, o processo de industrialização substitutiva de importações — processo de múltiplos efeitos diretos e indiretos sobre os demais ramos das atividades econômicas — foi o grande gerador básico das forças de crescimento urbano e de atração de populações.

No Nordeste, a outra macro-região brasileira significativamente povoada, os deslocamentos populacionais permanentes de maior importância são os oriundos da falta de condições dos quadros rurais relacionada com fatores ecológicos, com o primitivismo dos sistemas agrícolas, com a estrutura fundiária, com as relações de trabalho e com as formas de comercialização. Sob a pressão desses fatores, dirige-se o rurícola para a cidade próxima ou para a de maior importância no âmbito subregional.

10 — Cf. *Egler*, Eugênia Gonçalves e *Magnanini*, Ruth Lopes da Cruz — "População Urbana e Rural". Atlas Nacional do Brasil. Conselho Nacional de Geografia, do IBGE. Rio de Janeiro, 1966.

Desse modo, os centros regionais exercem, além das funções que lhes são peculiares, a de receberem famílias egressas do campo ou de aglomerados menores, sendo esse um dos fatores do seu crescimento demográfico.

Não possuindo condições de expansão econômica, esses centros ficam sendo detentores de amplas parcelas de populações marginalizadas como bem o indicam suas áreas de mocambos, — uma constante nas paisagens das cidades nordestinas. Essas parcelas marginalizadas estão sempre a fornecer migrantes que, desta vez, ou se dirigem para cidades maiores da região ou para outras regiões do país. No primeiro caso, repete-se, em escala maior, o fenômeno da marginalização e da favelização, como resultante de fluxos convergentes de migrantes.

Como se vê, os tipos de unidades espaciais afetadas pelas migrações rural-urbanas são exatamente aqueles em que, de modo mais intenso, se manifesta a problemática geral do Nordeste: as áreas de tensões demográficas, as cidades centros regionais e as grandes cidades. (11)

O que acaba de ser exposto parece não deixar dúvida quanto a uma tendência e quanto a um fato: a tendência de se tornar mais e mais urbana a sociedade brasileira como um todo e o fato de já haver esse processo atingido estágio avançado em importantes regiões do país. A cidade brasileira, especialmente a situada acima de determinado nível dimensional, cada vez vive menos das funções que lhe são geradas pelas suas relações com o mundo rural e cada vez vive mais de atividades pouco subordinadas ao campo: indústrias e serviços destinados à própria comunidade urbana ou às populações da sua área de influência.

O processo de urbanização acelerada manifesta-se quantitativamente tanto através de elevadas taxas de crescimento das

11 — Matéria detidamente examinada em dois dos nossos estudos: "Migrações para o Recife", pesquisa realizada para o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em 1961 e "Espaços Geográficos e Política Espacial — o Caso do Nordeste", em 1969.

populações citadinas como pelo aumento do número e do tamanho das grandes cidades. Desse fenômeno de concentração humana nas grandes cidades nasceu o processo de metropolização. Trata-se do crescimento populacional acelerado de um grande centro e das cidades em torno dele e em função dele. Resultam expansão de atividades e modificação das estruturas ocupacionais. Formam-se unidades de outra grandeza e de outro tipo. São as metrópoles. Os interesses e os problemas comuns do conjunto da comunidade lhes conferem um sentido de unidade e de coesão dentro de espaços geográficos definidos, o das áreas metropolitanas.

Embora possua as suas dimensões econômicas e as suas dimensões sociais, a metropolização exprime-se principalmente como fenômeno demográfico. Alimentado por fatores e por mecanismos da mesma natureza dos que nutrem a urbanização acelerada, o processo de metropolização constitui, na sua essência, uma manifestação culminante dessa urbanização. No caso nordestino, representado por Fortaleza, Recife e Salvador, as suas raízes devem ser investigadas antes do mais, nos males que afligem a economia rural, como já ficou entendido.

No caso das regiões Sudeste e Sul do país, o processo de metropolização traduz-se como acumulação, especialmente seletiva, de efeitos da urbanização acelerada, por força sobretudo do crescimento industrial. Este conferiu intenso dinamismo a certos centros tanto através dos estabelecimentos produtores e da sua capacidade de atrair força-de-trabalho como, ou principalmente, através dos seus efeitos indiretos nos setores infraestruturais e de serviços, cuja amplitude se foi multiplicando. O processo cumulativo assim desencadeado explica as superconcentrações humanas designadas como Grande São Paulo, Grande Rio, Grande Belo Horizonte, Grande Porto Alegre, Grande Curitiba, que são as metrópoles do Sudeste e do Sul.

Ficou estabelecida uma distinção entre as metrópoles brasileiras: as das áreas desenvolvidas e as das regiões economicamente inferiorizadas ou, o que dá no mesmo, as sadias e as "inchadas". Segundo o critério do seu poder de centralidade

ou da extensão da sua área de influência, impõe-se também uma distinção: metrópoles nacionais e metrópoles regionais. A Grande São Paulo e a Grande Rio estão na primeira categoria; as demais, na segunda.

IV

A organização do espaço brasileiro sob os influxos da urbanização da economia nacional

Não serão poucas nem serão de pouca profundidade as consequências de um processo que, sendo de urbanização acelerada, se torna também de superurbanização e metropolização em escala regional e a nível nacional. A esta altura, não poderíamos pretender examiná-las detidamente. Mencionemos que os resultados do processo em causa manifestam-se no âmbito interno, ou seja, dentro de cada área metropolitana e, no âmbito externo, isto é, nas sob o poder de organização do espaço, que as metrópoles possuem.

Os efeitos que se manifestam dentro de cada área metropolitana afetam as realidades e problemas vários dos superaglomerados, especialmente os de natureza social, econômica, psico-social e sanitária. Problemas de transporte e tráfego, problemas de suprimento dágua, problemas de esgotos sanitários, problemas de abastecimento alimentar, problemas de equipamentos funcionais urbanos dos diversos tipos, problemas de poluição do ambiente, e outros que também contribuem para diminuir condições de conforto e bem-estar das grandes comunidades citadinas. Observação genérica, a esse respeito, é a de que, a partir de certo nível, são fortemente crescentes os custos de expansão de um centro urbano e que, muitas vezes, não correm eles à conta somente da comunidade que o habita. Observe-se, por outro lado, não serem raros os casos, como o da Grande São Paulo e o da Grande Recife, em que o ritmo das soluções não pode acompanhar o ritmo do agravamento dos problemas.

Essa última constatação conduz à inferência de que tais problemas não se solucionariam através apenas de uma política de organização dos espaços metropolitanos, mas de uma política espacial mais ampla que incluisse entre os seus objetivos o de atenuar o ritmo do crescimento urbano. Tal concepção implicaria na proscrição do "laissez faire" espacial e na inserção, nos programas de desenvolvimento nacional e regional, da componente espaço, definida e expressa através de diretrizes estratégicas capazes de minimizar o processo de superconcentração demográfica e econômica.

Quanto aos efeitos externos do gigantismo urbano e, em particular, da metropolização, interessa referir os que se exprimem em organização do espaço. O próprio crescimento de um centro urbano vai implicando em alargamento das áreas que abastecem as suas populações ou suprem de matérias primas as suas fábricas. Vai implicando também na ampliação dos espaços, vizinhos ou distantes, recebedores dos produtos que fabrica ou que distribui. E a infra-estrutura da circulação vai atendendo, no seu traçado, aos reclamos das forças de expansão citadina, ao mesmo tempo em que propicia e estimula o seu crescimento. Opera-se, assim, a formação de áreas periféricas e áreas de influência, em condições e graus variados de integração.

Papel de relevância especial tem tido, no caso brasileiro, que é o de um país de distâncias imensas, o transporte rodoviário. Sabe-se que a circulação hidroviária e a circulação aeroviária realizam integração através de pontos de contacto, os portos e os aeroportos. No caso da ferrovia, as estações de trem representam esses pontos. A rodovia, porém, tem a vantagem de ligar palmo a palmo as terras por onde passa. Elas são — por isso e por outras razões — o mais forte instrumento de integração territorial, o que as credencia, ao mesmo tempo, como grande ferramenta de uma geografia voluntária ou, mais ambiciosamente, de uma geografia planejada, a que se poderá chegar através do "amenagement" programado do espaço. Não há dúvida de que a expansão rodoviária brasileira, complementando e propicioando o superdesenvolvimento urbano, está sendo, com ele, o grande elemento estruturador e organizador do espaço nacional.

Anteriormente, durante o longo período de predominância do tipo rural de sociedade, as economias regionais, baseadas sobretudo em mercados externos, haviam compartimentado o território do país em espaços variavelmente autônomos, segundo o modelo "arquipélago". Com o surto da metropolização econômica, criou-se, porém, uma área de forte poder centralizador a nível nacional. É a "área nuclear" da economia brasileira, representada pelo triângulo Grande São Paulo, Grande Rio e Grande Belo Horizonte. Em torno dela, surgiram as zonas periféricas. Processa-se a estruturação espacial segundo o modelo "centro-periferia".

Fenômeno semelhante ocorre, em escala menor, quanto a cada uma das metrópoles regionais e aos espaços sob o seu comando respectivo.

Como resultado geral do processo, a estrutura espacial brasileira apresenta-se atualmente na forma revelada, em seus grandes lineamentos, pelo esquema abaixo (adaptado de Geiger e Fernandes) (12):

1 — Espaços nucleares

1.1 De âmbito nacional (área nuclear nacional): — triângulo formado pelas áreas metropolitanas de São Paulo, Rio e Belo Horizonte.

1.2 De âmbito regional (áreas nucleares regionais): áreas metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Curitiba e Porto Alegre (além das de São Paulo, Rio e Belo Horizonte, que também possuem função macro-regional).

12 — *Geiger*, P. — "Organização Regional do Brasil". Revista Geográfica. Instituto Panamericano de Geografia e História, Rio de Janeiro, n.º 56, dezembro de 1964.

— *Bernardes*, Nilo — "O Espírito Santo no Quadro Macrorregional Brasileiro" — Um Caso de Desigualdade Regional do Desenvolvimento Econômico: o Estado do Espírito Santo. Publ. da Comissão para Aspectos Regionais do Desenvolvimento Econômico, da União Geográfica Internacional, Rio de Janeiro, 1971.

2 — Espaços periféricos à área nuclear nacional

2.1 Periferia integrada:

a) Subtropical: — Região Sul.

b) Tropical: — Região Sudeste mais o sul de Mato Grosso e Goiás.

2.2 Periferia semi-integrada: — Nordeste.

2.3 Periferia não integrada: — Amazônia (Amazônia Legal).

3 — Espaços periféricos às áreas nucleares regionais: — os das zonas de influência das respectivas metrópoles regionais.

Indagação do maior interesse (com ela, pretendemos concluir) seria a referente às relações entre o desenvolvimento brasileiro projetado no espaço geográfico segundo o modelo "centro-periferia" e o problema das desigualdades regionais da expansão econômica. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, eram os seguintes, em 1965, os quantitativos do produto nacional bruto por habitante, em dólares, nas diferentes macrorregiões brasileiras: Sudeste, 329 (subindo, porém, para 415 no caso do Estado de São Paulo), Centro-Oeste, 214; Sul, 197; Norte, 96; Nordeste, 93 (caindo, porém, para 61 no caso do Nordeste Ocidental). As desigualdades são, pois, muito acentuadas. Acresce que cerca de 80% do PNB concentram-se nas regiões Sudeste e Sul. Prossegue na sua marcha o processo combativo que gerou irreversivelmente o crescimento diferencial em favor do espaço que veio a formar a "ára nuclear nacional".

Variam de espaço para espaço os efeitos da urbanização da economia que, em termos especiais, se traduz no modelo "centro-periferia". Motivam essas variações circunstâncias ligadas à posição geográfica da região bem como às peculiaridades das suas condições e à época de ocorrência da mudança. Tudo indica, entretanto, que, nas diferentes periferias e nos ca-

sos mais gerais, as relações externas das economias regionais se têm tornado mais desfavoráveis ou mais adversas, acarretando um agravamento relativo da situação das áreas economicamente inferiorizadas.

A matéria está certamente a merecer pesquisas e estudos com a finalidade, entre outras, de se precisar até que ponto o crescimento da economia nacional segundo o modelo mencionado agrava o mais sério dos problemas brasileiros: o da desigualdade regional do desenvolvimento, que divide o país em duas partes, a da opulência e a da pobreza. Ou seja, até que ponto dito modelo estaria criando efeitos de colonização em relação a amplos espaços constitutivos das áreas periféricas. Aspectos a serem abrangidos por esses estudos:

1.º As formas e processos de transferência de renda das regiões periféricas para a área nuclear nacional, entre os quais: a) a natureza das trocas interregionais (produtos manufaturados por produtos primários); b) a formação e utilização da receita cambial; c) os defeitos do sistema tributários; d) a canalização de poupanças via mercado de capital;

2.º A estrutura setorizada (aliás inevitável) da administração federal (agricultura, transportes, minas e energia, indústria e comércio) com a tendência natural de se aquinhoarem melhor, em cada setor, as áreas geográficas que, dentro dele, têm maior participação. Registre-se que a única faixa administrativa onde prevace a abordagem espacial é a do Ministério do Interior, o qual, entretanto, não pode impedir que o critério apenas regional com que se aplicavam os incentivos fiscais para o Nordeste e o Nordeste fosse quebrado, pela pressão de sentido setorial, em favor da pesca, do reflorestamento e o do turismo;

3.º O grau de participação das áreas periféricas e das áreas nucleares nos escalões decisórios.

Uma aproximação hidrográfica com as perspectivas energéticas do Nordeste

RACHEL CALDAS LINS (*)

1. *A Região Nordeste*

O presente estudo é de cunho geográfico e propõe-se a uma aproximação global com a potencialidade hidrelétrica do Nordeste.

A Grande Região Nordeste é a que corresponde à área de atuação comum da SUDENE e do Banco do Nordeste do Brasil (1.647.298km²) e abrange os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, além da parte setentrional do Estado de Minas Gerais (região de Montes Claros), ou seja, o vértice meridional do "polígono das secas", e mais o Território de Fernando de Noronha. A área do "polígono" totaliza 978.291km² e, dentro dela, foi recentemente atribuída à Zona Semi-árida propriamente dita a dimensão de 839.400km², ou sejam 51% da área total do Nordeste (1).

O Nordeste, porém, da divisão do país em regiões eletroeconômicas estabelecida pelo Ministério das Minas e Energia não inclui a parte setentrional do Estado de Minas Gerais.

(*) Professor titular de Geografia Regional do Departamento Ciências Geográficas do Instituto de Geociências da UFPe. Diretor do Departamento de Geografia do IJNPS.

(1) A estimativa foi tentada por CARVALHO (1972:121), com base em aproximações ecológicas propostas por J. G. Duque (*O Nordeste e as lavouras xerófilas*, BNB/ETENE, Fortaleza, 1964).

2. *Aspectos gerais da hidrografia*

Mais de 45% da área do Nordeste está constituída de estruturas cristalinas e cristalofilianas, onde os aquíferos estão representados apenas, em modestíssima escala, por zonas de fraturas e diáclases. Das estruturas sedimentares a de maior extensão, com cerca de 500.000k² é a bacia neopaleozóico-mesozóica conhecida como "bacia do Meio Norte" (ou "bacia do Maranhão-Piauí", ou "bacia do Parnaíba"). Dos 631.666k² da bacia hidrográfica do São Francisco, apenas pouco mais de 30% corresponde a terrenos sedimentares. Ainda e sempre em números redondos, o mais são os 40.000k² das bacias sedimentares de Tucano e do Recôncavo, os 20.000 da bacia do Apodi (RN) e os 12.000 da do Cariri cearense, além de pequenos retalhos dispersos de depósitos outros, inclusive aluviões. Exceção feita da bacia sedimentar do Meio Norte, todas as demais se contêm no "polígono das secas".

As porções regionais em que o cristalino se acha mais extensivamente exposto podem ser resumidas em duas grandes unidades: a intumescência chamada "núcleo nordestino" do escudo brasileiro e a grande dorsal oriental do Estado da Bahia. À primeira — particularmente estereotipada no conjunto de maciços e cristas residuais a que se costuma dar o nome de "planalto da Borborema" — coincide em grande parte com a Zona Semi-árida nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, onde a incidência das secas anuais tem uma frequência maior de 80%. Esse núcleo nordestino — assimilado por uns a uma estrutura dômica de baixa elevação e grande raio e, por outros, a um efeito de "amarrotamento" local, resultante da intersecção de várias direções de dobramentos de fundo do escudo brasileiro — comporta-se como um centro de dispersão radial dos rios que correm para a costa setentrional (Ceará e Rio Grande do Norte), dos que fluem para a costa oriental e dos que, em Pernambuco, demandam o São Francisco ao sul. Essa drenagem radial principalmente feita, desse modo, numa estrutura de baixa ou nula permeabilidade tem rápido escoamento, fato por mais de uma vez salientado já quanto ao papel que essa mesma estrutura desempenha em relação aos

problemas dágua no Nordeste. Um perito da UNESCO, por exemplo (2), deixou-se surpreender com isso de que na "África do Norte, em Israel ou na Turquia a zona árida está presente quando o módulo pluviométrico é inferior a 250mm. Em contraposição o Polígono das Secas recebe muitas vezes de 500 a 800mm de água por ano em média e, no entanto, percorrendo este território vemo-lo aparecer em realidade como árido e seco".

No que respeita aos condicionamentos maiores que a morfologia regional exerce sobre a hidrografia, o Nordeste tem um relevo de modesta expressão. Na região Sudeste do país, toda a fachada atlântica, além de alimentada anualmente por precipitações muito regulares, dispõe-se em bordos de planaltos alçados sobre a costa e disso decorre que, precisamente nas vizinhanças de grandes concentrações urbanas onde é maior o consumo de energia elétrica, vários rios de planalto, geralmente bastante acidentados, apresentam saltos de 10 a 50m de desnível. No Nordeste, por oposição ao que acontece nas áreas meridionais brasileiras de tectonismo recente mais enfático, os acidentes vêm a ser sobretudo formas residuais deixadas eminentes sobre extensos aplanamentos que se sucederam desde o Cretácio, cada um dos dos quais seguido de moderada exaltação crustal deflagradora de nova fase de pediplanação. Em outras palavras, formas postas em relevo sobretudo pela degradação de superfícies das quais permaneceram afinal como registros poupados à erosão.

Essas superfícies gerais de aplanamento, ou pediplanos, foram pelo menos três, o último dos quais, consumado nos começos do Pleistoceno, tem enorme extensão regional e cujas vagas de erosão modeladoras remontaram penetrantemente os eixos de drenagem e se alastraram pelas bacias hidrográficas, de sorte que a maior parte do relevo atual que se levanta sobre esse pediplano são as já mencionadas formas remanescentes das superfícies mais antigas: grandes e pequenos maciços residuais; cristas; *inselbergs* isolados ou alinhados em "cortinas"; chapadas sedimentares e relevos de *cuestas*, também sedimentares.

(2) STRETTA, 1958:148-50.

Abaixo do nível desse pediplano mais recente desenvolveram-se ainda níveis de erosão com maior ou menor penetração do longo dos rios, mas sempre relativamente acantonados, isto é, sem um desfecho geral de desmonte de interflúvios e, portanto, sem se consumarem em pediplanos.

As formas residuais mais altas, que se registram apenas num ou noutro ponto do Nordeste, mal ultrapassam 1.000m de altitude. Todo o resto está representado, ora por cotas em torno dos 700/750m — que são retalhos do segundo dos três aplanamentos, extensivamente atacado e desmontado pelas vagas de erosão do pediplano mais recente —, ora por altitudes abaixo dos 600m, corresponde às desse pediplano, as quais se elevam gradualmente de jusante para montante ao longo dos eixos principais da drenagem e destes para os divisores, dentro de cada bacia hidrográfica. Disso resulta que os perfis longitudinais dos maiores rios nordestinos têm sempre um declive médio de valor reduzido. Deles somente um, o São Francisco, é um rio de planalto. O segundo em extensão, o Parnaíba teve sua bacia hidrográfica incisivamente remontada pelo aplanamento mais recente que, dos 40/50m abaixo dos quais a calha fluvial se escava nas vizinhanças da foz, se alteia apenas acerca de 600m nos vales dos mais remotos formadores, como o Gurguéia, a mais de 1.000km do litoral. Enquanto isso, no São Francisco, a soleira de Paulo Afonso impôs um limite a essa vaga de erosão propagada a partir do litoral, de modo que o pediplano mais recente só se restabelece 80m acima, a montante da cachoeira. Dito doutro modo, o nível de base do aplanamento no baixo São Francisco, foi o nível de base geral, ou oceânico, porém acima de Paulo Afonso, a 240km da foz, o nível de base é o local, da soleira granítica. Com resultados morfológicos embora menos enfáticos, funcionam ainda rio acima outros níveis de base locais do mesmo gênero, representados pelas cachoeiras e corredeiras que se sucedem até a de Sobradinho, e reaparecem ainda no alto curso, a partir de Pirapora.

Quedas e corredeiras, de resto, salientaram-se em consequência da gradual superimposição dos cursos dágua a partir de superfícies mais antigas e à medida que estas foram sendo

degradadas. Há, porém, um outro efeito dessa degradação que merece ser mencionado do ponto de vista da construção de barragens, quer com vistas à açudagem pura e simples, quer também à captação de energia hidráulica. São os "boqueirões" regionais, entalhados por cursos transversalmente superimpostos a cristas de afloramentos rochosos de maior resistência tópica, ao mesmo tempo em que essas ocorrências litológicas foram sendo expostas pela degradação. Já desde os primeiros estudos da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas foi enfatizada a importância dessas ocorrências para o armazenamento dágua no Nordeste. Entre vários outros, o açude de Orós foi construído à custa dum boqueirão do rio Jaguaribe.

As cachoeiras, como se sabe, não são imprescindíveis à captação de energia hidráulica. Sem falarmos de que, em rios de vasão permanente, usinas a fio dágua (como as do Reno e do Ródano) não possuem barragens funcionando, a represa de Estalinegrado, no Volga, gera eletricidade à custa duma barragem com 15km de extensão. Com as ressalvas de que um represamento pode resultar anti-econômico por alagamento de áreas densamente habitadas ou altamente produtivas e de que a configuração topográfica a montante nem sempre o permite, barragens de elevadas estruturas podem criar, elas mesmas, grandes desníveis e acumular potencial hidráulico. Não sendo de desprezar o fato de que a importância da massa dágua represada acima das turbinas é bem maior do que a força de gravidade resultante do desnível. Desse modo as usinas de Paulo Afonso e da Boa Esperança são centrais, com base, ao mesmo tempo, na diferença de nível e na capacidade de estoque.

Do mesmo modo como um vale apertado, ou uma garganta em área montanhosa facilita o represamento dágua sem ser necessário construir barragens muito dispendiosas, com quilômetros de extensão, o aproveitamento dos boqueirões nordestinos oferece as mesmas facilidades, em certos casos. O açude Boqueirão, no Paraíba do Norte (PB), é um exemplo desse aproveitamento. E o já mencionado açude de Orós — que inundou uma área de 350km², pode estocar 40 milhões de m³ e vale-se duma bacia de drenagem com 21.000k² — tem uma barragem de apenas 278m de extensão e uma altura de 49m.

Uma classificação sumária (SANTOS, 1970) de usinas hidrelétricas agrupam-as em três categorias: as de alta, média e pequena queda (respectivamente 200m e mais, entre 200 e 20m e abaixo de 20m). No Nordeste, as já apontadas circunstâncias permitem apenas usinas de pequena e média quedas, e entre as desta última categoria a de maior desnível é a de Paulo Afonso (81m).

É uma noção, além disso, elementar de hidráulica essa de que a maior potencialidade está na razão direta, ao mesmo tempo, da maior queda e do maior volume dágua. Se passarmos a considerar, deste modo, a descarga fluvial iremos repetir o que de todos é sabido: que as condições geográficas do Nordeste são relativamente difíceis para a geração da energia hidrelétrica em consequência, em última análise, das precipitações escassas e irregularmente distribuídas durante o ano e também ano após ano. Irregularidades essas que repercutem nas turbinas sob a forma de diferenças de nível muito acentuadas entre os períodos de enchentes e vasantes.

A energia fornecida pela água corrente é proporcional ao débito dos cursos dágua interessados, de sorte que as condições mais favoráveis a um equipamento hidrelétrico estão nas regiões com regime pluviométrico regular e abundante. Na mesma ordem de idéias, a variação da quantidade dágua disponível é sempre de maior amplitude nas regiões áridas e semi-áridas, o que, por sinal, parece ocorrer mais sensivelmente no hemisfério Sul do que no Norte.

Como acontece, de resto, com todos os rios brasileiros (excetuados apenas alguns tributários andinos do Solimões) a pluviosidade constitui, direta ou indiretamente, a única fonte alimentadora dos rios nordestinos.

Os regimes de chuvas do Nordeste têm diferentes origens e são de diferentes estaçõs (3), mas sua irregularidade, embora em graus diversos, é um denominador comum que os assimila. O que se passa no território semi-árido nordestino pode ser tomado como referência demonstrativa dessa assimilação.

(3) Chuvas de verão, de verão-outono e de outono-inverno. (Vd., para detalhes, ANDRADE & CALDAS LINS, 1970).

A fixação das principais características solidárias da semi-aridez é sucessivamente procedida em função dos seguintes critérios: a) variação dos totais pluviométricos ano após ano; b) irregular distribuição anual das precipitações; c) duração da estação seca; d) balanço hídrico anual. No que respeita aos três primeiros itens, as irregularidades registam-se notavelmente, embora com valores centrifugamente atenuados, no "polígono das secas" que envolve a Zona Semi-árida e ainda na periferia úmida exterior desse "polígono", como é o caso da Zona da Mata do Nordeste Oriental. Quanto ao balanço hídrico anual — negativo no semi-árido, como área seca permanente, embora com variações para mais ou para menos — seria obviamente um critério referencial quando estudos sistematicamente conduzidos viessem a revelar, segundo todas as probabilidades, que na periferia imediata à Zona Semi-árida, ou seja na parte do "polígono" que a envolve, o que ocorre é um balanço de ordinário positivo mas com frequente intercorrência de anos com balanço hídrico negativo, ou anos de seca. Nas áreas exteriores ao "polígono", finalmente, as secas jamais culminam, ou só excepcionalmente se registam, mas as irregularidades pluviométricas repercutem com maior ou menor gravidade na economia dágua para fins agrícolas.

Exceção feita dos rios maranhenses, de alguns pequenos tributários dos drenos que demandam a costa oriental e dos formadores mais remotos do São Francisco, a montante de Pirapora, bem como de alguns afluentes seus pela margem esquerda, todos os cursos dágua do Nordeste provêm do "polígono das secas" e alguns têm suas nascentes mesmo na Zona Semi-árida, isto é, numa Zona onde caem menos de 1.000mm anualmente, onde áreas com menos de 650mm distribuem-se pela porção setentrional do Rio Grande do Norte, maior parte da Paraíba e oeste de Pernambuco, e onde as áreas com menos de 500mm estão a oeste do "planalto da Borborema" e na bacia média inferior do São Francisco. No interior mesmo do "polígono" todos

os rios, salvo o São Francisco e o Parnaíba, "atingem o ponto de esgotamento no mês subsequente ao término das chuvas. O escoamento específico médio nesse período é de apenas 3 litros/seg/km² de bacia hidrográfica, registra CARVALHO (1972: 26). Ainda segundo o mesmo autor, "a extrema irregularidade interanual das chuvas, associada à impermeabilidade do solo, provoca uma deformação no regime dos rios possibilitando a ocorrência de cheias violentas e ausência de escoamento, durante todos os períodos de estiagem". Dessarte, o que caracteriza principalmente o regime fluvial do Nordeste é a grande variabilidade dos seus deflúvios. O regime de escoamento apresenta todas as irregularidades observadas nas chuvas que aí ocorrem (págs. 69 e 73).

Daí a generalizada ocorrência de cursos dágua intermitentes e efêmeros, condições essas a que escapam somente os rios maranhenses, o Parnaíba, os baixos cursos terminais, sempre mais ou menos afogados, do Nordeste Oriental (como o Jaguaribe, o Piranhas, o Paraíba do Norte e o Capibaribe), os rios das bacias de Sergipe e Alagoas e os já mencionados tributários pela margem esquerda do São Francisco. Nos rios intermitentes, o leito jaz acima do lençol freático durante todas as estações, de sorte que não há re-carregamento à custa do aquílero; nos efêmeros, este dispõe-se acima do leito na estação chuvosa e abaixo na seca (ICHIKAWA, 1972: 39/40), de modo que se comportam à maneira de *oueds* africanos.

Por outro lado, é frequente em todos esses cursos a vasão torrencial episódica, resultante de aguaceiros pesados que aceleram a erosão nas vertentes voltadas para a bacia de recepção e introduzem nos rios grande massa de detrito do manto de alteração. E como cada barragem funciona como um nível de base local, retardando a velocidade do fluxo e tornando negativa a competência líquida da água corrente, o açoreamento ou entulhamento dos reservatórios é um processo que pode abreviar a duração do seu aproveitamento útil se não desenvolvessem ativamente medidas anti-erosivas acauteladoras, tais como a restauração ou o adensamento da cobertura vegetal nessas vertentes.

3. *As bacias hidrográficas*

Em função de algumas peculiaridades que apontaremos sucessivamente — peculiaridades geológico-morfológicas das áreas drenadas e peculiaridades relativas ao regime fluvial — convencionamos considerar no Nordeste as seguintes bacias hidrográficas:

a. bacias maranhenses;

b. bacia do Parnaíba;

c. bacias do Nordeste Oriental;

d. bacias de Sergipe e Bahia;

e. bacia do São Francisco.

a. *Bacias maranhenses*

Excluídos os afluentes do Parnaíba pela margem esquerda e os do Tocantins e do Gurupi pela margem direita — limites que são esses dois coletores, respectivamente, do Estado do Maranhão, com os de Goiás e do Pará — os rios Itapicuru, Mearim, Grajaú, Pindaré e Turiaçu drenam exclusivamente terras do Maranhão. O Mearim, o Grajaú e o Pindaré, aliás, confluindo todos afinal para o golfão maranhense, constituem em última análise um único sistema.

Todas essas bacias hidrográficas maranhenses delimitaram-se dentro das porções central e ocidental da bacia sedimentar do Meio Norte, já mencionada. E como o mergulho geral das camadas da estrutura é para noroeste, esses rios maranhenses comportam-se *grosso modo* como ortoclinais, salvov o médio Itapicuru, que é cataclinal (4).

(4) Cataclinal (ou *consequente*) é o rio que corre segundo a direção do mergulho das camadas. *Anaclinal* (ou *obsequente*) é o que corre contrário aos cataclinais. Quando o curso tem sentido perpendicular à direção do mergulho das camadas chama-se ortoclinal (ou *subsequente*).

À falta de estudos detalhados sobre o regime fluvial, pode-se tomar como referência o regime de chuvas. São todos rios perenes e alimentados por uma pluviosidade anual média em torno de 1.250 a 2.000mm. Salvo nas cabeceiras do Itapicuru, do Mearim e do Grajaú, onde as chuvas são de verão, domina todas as bacias o regime de chuvas de verão-outono da Convergência Intertropical, com duas máximas anuais. As variações anuais dos débitos podem ser presumidas, assim, em função do regime pluviométrico, como algo semelhante às dos aluentes meridionais do baixo Amazonas, a exemplo do Tocantins, isto é, débito mensal máximo no outono (março-abril) e mínimo no fim do inferno (agosto), o que configura um "regime tropical pouco retardado", segundo a classificação de PARDÉ (1958).

A pediplanação mais recente, que já deixamos referida, remontou penetrantemente essas bacias. As cabceiras mais remotas situam-se em altitudes da ordem dos 400m e só as do Grajaú manam de chapadões com pouco mais de 600m. São rios cujo perfil longitudinal aproxima-se muito duma curva de equilíbrio, o que é favorecido pela estrutura sedimentar onde correm, sem intercalações notáveis de soleiras muito resistentes. Contudo, e embora sem maiores indicaçõs sobre os desníveis, relacionam-se quedas dágua no Itapicuru (Grande e Três Irmãos) e no Grajaú (Lages e Poço do Peixe). O maior número delas, porém, ocorre no Gurupi.

b. *Bacia do Parnaíba*

O Parnaíba é o grande rio ortoclinal por excelência da bacia sedimentar do Meio Norte, cujo bordo ocidental praticamente coincide com os divisores também ocidentais da bacia hidrográfica. Os grandes afluentes pela margem direita são cataclinais e os da margem esquerda, todos de curso muito reduzido, salvo o Balsas, são anaclinais. O Parnaíba destaca-se, ao mesmo tempo, dos rios maranhenses e dos das bacias contíguas do Nordeste Oriental. Tem vasão perene, como os primeiros, mas os seus tributários pela margem direita são ora intermitentes, ora efêmeros, porque provêm da Zona Semi-árida nordestina, onde a frequência de incidência de secas é maior de 80%.

A orla precambriana oriental e sul-oriental da bacia hidrográfica (e da bacia sedimentar do Meio Norte) alonga-se pelos Estados do Ceará, de Pernambuco e da Bahia. Em face desse bordo alteiam-se as *cuestas* devonianas, em parte obliteradas, que a partir das vizinhanças da costa cearense formam um alinhamento com os nomes, sucessivamente, de serra da Ibiapaba, Grande, dos Cariris Novos, de Dois Irmãos e do Piauí. Todo esse alimento, que corresponde quase sempre ao limite oriental do Estado do Piauí, funciona como divisor dáguas entre a Parnaíba, de uma parte, e as bacias cearenses e a do São Francisco, esta última no setor ocidental de Pernambuco e no setentrional da Bahia.

A metade superior da bacia hidrográfica está sujeita aos aguaceiros de verão da massa Equatorial continental, enquanto a inferior participa do regime de verão-outono. É um rio de vasão torrencial no período das chuvas, mas sobretudo no inverno tem débito minguado, assegurado apenas pelos aquíferos armazenados na estrutura e pelos curtos tributários perenes pela margem esquerda. O aproveitamento dum boqueirão associado a uma soleira em Guadelupe possibilitou a barragem da Boa Esperança e a instalação da Central Hidrelétrica Marechal Castelo Branco. Além deste, porém, outros pequenos desníveis são apontados rio abaixo e rio acima — ao todo oito corredeiras, cujo valor da queda não temos elementos para precisar — e também um, pelo menos, no Gurguéia e um no Urussuí, que são dois grandes formadores do Parnaíba.

c. *Bacias do Nordeste Oriental*

O que designamos aqui como Nordeste Oriental é o conjunto formado pelos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, além da pequena porção oriental de Pernambuco e Alagoas não drenada para o rio São Francisco.

Com relação à intumescência do núcleo nordestino mencionada atrás, todos esses rios comportam-se como cataclinais

em função do mergulho geral da estrutura, tanto para o norte (rio da costa setentrional), como para leste (rios da costa oriental).

Além doutros menores, como o Acariaçu, o Curu e o Choró, o maior rio cearense é o Jaguaribe. Ainda na costa setentrional salientam-se o Apodi e o Açu (Rio Grande do Norte), e na oriental o Ceará Mirim, o Potengi (RN), o Curimataú, o Mamanguape, o Paraíba do Norte (PB), o Goiana, o Capibaribe, o Jaboatão-Pirapama, o Ipojuca, o Serinhaém, o Una (PE), o Santo Antônio Grande, o Paraíba do Meio, o Mundaú, o São Miguel e o Coruripe (AL).

Todas essas bacias estão situadas, quer na sua totalidade, quer em grande parte em região de escassas precipitações assinaladas por curtas estações chuvosas de aguaceiros concentrados. Particularmente os cearenses e norte-riograndenses "cortam" durante a longa estiagem anual. O exemplo mais característico é o Jaguaribe, apontado como "o maior rio seco do mundo". Sua bacia situa-se praticamente por inteiro no complexo cristalino e somente no curso terminal tem um traçado ortoclinal em relação à *cuesta* ocidental da chapada do Apodi (bacia sedimentar do Apodi, na costa setentrional do Rio Grande do Norte). Nos rios paraibanos e, principalmente, nos pernambucanos esses efeitos de temporalidade, ou intermitência, atenuam-se e chegam mesmo a dissipar-se nos cursos terminais, alimentados pelas precipitações mais abundantes e melhor distribuídas anualmente da Zona da Mata da costa oriental (chuvas de outono-inverno, com algumas antecipações no verão). Essa atenuação faz-se maior ainda nos rios alagoanos que, ao contrário dos de Pernambuco e Paraíba, têm apenas pequena porção dos cursos superiores fora da Zona da Mata.

Os rios da costa setentrional têm um declive médio sempre inferior aos da oriental. Desde Alagoas até a Paraíba uma flexura continental grosseiramente paralela à costa deformou o pediplano mais recente antes de consumado, de sorte que os cursos que fluem do Agreste sub-úmido para a Zona da Mata, têm sempre, em percurso maior ou menor, um desnível da ordem

dos 200/250m, como é o caso do Ipojuca, onde esse desnível se manifesta enfático na queda de mais de 12 metros da cachoeira do Urubu. Já se cogitou até mesmo de aproveitar essa linha de quedas como um colar de barragens que proporcionaria, simultaneamente à zona canavieira e ao Agreste cerealífero e pecuário contíguo, regularização fluvial, irrigação, energia elétrica para fins industriais e eletrificação rural, mediante, inclusive, a instalação de barragens reversíveis.

d. *Bacias de Sergipe e Bahia*

Neste grupo consideramos todas as bacias desses dois Estados, excluída a do São Francisco. Do norte para o sul os coletores principais são o Vasa Barris, o Real, o Itapicuru, o Paraguaçu, o rio de Contas, o Pardo e o Jequitinhonha. Os mais setentrionais têm as cabeceiras na chapada Diamantina ou nos seus contrafortes e os meridionais originam-se na serra do Espinhaço. Têm de comum o fato de serem todos consequentes em relação à grande dorsal do Brasil oriental, a qual se dispõe em sucessivos desníveis em relação às planícies costeiras. A cachoeira Pancadas Grandes, no rio Serinhaém, tem sua queda de cerca de 80m. No Paraguaçu sucedem-se pelo menos quatro, duas das quais com 10m de desnível (Bananeiras e Matinho) e uma com 24 (Gameleira). Outras registam-se no Parto (Verruga), no Brumado (Brumado), no Mucuri (Santa Clara e Grande) e no Jequitinhonha (Cachoeira Grande, 44m). No rio de Contas a cachoeira do Funil move as turbinas da usina do mesmo nome (30.000kw).

Todos esses rios têm o seu baixo curso numa larga faixa costeira de pluviosidade elevada. As bacias superiores, porém, do Vasa Barris e do Real situam-se em áreas da Zona Semi-árida, de sorte que o regime de ambos se assimila aos dos rios nordesinos em geral. Do Itapicuru para o sul o regime fluvial é um complexo de tropical austral (chuvas de verão nos médio e alto cursos)e subequatorial, numa faixa costeira de chuvas bem distribuídas durante o ano, com duas máximas anuais.

Apesar de grande parte de sua bacia jazer em área de chuvas de verão, o débito do Itapicuru é fraco nessa estação. Seu

regime acusa um máximo muito elevado e breve em abril e outro menor em maio, ambos no outono, e o mínimo regista-se na primavera (outubro). O rio de Contas e o Pardo, mais ao sul, têm regime ainda mais complexo, com dois máximos, dos quais o principal é em março e o secundário em dezembro, e dois mínimos: um em setembro e o secundário em janeiro. Já o Jequitinhonha não chega a acusar propriamente dois máximos. O nível mais alto ocorre no verão (janeiro) e registra-se uma ligeira elevação em março. O mínimo, como nos anteriores, registra-se na primavera, em setembro (RADESCA, 1968: 591-2).

e. *Bacia do São Francisco*

A bacia do São Francisco (7,5% da área total do Brasil) alonga-se do sul para o norte, entre os paralelos de 20 e 9°S, atravessando regiões de variada pluviometria mas com ênfase posta quase sempre nas chuvas de verão, o que define um regime fluvial tropical típico. Só a porção superior da bacia, em Minas Gerais e parte da Bahia, recebe de 1.000 a 2.000mm anuais; em todo o resto, sobretudo no médio curso inferior, as precipitações andam em torno dos 500mm por ano. Estima-se, aliás, que 70% das águas drenadas pelo São Francisco provêm do Estado de Minas Gerais, malgrado ali estejam apenas 37% da área total da bacia. Nessa área total existem, além duma pequena parte do Distrito Federal, 429 Municípios (8,5 milhões de habitantes) dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Na região eletroeconômica Nordeste, porém, não se computam nem a parte drenada por tributários do São Francisco no Estado de Goiás nem, no de Minas Gerais, os 42 Municípios situados dentro do "polígono das secas" (Norte de Minas, ou "região de Montes Claros").

Pouco menos da metade (cerca de 300.000km² da área total da bacia estende-se dentro do "polígono", de modo que em relação à área total o débito médio do São Francisco, na foz, é sensivelmente baixo, como se pode ver duma comparação com outros rios brasileiros:

	Área da bacia (km²)	*Débito médio na foz (m³/s)*
São Francisco	631.666	3.150
Paraguai	353.994	3.000 (1)
Uruguai	177.786	3.500 (2)

1) Ao deixar o território brasileiro
2) Depois de receber o Quaraim

Já ficou dito, noutro tópico desta exposição, que de todos os rios do Nordeste o São Francisco é o único que corresponde ao tipo de "rio de planalto". Dos 2.660km que vão da nascente à embocadura, 1.434km representam o curso médio, entre Pirapora (MG) e Santa Maria da Boa Vista (PE), com um declive médio de apenas 0,1m/km. A jusante de Santa Maria da Boa Vista começam as corredeiras, que, antes de culminarem na cachoeira de Itaparica (17m), elevam esse declive médio para 0,23/km, num percurso de menos de 300km. Nos 105km que se seguem de Itaparica até Piranhas a declividade aumenta para 1,6m/km, mas aí estão computados os 81m da queda quase vertical de Paulo Afonso. De Piranhas até a foz (208km) o declive médio cai para 0,5m/km, mas ainda no segmento Paulo Afonso-Piranhas (74km) excede a média geral do baixo curso.

Com seu débito anual da ordem de 100 bilhões de metros cúbicos o São Francisco é um rio perene graças aos suprimentos pluviais, de verão, da mais remota porção superior da bacia e graças, também, em boa parte, à perenidade de vários dos seus maiores afluentes baianos, como os rios Grande e Corrente, que descem dos chapadões sediementares do divisor São Francisco-Tocantins. De Juazeiro (BA) até o baixo curso terminal, logo depois de ter recebido a 750km da foz o Salitre, que é já um rio subpermanente, todos os afluentes são temporários e torrenciais em plena Zona Semi-árida de chuvas de ve-

rão. Os registos obtidos em Juazeiro (BA) e Colégio (AL) revelam que o nível máximo das águas ocorre entre fevereiro e abril e o mínimo em agosto-setembro. Os problemas de regularização anual desse fluxo estão intimamente associados com o aproveitamento dos desníveis com vistas à geração de energia elétrica.

De jusante para montante uma enumeração sumária desses desníveis pode assinalar como principais:

a. o aproveitamento previsto em Pão de Açúcar (barragem de Xingô), para a produção de 540.000kw de potência instalada, interessando também à regularização do curso terminal com vistas à cultura do arroz;

b. a central de Paulo Afonso, cujos sucessivos aproveitamentos poderão dar 12 milhões de kw;

c. a barragem do Moxotó (44m de altura), prevista para geração hidrelétrica em 1974 (440.000kw) e com repercussões na regularização dos suprimentos dágua da barragem de Paulo Afonso;

d. a barragem do Ibó (em estudos), a jusante de Cabrobó (PE), com uma potência prevista de cerca de 670.000kw e interesse, também, para a regularização do São Francisco rio abaixo;

e. a barragem de Orocó (PE), também em estudos a jusante de Santa Maria da Boa Vista, para a produção de cerca de 660.000kw e para fins de irrigação de aluviões ribeirinhas;

f. a barragem de Sobradinho (BA), a montante de Petrolina-Juazeiro, cujo termo de construção está previsto para princípios de 1977; serão inundados 4.000k² (150km rio acima) e armazenados 37 bilhões de metros cúbicos; com 39,5m de altura, poderão ser acionadas turbinas capazes de gerar inicialmente 800.000kw; em termos de regularização do São Francisco estima-se que permitirá duplicar a capacidade de Paulo Afonso; um sistema de eclusas assegurará a continuidade da navegação;

g. a barragem de Bica Grande (MG), a montante de Mariana, prevista para uma produção de 258.000kw e para a irrigação de 3.700ha;

h. seguem-se, no alto São Francisco, a barragem de Formoso (Pirapora) que está sendo planejada, e a de Três Marias, ambas, porém em território mineiro além do "polígono das secas".

Estima-se que um total aproveitamento do potencial hidrelétrico do São Francisco alcance uma produção da ordem dos 20.000.000kw.

4. *O Brasil e o Nordeste na perspectiva energética mundial*

A distribuição dos recursos energéticos pela face da Terra é muito desigual. Em termos gerais, 90% das reservas de carvão e 80% das de petróleo estão ao norte de 20°N e dois terços do potencial hidráulico concentram-se a sul desse paralelo. O grosso das reservas petrolíferas ocorre no golfo Pérsico, no mar das Antilhas e no Cáspio (MANNERS, 1967: 22).

Existem, desse modo, economias baseadas no carvão, como na Grã-Bretanha e na Alemanha Ocidental, e economias baseadas no petróleo (Venezuela, Irã). Na Grã-Bretanha, apenas 25% da energia provêm das hidrelétricas; tudo o mais é gerado por termelétricas, à custa do carvão.

Provém do petróleo, contudo, mais de metade da energia consumida no mundo e essa participação tende a aumentar continuamente. Dos fins de 1959 até 1969 dobraram as reservas mundiais conhecidas, atualmente estimadas em 500 bilhões de barris, mas no mesmo período foi duplicado o consumo. Numa perspectiva assim mundial, portanto, todas as outras fontes de energia são alternativas ou complementares, pelo menos enquanto o consumo anual de petróleo (cerca de 15 milhões de barris) não tiver exaurido todas as jazidas. Estima-se, a propósito, que se novos depósitos não forem encontrados já não haverá mais petróleo a explorar no ano 2.000. Certo é que as reservas atuais de carvão (7,6 trilhões de toneladas, consumo anual

de 3 bilhões) só começarão a escassear a longo prazo, mas dois terços das disponibilidades mundiais concentram-se na Ásia e esse é um dado de suma importância política.

Em face disso e como o carvão e o petróleo, combustíveis fósseis, são ambos recursos exauríveis, as preocupações começam a derivar para sistemas de aproveitamento de recursos naturais inexauríveis, como as usinas termonucleares, as maremotrizes, as geotérmicas e as baterias solares.

Calcula-se que é ainda na Ásia que se concentra o maior potencial hidráulico do mundo (23,4%). O da África (140.000MW), apenas um pouco menor, é orçado em 23,1%, tocando à América do Sul não mais de 16,9%. Nos países ricos em carvão a iniciativa do equipamento hidrelétrico foi lenta e reduzida, e o mesmo se pode dizer com os ricos em petróleo; em ambos os casos a hidreletricidade faz o papel de forma de energia complementar. Mas a utilização da hidreletricidade mostra-se igualmente retardada em função de problemas representados pela distância entre as quedas dágua e os centros urbano-industriais. É com efeito na Ásia, na África e na América do Sul que a capacidade instalada mantém-se percentualmente menor (respectivamente, 10,7%, 1,1% e 3,6%. Na África, sobretudo, afastadas dos grandes centros industriais, continuam inexploradas as maiores reservas de potencial hidráulica, como as da bacia do Congo e do Alto Nilo, e só recentemente as quedas do Zambeze estão sendo objeto de projetos de usinas geradoras.

Enquanto isso, na Europa e na América do Norte, que detêm respectivamente apenas 6,0 e 8,9% do potencial hidráulico mundial, registam-se 38,6 e 34,7% da capacidade instalada em todo o mundo. Isso apesar de que os Estados Unidos edificaram um sistema energético que confere preponderantemente aos combustíveis líquidos e ao gás natural, preponderância assegurada por altas disponibilidades petrolíferas e pelo desenvolvimento tecnológico, ao passo que a Europa, pobre de petróleo, tem tirado do carvão o essencial de sua energia.

As obras hidrelétricas são as que exigem maiores investimentos e prazos mais longos de amortização de capitais. Uma vez amortizados esses capitais, porém, a produção é praticamente gratuita e alimentada por um recurso natural inesgotável. Por outro lado, em igualdade de condições quanto à equivalência do potencial, embora as usinas termelétricas sejam de construção mais rápida com menores despesas, essa vantagem é neutralizada em parte pelos gastos com o combustível.

A América do Sul é infinitamente menos dotada de combustíveis fósseis do que a América do Norte e nela o Brasil não é um país particularmente favorecido do ponto de vista do potencial energético geral, cujo desenvolvimento tem sido condicionado pela má qualidade do carvão encontrado em seu território, pelas necessárias limitações impostas à importação do carvão estrangeiro e pela produção ainda insuficiente de óleo combustível derivado do petróleo, cuja extração, no Brasil, apenas corresponde a um terço do consumo. Desse modo a expansão da indústria brasileira de eletricidade ficou na dependência, quase por inteiro, do aproveitamento dos recursos hidráulicos, inclusive porque, nas condições em que se encontra o setor de energia elétrica, a de origem hidráulica é a produzida pelo menor custo.

Nem todas as necessidades mecânicas, térmicas e específicas duma economia industrial podem ser atendidas pela energia elétrica, mas as possibilidades hidrelétricas do Brasil são de tal modo vantajosas que isso lhe tem assegurado, nos últimos trinta anos, o maior índice de desenvolvimento industrial entre os demais países da América Latina. Já nas décadas de 40 e 50 a criação duma indústria carbonífera e elétrica implicou na constituição de sociedades públicas e na intervenção do Estado, como foi o caso de Volta Redonda, da Petrobrás e das grandes companhias estatais de eletrificação, de modo que desde então o desenvolvimento da exploração energética associava-se estreitamente aos primeiros impulsos do surto de industrialização. Quando, nos começos da década de 60, o setor energético entrou a se definir com ênfase plena, já se tinha progressivamente in-

tegrado no conjunto da economia nacional (QUEIROZ, 1970: 113).

Estima-se que o potencial hidráulico brasileiro é superado somente pelos do Canadá, dos Estados Unidos e da URSS (RADESCA, 1965: 47). Computados apenas os aproveitamentos com potência superior a 4MW, esse potencial é de 78.946,9MW, (5), dos quais 12.025,4 na região eletro-econômica Nordeste (vd. Quadro n.º 1).

Depois da criação da ELETROBRÁS (Lei n.º 3.890-A, de 23 de março de 1961) a capacidade instalada no Brasil foi mais do que duplicada (5,7 milhões de kw em 1962; 14 milhões em 1972), num ritmo de crescimento (12% ao ano), somente comparável ao do Japão e a outros mais altos índices do mundo. Através dessa empresa (*holding*) que é um dos maiores grupos empresariais da América Latina, com um ativo real superior a 14 bilhões de cruzeiros, o Brasil transformou-se num dos maiores investidores mundiais em programas energéticos, aplicando atualmente mais de 5 bilhões de cruzeiros por ano na construção de usinas e sistemas de transmissão e distribuição.

Segundo um relatório da CEPAL (1971) o consumo brasileiro total de energia de todo tipo é estimado como equivalente a 222 milhões de toneladas de petróleo, o que representou um aumento de 7% em relação a 1970. Esses dados situam o consumo *per capita* em torno de 815kg de petróleo, inferior ainda, portanto, à média ótima de 1.300kg; em termos, porém, de produção de energia elétrica o mesmo relatório acentua que, em 1971, foi o Brasil o país latino-americano que registrou maior aumento na capacidade instalada, seguindo-se o México, a Colômbia e a Argentina. Os 388MW de que a Argentina se acrescentou naquele ano são obtidos de duas usinas hidrelétricas e três termelétricas (gás e vapor). No México, o aumento rápido da capacidade instalada também resulta principalmente de usi-

(5) Computados os aproveitamentos com potência inferior a 4MW, esse total seria quase duplicado (cerca de 150.000MW).

Quadro n.º 1

POTENCIAL HIDRÁULICO DO BRASIL

(resumo)

REGIÃO ELETRO-ECONÔMICA	ESTÁGIOS DOS APROVEITAMENTOS				Total (MW)
	Em operação (MW)	Em construção (MW)	Em projeto ou estudo (MW)	Futuros estudos (MW)	
NORTE: (AC, AM, PA, AP)	—	60,0	90,0	5.330,1	5.480,1
NORDESTE: (MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA)	914,4	1.551,0	9.140,0	420,0	12.025,4
CENTRO SUL: (MG, ES, RJ, GB, SP)	6.173,4	6.083,9	9.538,8	8.769,4	30.505,5
SUL: (PR, SC, RS)	429,8	638,6	1.249,4	24.882,3	27.200,1
CENTRO-OESTE: (MT, GO, RD, DF)	166,7	321,0	619,6	2.568,5	3.675,8
TOTAL	7.684,3	8.654,5	20.637,8	41.970,3	78.946,9

FONTE: M. M. E. — D. N. A. E. E. — Divisão de Águas
Levantamento do Potencial Hidráulico do Brasil (até julho de 1970).

nas termelétricas. No Brasil, de sete usinas instaladas, seis foram hidrelétricas.

A manutenção do crescimento do consumo de energia elétrica no país à taxa de 12% ao ano determinará a necessidade de duplicar a capacidade instalada cada cinco ou seis anos. Até 1976 os 14 milhões de kw de hoje deverão passar a quase 26 milhões, isto é, a quase duas vezes a capacidade instalada atual. Com esse objetivo a ELETROBRÁS e suas subsidiárias e associadas estão construindo, ampliando ou planejando a construção de 40 usinas principalmente hidrelétricas mas também uma termonuclear, em Angra dos Reis, nas regiões Sudeste e Nordeste, além de termelétricas convencionais, que terão de se localizar nas proximidades das regiões carboníferas dos Estados meridionais e das grandes refinarias.

Segundo projeções feitas a partir de 1971, o crescimento da demanda no Centro Sul não será inferior a 9,5% ao ano (6). Mesmo levando-se em consideração um potencial hidráulico total da ordem de 150.000MW, a demanda duplica de sete em sete anos e as reservas hidrelétricas do país estariam esgotadas em 1990. O problema refere-se especialmente ao Sudeste brasileiro, envolvendo o eixo Rio-São Paulo, que até o ano 2.000 se prevê consumirá 100.000MW de energia. Com os projetos hidrelétricos já implantados e em desenvolvimento, os principais recursos hidráulicos do Sudeste estarão dentro em breve totalmente aproveitados, de sorte que, à falta de locais para a construção de novas barragens, ter-se-á de recorrer à geração termelétrica. E como para isso não há perspectivas de aumento substancial de reservas de carvão e petróleo capazes de atender a usinas convencionais, acha-se em construção, em Angra dos Reis (RJ), a primeira usina termonuclear do país. A energia nuclear é, essencialmente, fonte de energia térmica conversível em energia elétrica.

O combustível nuclear que se tem em vista é o urânio, capaz de substituir com vantagens, na produção de energia, as hidrelétricas, o petróleo e o carvão. Uma tonelada de urânio produz energia equivalente a 50.000t de carvão, sem os custos e as dificuldades de transporte deste e doutros combustíveis, sólidos ou líquidos. As previsões da Comissão Nacional de Energia Nuclear para tornar o Brasil auto-suficiente em urânio até o ano 2.000 exigiam que se descobrisse uma jazida de 75.000t. Até bem pouco a grande reserva considerada capaz de alimentar a usina de Angra dos Reis era a de Campo Agostinho, em Poços de Caldas (MG), onde ocorre um depósito bem conhecido e avaliado de urânio associado a zircônio. Mais recentemente, porém, foi anunciada pela CNEN a descoberta, em Brumadinho — Capanema — Rio Acima (MG) duma outra jazida que se acredita ser a maior do mundo, avaliada em um milhão de toneladas.

(6) Na região Centro Sul o aumento de geração está previsto em 500.000 KW para os meados da década de 70.

A localização da usina termonuclear em Angra dos Reis, na praia de Itaorna, é em linhas gerais justificada pela sua proximidade com o eixo Rio-São Paulo, pela vizinhança do mar que atenderá ao grande consumo dágua para refrigeração e também pelo fato de que fará viável o desembarque direto de grandes equipamentos importados. A usina está orçada em US$ 266 milhões, 138 dos quais financiados pelo Eximbank pela Westinghouse e o restante por Furnas-Centrais Elétricas S. A. e pela ELETROBRÁS.

Está previsto o início das operações experimentais para meados de 1976. A meta da produção é da ordem dos 600.000kw, que bastarão para atender a uma demanda quatro vezes superior à dos sete Municípios da "baixada santista" e deverá consumir anualmente 100t de urânio natural.

Em conferência proferida em Aracaju recentemente o dr. Manoel Pinto de Aguiar, diretor econômico e financeiro da ELETROBRÁS, anunciou para o período 1971/75 investimentos da ordem de US$ 1 bilhão anuais (cerca de Cr$ 6 bilhões) e sublinhou que essa previsão situa o Brasil como um dos países que mais investem em energia elétrica em todo o mundo, sendo que 80% dos recursos aplicados são originados do próprio país. Acentuou além disso que, além de terem em vista atender ao crescimento do mercado, esses investimentos se propõem a cor-

rigir gradualmente os desnivelamentos inter-regionais em termos de capacidade instalada. Assim é que, já no período 1964/1971, a ELETROBRÁS aplicou nas empresas do Nordeste recursos ao nível de Cr$ 1.796 milhões, contra os Cr$ 1.692 aplicados na região Sul. E no ano corrente os investimentos vão tendo a seguinte distribuição percentual: Sudeste, 57%; Sul, 17%; Nordeste, 23%.

5. *O Nordeste e as diferentes economias energéticas brasileiras*

Segundo dados não atualizados (vd. Quadro n.º 1), mais de dois terços do aproveitamento hidrelétrico em operação no país ocorrem no Centro-Sul (MG, ES, RJ, GB e SP) e os em operação no Nordeste são mais de oito vezes menores do que o total do país. Quando todas as reservas hidráulicas do Brasil estiverem sendo aproveitadas a capacidade instalada no Nordeste equivalerá a pouco mais de 15% do total, enquanto que o Centro-Sul terá 38% e o Sul (PR, SC e RS) 34%. Presentemente (1970), os diferentes estágios dos aproveitamentos do potencial hidráulico da região eletro-econômico Nordeste podem ser verificados no Quadro n.º 2.

Dum modo geral, nas regiões Sul e Centro-Sul a produção de energia elétrica é assegurada por uma participação conjunta de combustíveis e de potencial hidráulico. As principais jazidas de petróleo — além da que se começa a explorar no Espírito Santo — estão na Bahia e em Sergipe, isto é, no Nordeste.

O petróleo nordestino, porém, como teve ocasião de referir o Prof. Mário Lacerda de Melo numa das reuniões do *Seminário de Tropicologia* da Universidade Federal de Pernambuco, não é propriamente uma fonte do desenvolvimento regional, mas do nacional, porque "o petróleo tem a peculiaridade de fazer o enriquecimento sobretudo das regiões distantes das jazidas". Os esquemas brasileiros de refino, como se sabe, concentram-se no Centro-Sul.

Em sua já antiga porém sempre atual *Géographie de l'énergie,* Pierre GEORGE (1950: 331-2) propõe uma classificação das economias energéticas segundo as fontes de energia: a)

Quadro n.º 2

REGIÃO ELETRO-ECONÔMICA NORDESTE

(Potencial hidráulico)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ESTÁGIOS DOS APROVEITAMENTOS				Total (MW)
	Em operação (MW)	Em construção (MW)	Em projeto ou estudo (MW)	Futuros estudos (MW)	
Maranhão	—	—	37,0	20,0	57,0
Piauí	108,0	108,0	—	—	216,0
Ceará	5,0	15,0	60,0	—	80,0
Rio Grande do Norte	—	—	—	—	—
Paraíba	4,4	—	7,4	—	11,8
Pernambuco	—	—	661,3	—	661,3
Alagoas	—	—	—	—	—
Sergipe	—	—	4.255,0	—	4.255,0
Bahia	797,0	1.428,0	4.119,3	400,0	6.744,3
TOTAL	914,4	1.551,0	9.140,0	420,0	12.025,4

FONTE: M. M. E. — D. N. A. E. E. — Divisão de Águas
Levantamento do Potencial Hidráulico do Brasil (até julho de 1970).

economias providas de todas as fontes de energia; b) economias carboníferas equilibradas; c) economias carboníferas deficitárias; d) economias hidrelétricas. Dentro desse esquema referencial o Centro-Sul e o nordeste situam-se respectivamente nos extremos.

Entre os autores que se ocupam do panorama energético mundial é comum registrar-se a referência de que as fontes mais importantes de energia elétrica são os combustíveis fósseis, cabendo às águas correntes um papel complementar (SANTOS, 1970, II: 24). Nos Estados Unidos, por exemplo, as usinas situadas nas bacias hulhíferas oferecem o kw a um preço altamente competitivo com o de origem hidrelétrica. Mas a verdade é que essa generalização — à custa da qual se considera *a priori* o equipamento térmico como indispensável em países tropicais pobres de combustíveis fósseis — perde o valor em quaisquer latitudes quando se levam em conta as peculiaridades de certos países, ou mesmo de áreas restritas dentro destes. Assim o Japão, carente de combustíveis, cujo desenvolvimento está essencialmente ligado à produção hidrelétrica. E num país de dimensões continentais como o Brasil nada existe de anômalo no fato de que uma economia energética mista, como a do Centro-Sul, coexista com a nordestina fundamentalmente baseada na hidreletricidade.

Salienta MANNERS (1967: 153) que ali onde há amplos recursos hidrelétricos e escassês de combustíveis engendram-se limitações à viabilidade do emprego da energia elétrica em muitos processos industriais. É igualmente certo, porém, que "hoje em dia muitas das deficiências tecnológicas da energia elétrica foram eleminadas, e num certo sentido a eletricidade pode ser considerada como a forma mais conveniente de energia visto que ela pode ser utilizada para quase todas as aplicações que não sejam de transportes, até mesmo na redução do minério de ferro".

No que respeita ao consumo, não só países entre si, mas também regiões dentro dum mesmo país podem se diferençar por modelos muito diversos e mesmo contrastes de utilização

da energia. Se se consideram, num sistema econômico dado, os três setores em que ocorrem as demandas de energia — o setor interno, ou domiciliar, o setor industrial e o setor de transportes — regista-se evidentemente que no primeiro deles a energia consumida nas economias tropicais e subtropicais, como é o caso das economias regionais brasileiras, a quantidade de energia consumida é incomparavelmente menor do que nos países temperados e árticos. Já no que respeita, porém, ao setor industrial, as diferenças obviamente decorrem de diferentes estágios de desenvolvimento.

O problma do combustível para o aquecimento doméstico não afeta os países tropicais. E, qualquer que seja a fonte do aquecimento espacial, doméstico ou industrial, as flutuações sazonais do mercado somente alcançam especial importância nos climas extra-tropicais.

No plano nacional brasileiro as diferentes economias energéticas decorrem necessariamente dos desequilíbrios inter-regionais cuja atenuação é, como já deixamos registrado, um dos objetivos da política geral da ELETROBRÁS. Aliás a distribuição do consumo energético acusa acentuados contrastes em termos de utilização da energia nos meios rural e urbano, como o sublinha MANTOVANI (1969: 38-40) sem, contudo, aprofundar o quadro por falta de dados completos sobre as estruturas energéticas ligadas às comunidades rurais brasileiras. Na França, mesmo, isso é verificado em função dos diferentes tipos econômicos e sociais de vida rural nos seus departamentos.

No Nordeste em desenvolvimento dois fatores de consumo de corrente elétrica acham-se em plena evolução: o surto industrial e um acelerado fenômeno de concentrações urbanas. Não de todo, mas até um certo ponto a "superurbanização" resulta do surto industrial e este, por sua vez, se tornou possível depois que a energia da CHESF passou a ser disponível nos mercados industriais em potência. E aqui ocorreu uma verdadeira inversão da suposta "lei" de que a primeira das condições para a produção e a expansão da energia hidrelétrica a partir de grandes centrais é a existência duma demanda regional. Com a

CHESF, com efeito, não se instalaram usinas que pretendessem encontrar consumidores imediatos para sua produção, e sim com o propósito de criar condições infraestruturais para que esses consumidores viessem a existir. Segundo avaliações feitas pelo BNB (*Relatório* 1971: 117), de 1955 a 1959 chegou-se a alcançar um crescimento anual da oferta de 35%, sem uma correspondente expansão do mercado. O período imediato, porém, de 1960 a 1969, foi inicialmente caracterizado por um crescimento em extensão, através do atendimento de novas cidades e, em seguida, por um crescimento da demanda devido também ao surto industrial promovido pela política de incentivos governamentais.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Manoel Pinto de, (diretor econ. e financ. da ELETROBRÁS) conf. pronunciada em Aracaju (agosto 1972), res. publicado no *Diário de Pernambuco*. Recife, ag., 6, 1972.

ANDRADE, G. O. de, *Panorama dos recursos naturais do Nordeste*, Impr. Univ., UFPe, Recife, 1968.

ANDRADE, G. O. de, & CALDAS LINS, R., *Os climas do Nordeste, em* "As regiões naturais do Nordeste, meio e a civilização" (J. VASCONCELOS SOBRINHO), Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco, Recife, 1970, pgs. 95/138.

ANDRADE, Roberto, *Nordeste: mercado de energia elétrica* — 1970-1990. *Considerações metodológicas*, em "Rev. Econômica", n.º 8, abr.-jun — 1971, BNB, Fortaleza, pp. 77-91.

Banco do Nordeste do Brasil S. A., *Relatório Exercício* 1971, Fortaleza, 1972.

Boletim Estatístico, Dep. Nac. de Águas e Energia Elétrica, MME, GB (vários números).

CARVALHO, Otamar de, *Plano Integrado para o combate preventivo aos efeitos das secas no Nordeste* (versío preliminar), MINTER/SUDENE/AT, Recife-Brasília, março 1972 (mimeogr.).

GEORGE, Pierre, *Géographie de l'énergie*. Libr. de Médicis, Paris, 1950.

GEORGE, Pierre, *Geografia Econômica*, Edit. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1963.

GUYOL, Nathaniel B., *Energy in perspective of Geography*, Prentice-Hall, Inc., New Jersey, 1971.

ICHIKAWA, Masami, & YAMAMOTO, Shôzô, *On the occurence of water and the caracteristic types of land use in the Semi-arid Region of the Brazilian Northeast*, em "Science Reports of the Tokyo Kyoiku Deigeku", section C, v. 11, n.º 105, march 31, 1972, Tokyo, pp. 35-78.

MAGALHÃES, José Cézar de, *Recursos energéticos*, em "Bol. Geogr.", n.º 161, CNG, Rio de Janeiro, 1961, pp. 195-237.

MANNERS, Gerald, *Geografia de energia*, Zaher Editores, Rio de Janeiro, 1967.

MANTOVANI, José Carlos, *Aspectos do sistema energético brasileiro*, em "Orientação", Inst. de Geogr. da USP, n.º 4, jul. 1969, pp. 37-40.

MARTIN, Jean-Marie, *Industrialization et développement energétique au Brésil*, Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, Paris, 1966.

PARDÉ, Maurice, *Alguns aspectos de hidrologia brasileira*, em "Bol. Geogr.", CNG, n.º 143, mar.-abr. 1958, Rio, pp. 161-219.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, *Estudo crítico* (sobre Jean-Marie MARTIN, vd.), em "Cadernos", do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, n.º 3, nov. 1970, São Paulo, pp. 111-20.

RADESCA, Maria de Lourdes P. S., *Potencial energético do Brasil*, em "Orientação", Inst. de Geogr. da USP, São Paulo, n.º 1, out. 1965, pp. 47-50.

RADESCA, Maria de Lourdes P. de Sousa, *A hidrografia*, em "Brasil, a terra e o homem" (Aroldo de AZEVEDO). CEN, São Paulo, 1968, pgs. 573/607.

SANTOS, Luiz Carlos de A., *O problema geográfico da hidreletricidade*, em "Bol. Geogr.", MINIPLAN/IBG, n.º 215, mar.-abr. 1970, pp. 16-38, II, mai.-jun., 1970, pp. 13-25.

STRETTA, Etienne J. P., *O problema da água no desenvolvimento da mineração no Nordeste*, em "Bol. de Geologia", Curso de Geologia de Pernambuco, n.º 1, 1958, pgs. 145-84, Recife.

Rádio educativa não escolarizada

Um estudo de caso: a Rádio Universitária

Prof. Palhares Moreira Reis

1. *A comunicação sonora, fator de educação*

Como todos sabem, nos países da América Latina, um dos grandes obstáculos ao processo de desenvolvimento reside no analfabetismo. Isto ainda se completa pela ausência do sistema de continuidade de ensino para os alfabetizados, no processo tradicional, em oferta suficiente para todos os que concluiram a primeira etapa de escolarização.

No Brasil, o problema do analfabetismo, o da ausência de formação de mão de obra, e o de continuidade do sistema escolar tradicional, emergem da massa de óbices ao desenvolvimento. Basta dizer que, na década 1950-60, os níveis de analfabetismo foram superiores a 60% da população, tendo começado a decrescer na década seguinte.

A despeito dos esforços realizados em todos os setores do ensino tradicional, e do trabalho do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o Governo, sentindo necessidade de levar mais instrução e mais cultura a toda a população, vem apelando, através de várias entidades, para o uso de meios massivos de comunicação, especialmente de cunho sonoro e audiovisual.

2. *A Universidade Federal de Pernambuco*

A área do Brasil em que os índices de desenvolvimento eram mais baixos, era exatamente o Nordeste. Para efeitos de divisão territorial, em vista da abrangência das agências nacionais de desenvolvimento econômico, a região Nordeste abrange

os seguintes Estados da Federação: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e uma parte do Estado de Minas Gerais. Esta área, de 1 milhão e 600 mil quilômetros quadrados (1/5 do território nacional) é habitada por um terço da população, atualmente chegando à casa dos 100 milhões de habitantes. A agência de desenvolvimento é a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em dezembro de 1959.

Pernambuco, tendo sido sede da primeira Faculdade de Direito do país, fundada em 1827, logo após a Independência, somente viu coroado seus esforços no sentido de ser dotado de uma Universidade, em 1946. A então denominada Universidade do Recife passou, em 1965 a se chamar Universidade Federal de Pernambuco.

Em 1954, a Universidade do Recife criou a Imprensa Universitária, iniciativa pioneira no nordeste do país, com o objetivo de aumentar a produção de material didático, visando à diminuição dos seus custos. A Imprensa, hoje, se denomina Editora Universitária.

Em 1956, pelo Decreto n.º 40.620, de 20 de dezembro, a Universidade do Recife foi autorizada a implantar uma *emissora de radiodifusão em onda média*,. A emissora se denomina Rádio Universitária, ZYK-37, opera na frequência de 820 quilohertz, com a potência de um quilowatt. Inicialmente, só emitia durante 3 horas por dia (20:00 às 23:00). Hoje, está no ar durante 12 horas, das 12:00 às 24:00.

Em 1968, completando o sistema, foi instalada a Televisão Universitária Reitor Murilo Guimarães, operando com o Canal 11.

Atualmente, situada na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco e capital sócio-econômica de toda a região (cidade de mais de um milhão de habitantes), a Universidade Federal de Pernambuco conta com 21 unidades de ensino e pesquisa, que atendem a mais de 13.000 estudantes regulares de graduação (sem contar neste número os de pós-graduação e dos

cursos especiais), além de vários órgãos suplementares, podendo dentre estes ser destacados a Editora da Universidade, a Televisão e Rádio Universitárias (resultante de uma fusão), a Biblioteca Central e o Centro de Processamento de Dados. Dentre os seus diversos cursos de graduação, podem ser referidos especialmente os de Engenharia Elétrica, Pedagogia, Ciências Sociais, Administração e o recem-criado de Comunicações Sociais, sem falar nos de Artes Plásticas e de Artes Musicais.

3. *A Rádio Universitária, veículo de cultura e de educação*

Desde o início dos seus trabalhos, a Rádio Universitária buscou realizar o sistema de educação não escolarizada, com a divulgação de programas de conteúdos diversos, dentro de seu lema — *Música, Informação, Cultura.*

Sempre se entendeu que a Rádio, sendo emissora da Universidade, deveria realizar sua atividade específica no campo da extensão universitária e, bem assim, usar professores e alunos para suas atividades. Assim sendo, não deveria se propor a realizar radioeducação escolarizada, mas operar como emissora aberta, em sistema não-escolarizado, voltado para as necessidades da comunidade. Mesmo assim, não relega a segundo plano a radiodifusão escolar.

A Rádio Universitária entende por atividade rádio educativa não escolarizada, a elaboração e a emissão de programas culturais que levem mensagem de conteúdo educativo, de interesse do público em geral ou de faixas específicas de audiência, sem necessidade de haver controle direto e imediato do resultado obtido.

Dentro do sistema de rádio-escola, em acordo com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, a Rádio Universitária vem realizando a transmissão de cursos, como o de preparação aos exames supletivos do 1.º grau do ensino médio (antigo curso de Madureza Ginasial — 1a. faixa secundária).

Como se trata de uma Rádio vinculada à Universidade, não assume a emissora a obrigação do sistema de controle dessa atividade de rádioeducação escolarizada. A própria Secretaria de Educação, através da sua Divisão de Ensino Supletivo, é que se encarrega da inscrição dos candidatos, do preparo dos monitores, do controle dos radiopostos e, bem assim, do trabalho de verificação dos resultados, através de exames periódicos.

O curso de madureza, desde 1959 a 1969, foi produzido e realizado pela Rádio Universitária, com o apoio integral e supervisão da Secretaria da Educação e Cultura. Todavia, a partir deste último ano, e até hoje, houve um convênio entre a SUDENE e todas as Secretarias Estaduais de Educação do Nordeste, para unificação do ensino supletivo do 1.º grau, tendo recaído a escolha do curso no que é preparado pela Fundação Padre Anchieta, de São Paulo.

A Rádio Universitária, no sistema de apoio à estrutura escolar universitária emite, ainda, cursos de língua inglesa, francesa e alemã, produzidos pelas emissoras da Voice of America, Office de la Radiodifusion Télevision Française e Deutsche Welle. Os testes de verificação do aproveitamento dos cursos é, agora, feito pelo Instituto de Letras da própria Universidade.

De produção local, existe a série de programas "Estudo de Problemas Brasileiros", matéria obrigatória para os estudantes universitários. A atividade é coordenada pelo Centro de Estudos Brasileiros da Reitoria da Universidade, e os testes de controle de resultado são aplicados pelas Faculdades em que os estudantes estão matriculados. A emissão é feita pela Rádio Universitária. O mesmo curso é, igualmente, produzido e emitido pela Televisão Universitária Reitor Murilo Guimarães.

4. *A atividade de educação não escolarizada*

A Rádio Universitária conta com 65 programas diferentes, em sua programação semanal.

Além da sua contribuição à faixa escolar, a programação semanal da Rádio tem, toda ela, sentido educativo. Mesmo na

parte de informação inclusive no noticiário desportivo, há sempre um pequeno comentário ou informação complementar, de caráter histórico ou crítico.

Na parte de Música, há uma série de programas musicais de produção local em música erudita. Um concerto diário de uma hora, na abertura da programação, e outro de duas horas, no término dos trabalhos, são programas de especial audiência. Afora isto, há a Tarde de Ópera, uma vez por semana, e vários outros programas eruditos. A audiência, em pesquisa feita entre os ouvintes, sobre as preferências do público, deu um índice de cerca de 35% para os programas de música erudita. Entenda-se aí "público", por público específico da emissora universitária.

Na parte de Música Popular, o programa de Música Popular Brasileira divulga, em todos os intervalos, dados estatísticos e informações diversas sobre as principais cidades e regiões do Brasil. Em cada programa, uma cidade é considerada. Alternativamente, um compositor ou um intérprete é destacado, com a sua biografia, suas obras e uma crítica ao seu trabalho.

Uma série de programas de música por países — Itália, França, Alemanha, Espanha, Portugal e Israel — tem como objetivo divulgar acontecimentos daqueles países. Noutra faixa, mais amplo e com comentários de caráter geral e de política internacional, situa-se o programa "Panorama da América Latina".

Merece especial menção o fato de que a Rádio Universitária serve de laboratório para a cadeira de Radiojornalismo da Universidade Católica de Pernambuco, que não dispõe de emissora própria. O programa Rádio Experimental é produzido e realizado, todas as semanas, pelos estudantes daquela matéria.

Também deve ser destacada a série sobre Folclore, que resulta de pesquisas sobre temas das dansas e folguedos populares da região. Mais tarde, é pensamento da emissora ampliar a faixa de pesquisa para todos os Estados.

Outro programa que merece referência específica é o intitulado Temas Nordestinos, que é dedicado ao homem do campo, com cantadores típicos e músicas regionais. Esse programa divulga informações agrícolas e pecuárias, conselhos sanitários e informações gerais.

Dentro do tema de atuação específica de cada grupo, tem a Rádio séries dedicadas às crianças, aos jovens e à mulher. Esta última não só apresenta conselhos de caráter doméstico, como também de primeiros socorros, puericultura, psicologia infantil, planejamento familiar e orientação profissional.

Em anexo, a programação da emissora, devidamente analisada.

Como se vê, a Rádio Universitária vem realizando sua missão de levar Música, Informação e Cultura a toda a comunidade situada no seu raio de ação. E procura desempenhar esta missão de maneira mais amena possível, para que o ouvinte receba a informação cultural que necessita, sem que sinta estar numa grande sala de aula.

Recife, outubro de 1972.

ANÁLISE DA PROGRAMAÇÃO

A) *Programas Produzidos e Emitidos*

A') *Musicais*

1. Concerto da Tarde — A Rádio Universitária tem como objetivo a divulgação da música, da informação e da cultura. Na faixa musical, realiza divulgação de música erudita e popular. O presente programa, de produção local, divulga as obras dos grandes mestres da música, especialmente através de peças curtas, durante 1 hora, diariamente.

2. Concerto da Noite — Divulgação de música erudita em geral, num programa diário de 2 horas.

3. Tarde de Ópera — Uma vez por semana, uma Ópera é divulgada integralmente, sem cortes, acompanhada de um comentário crítico, divulgação biográfica do autor e exposição do tema tratado na composição. Inicialmente, a ópera era emitida com apresentação fragmentária. Realizada pesquisa de audiência, verificou-se da conveniência da apresentação integral de cada ópera.

4. Música Erudita — Músicas selecionadas, às vezes apresentadas por autores, outras por intérpretes.

5. Música Barroca — Idem.

6. Música Coral — Idem.

7. Música Ligeira — Idem.

8. Solos de Piano — Idem.

9. Solos de Violão — Idem.

A") *Música Popular*

10. Clássicos ao Alcance de Todos — Música erudita apresentada em ritmos modernos, para servir de atrativo à juventude, especialmente, para os programas de educação musical.

11. Relíquias Musicais — Grandes gravações do passado, especialmente as de 78 rotações, em páginas da história da música popular e erudita.

12. Recital de Jazz — Jazz, puro, selecionado por autor e intérprete.

13. Uma Orquestra em Foco — Apresentação de uma grande orquestra do mundo.

14. Música do Cinema — Divulgação das músicas apresentadas nas trilhas musicais dos filmes recém lançados.

15. Seleção de Músicas do Cinema — Trilhas musicais de filmes de grande aceitação do passado.

16. Música em Tempo de Banda — Uma faixa inexplorada, de grande aceitação.

17. Variedades — Um pouco de tudo.

18. As Classificadas nos Festivais — O nome indica o critério da seleção.

19. Música da Espanha — Dentro do programa de atrair as comunidades estrangeiras para a audiência e de divulgar entre os ouvintes, a música por países.

20. Seleção de Músicas Portuguesas — Idem.

21. Seleção de Músicas Italianas — Idem.

22. Música de Todo o Mundo — Música estrangeira selecionada por autor e intérprete.

23. Pavilhão Musical — Música estrangeira em geral.

24. Musical — Programa de uma hora de música popular nacional e estrangeira, com o maior índice de audiência na cidade. Completado com informação bem cuidada.

25. Música Popular Brasileira — Diário, atendendo todas as faixas de audiência. Completado com informação cultural específica em cada programa.

26. Seleção de Músicas Brasileiras — Selecionado por autor, intérprete e gênero.

27. Temas Nordestinos — Divulgação da música de cancioneiro popular com violeiro e gravação de folclore, informações agrícolas e pecuárias.

28. O Tema é Frevo — Dentro da idéia de que música de carnaval pode ser ouvida o ano todo, e não apenas nos 4 dias.

A") *Música em Geral*

29. Resposta aos Ouvintes — Informar os ouvintes sobre alguns pontos da programação e da música em geral, atendendo a pedidos e dando exemplos.

30. Verso e Melodia — Divulgação da música e da poesia.

31. Suave é a Noite — Musica romântica e conselhos úteis.

B') *Produzidos e Emitidos — Informação*

32. Enciclopédia do Ouvinte — Divulgação de assuntos de interesse geral.

33. Esporte é Cultura — Noticiário e crônica desportiva. Ênfase no desporto amador e nas competições estudantis. Divulgação de notícias de interesse geral e da história dos desportos.

34. Panorama das Artes — Informação sobre o desenvolvimento artístico local e em todo o mundo.

35. Noticiário — Noticiário local, nacional e internacional. Abertura com o noticiário específico da UFPe.

36. Focalizando — Análise de um tema de caráter geral, às vezes somente com informações da produção, outras com entrevistas e comentários.

37. Entrevista — Um contato com destacada personalidade, ou mesa redonda para divulgação de assunto de interesse geral.

38. Discomentário — Informação sobre o mundo dos discos.

39. Sétima Arte — O cinema, especialmente o artístico, analisado e comentado.

40. Juventude Comunica — Informação religiosa batista.

C') *Produzidos e Emitidos — Cultura*

41. O CECINE Fala de Ciência — Informação e divulgação científicas, produzido pela equipe do Centro de Ensino de Ciências do Nordeste, da UFPe.

42. Em Dia com o Direito — Entrevista ou informação sobre assuntos de caráter jurídico, acessível do grande público.

43. Rádio Experimental — Trabalho dos alunos de rádio jornalismo do curso de Comunicações da Universidade Católica de Pernambuco. Em sistema de intercâmbio, a RU serve de laboratório para aquela disciplina.

44. Caleidoscópio — Informação de caráter geral, especialmente de atividades e vida em outros países, entremeadas de músicas do país em referência.

45. Dedicado aos Jovens — Música e informação cultural para a faixa etária de 14 a 19 anos.

46. Dedicado às Crianças — Idem, acrescida de divulgação de historietas radiofonizadas, para a faixa etária de 4 a 7 anos.

47. Folclore — Programa de informações sobre o folclore nacional e estrangeiro, conjugadas com entrevistas e músicas alusivas ao tema.

48. Dedicado à Mulher — Informativo — musical especialmente dedicado à audiência feminina.

49. Panorama da América Latina — Informações sobre variados temas relativos à América Latina entremeadas de músicas.

D) *Retransmissão*

50. A Voz do Brasil — Noticiário da Agência Nacional.

E) *Emitidos — Informação*

51. Notícias de Paris — Informação em geral, produzida pela ORTF (França)

52. Europa 72 — Idem, produção da Rádio Deutsche Welle (Alemanha)

53. Cartaz de Londres — Idem, produção da BBC (Inglaterra)

F) *Emitidos — Culturais*

54. Panorama Científico — Informação cultural em geral.

55. O Descobrimento da Terra — Divulgação dos trabalhos vinculados ao tema.

56. Páginas da História Brasileira — Produzido pela Corporação de Bonneville.

57. Grandes Acontecimentos da História — Idem.

58. Por um Mundo Melhor — Idem, analisando a obra pela Paz.

59. Estúdio 2.000 — Informação e cultura, produção da Rádio Suécia.

G) *Emitidos — Musicais*

60. Música Ligeira dos Países Baixos — Produção da Rádio Nederland.

61. Paris Canta — Produção da Organization Radiodiffusion Television Française (ORTF)

62. Música Popular Francesa — Idem.

63. Os Mestres da Música Francesa — Idem, especialmente música erudita.

64. Música de Interlúdio — Produção da Deutsche Well.

65. Passarela de Sucessos — Idem, mostrando os últimos sucessos europeus.

H) *Emitidos — Aulas*

66. Curso de Francês — Com o apaio do Consulado Geral da República Francesa no Recife, divulgamos o curso de francês "Le Français par la Radio".

67. Curso de Alemão — Com o apoio do Consulado Geral da República Federal da Alemanha no Recife, divulgamos o curso de Alemão Radio-Sprachkurs Familie Baumann.

68. Curso de Madureza Ginasial (Colégio do Ar) — Produzido pela Fundação Padre Anchieta, e divulgado com o apoio do SERTE da Secretaria de Educação.

Camões e a exemplaridade histórica

NELSON SALDANHA

"Estas figuras todas que aparecem
. . . . . .
Pela fama, nas obras e nos feitos,
Antigos são, mas inda resplandecem
Co nome, entre os engenhos mais perfeitos"

(VIII, 2 — Lus.)

I

Sempre me fascinou a figura pessoal e literária do poeta: a face austera, o olho perdido, a obra grandiosa, a vida dramática. Uma figura em que as relações entre existência e poesia são sempre expressivas — quer quando concertam, quer quando desconcertam. Poeta por excelência, modelo de decassílabos e de atitudes, no amor da pátria, no das mulheres e no das letras.

Aqui tratarei da obra de Camões em dupla perspectiva. Primeiro, o fato de ter tal obra em geral (e os Lusíadas em particular) ficado como *exemplo*, como ponto de referência comparativo, na língua portuguesa principalmente. Segundo, o fato de por sua vez terem sido, aquela obra em geral e o poema em especial, repositório e combinação de *exemplos* e de modelos, doutrinários e expressionais, vindos da cultura clássica e da literatura ocidental em sua continuidade com o mundo mediterrâneo.

De fato, imitar ou parafrasear Camões ficou sendo, por muito tempo, fraqueza e força de vários poetas, tanto épicos como líricos, tanto portugueses como brasileiros, tanto em obras principais como em peças ocasionais. O próprio Fernando Pessoa não se furtou a isso. A obra de Camões, seus ritmos, suas

frases, seu longo e grosso resmungo épico, ficaram como uns tantos figurinos, cuja elegância ou cujo vigor cada um tenta copiar com menor ou maior felicidade. E por outro lado, vemos em Camões, como elementos literários ostensivos, a conter o material do poema, elementos fundamentalmente clássicos; os moldes virgilianos, o tom dos cássicos, a tópica antiga.

II

Em realidade todo o conhecimento *histórico* se alimenta basicamente de *exemplaridades*. O modo pelo qual situamos na história qualquer evento, qualquer figura, vem a ser uma conexão com outros eventos e outras figuras: entendemo-los como exemplos, e um exemplo é algo que se coloca num nível, numa linha. Escolhemos os exemplos segundo a orientação de nosso saber histórico. Avaliamos Napoleão em relação a outros imperadores, a outros capitães; avaliamos uma escola literária em relação a outras. O cunho de historicidade, que se "atribui" a algo, provém de ter *ficado* como ponto de referência. E assim a história compara, situa e avalia. Não que se tenha de apelar para os famosos e batidos "paralelos", pra fazer história (quem foi maior, César ou Alexandre? Cícero ou Demóstenes?). Mesmo porque as figuras e os eventos se compreendem em contextos próprios. Mas interpretar pelo *contexto* já é um modo de fixar como exemplo, pois o que chamamos comodamente de "contexto" é justamente o conjunto de dados que caracterizam uma época e que isolados, descompostos, têm de considerar-se exemplos de algo e situar-se numa relação com os outros.

Quando falamos em estruturas históricas, ou histórico-sociais, mencionamos estes tais contextos, dando-lhes um sentido orgânico. Quando aludimos a um símbolo, seja literário, seja político, montamo-nos sobre uma exemplaridade. Se falamos do Quixote como símbolo, lançamos mão do caráter que tem de exemplo maior — marco de uma época, de um tipo humano, ou de uma nacionalidade talvez.

O que chamamos de *história* é sempre um modo de ver o passado; e de vê-lo a partir do presente e como maneira de chegar a este (mesmo negando-o). Assim, os conteúdos culturais, políticos, econômicos, sociais, etc., se transfiguram na história segundo moldes cuja aparição sucessiva o olhar do historiador capta, mas capta de forma variável: ele pode *ver* melhor uns moldes do que outros. E portanto *explicar* a história enfatizando mais isto ou aquilo, e como tal, apelando para esta ou aquela categoria de *exemplos*.

Na história literária (apesar dos formalistas modernos eu não entendo estudos literários senão com base histórica), na história literária a sucessão das possibilidades de expressão é sempre sucessão de arquétipos. O valor de uma obra se acha justamente no jogo da criatividade pessoal e dos exemplos sobre que se monta. Aliás Croce, em seul ivro sobre a poesia (1) toca significativamente neste ponto.

O poeta pontanto é sempre um herdeiro, herdeiro de tradições culturais e de linhas literárias, e com isso um comparador; comparador implícito, na utilização seletiva de modelos culturais, e comparador explícito, no modo de acentuar idéias e de dizer ou descrever coisas.

III

Verifique-se agora a situação de Camões e sua obra em seu ambiente histórico e cultural. Ele nos parece como um poeta típico do Renascimento: a forragem cultural, a vida aventurosa, o culto do amor, o sonetismo à Petrarca, o sentimento de nacionalidade. Um poeta humanista, no qual a ânsia biográfica de paz nos lembra às vezes Dante; no qual o relacionamento virgiliano a um ideal cívico se acha reforçado por uma nota nova e moderna, o conceito de nação. No qual a poetização insistente da vida aparece quase como um lado do próprio destino — poetização enraizada na vivência sem tréguas do amor e do pensar. Um poeta que assumiu toda a problemática de sua época e que dialoga com a adversidade em termos verdadeiramente modelares.

---

(1) *Benedetto Croce — La Poesia. Introducion a la critica e história de la poesia y de la literatura.* Trad. Norberto Bustamente, ed. Emecé, B. Aires 1954. págs. 164 ss (Parte IV, n.º 1).

Homem típico do Portugal de seus dias, Camões viveu sua circunstância intensamente. Ora, o Renascimento foi um tempo de comparações inter-étnicas e de exemplificações literárias. Curtius destacou, em passagem de seu livro maior (2), a saturação da mentalidade exemplificadora na fase barroca, em Baltazar Gracián como caso típico. E Michel Foucault, em livro recente e de enorme importância, *As Palavras e as Coisas* (3), observa que nos séculos XVI e XVII o modo comparativo de pensar se desdobrou como maneira essencial das representações intelectuais no Ocidente. Também Joaquim de Carvalho, o ilustre historiador português, havia anotado isto, falando da época do humanismo e do renascimento: "à antiguidade pediam-se acima de tudo narrativas, ficções ou *exempla* para a reflexão moral" (4). Daí os trajes e roupagens do tempo, ou da Idade Média, serem atribuídos a figuras antigas.

No Renascimento, portanto, teria sido quase inconcebível afirmar algo sobre a natureza ou sobre o homem sem a intervenção de fontes e de formas de dizer clássicas. A imagem mesma da vida intelectual concentrava elementos vindos do passado greco-romano: rolos e pergaminhos ainda, mesmo depois da imprensa; o busto de Hipócrates mesmo depois de Servet; a janela ogival e as obras de Aristóteles. Camões, que resistiu aliás a essa imagem livresca e "gabinetesca", falando do "saber de experiência feito", foi ele também, *quand même*, um produto do saber livresco — embora só em parte, pois completado pelo da vida, é claro. Ou seja:

> Nem me falta na vida honesto estudo,
> Com longa experiência misturado.
>
> (Canto X, Est. 1100)

Encontramos por sinal uma expressão da idéia renascentista de *mundo* na estrofe 151 (canto segundo), quando, de mencionar os feitos — sempre exemplares — de Ulisses em Ogigia, de Antenor na Ilíria, de Eneas entre Cila e Caribdes, repete o tema da superioridade lusa, contrastando:

> Os nossos, mores cousas atentando,
> Novos mundo ao mundo irão mostrando.

Temos aí uma noção dinâmica e plural: o *mundo*, orbe existente e expectativo, assiste ao seu próprio alargamento, por meio dos *mundos* que o português descobre.

Aliás, na estrofe 1026 (canto décimo), um outro traço intelectual renascentista se revela, naquela cautelosa reserva referente ao conceito de Deus:

> ... mas o que é Deus ninguém o entende,
> que a tanto o engenho humano não se estende.

Aquele Camões, portanto, que nos ficou como exemplo e modelo de poeta maior, concentrou exemplaridades clássicas em grau eminente. Disse Bowra, em seu livro sobre as epopéias ocidentais (5), que os *Lusíadas* são a épica do humanismo; e que até em suas contradições Camões foi um humanista — inclusive ao identificar Portugal com a cristandade e com a tradição clássica a um tempo.

---

(2) *Ernst Robert Curtius — European Literature and the Latin Middle Ages*, Transl. by W. Trask, ed. Pantheon Books N. York 1953, págs. 298-299.

(3) *Michel Foucault — Les mots et les choses — une archéologie des sciences humaines*. Gallimard, Paris, 1966, pág. 68.

(4) *Joaquim de Carvalho — Estudos sobre a cultura portuguesa do século XVI*, Univ. Coimbra, 1948, pág. 1. Desde o século XV, escritores portugueses se compraziam em mencionar "personagens, livros, fatos e idéias da Literatura latina". Conferir *Hernani Cidade, O Conceito da poesia como expressão da cultura* (ed. Saraiva, S. Paulo, 1946, pág. 109) "Livros de poetas gregos e latinos, os próprios livros dos italianos, são *res nullius*, com a sua riqueza de comparações, hipérboles, imagens, epítetos, que podem dar à dicção poética encantos desconhecidos". Poderíamos evocar, aqui, o soneto de *Joachim du Bellay*, incluindo nas *Antiquitez de Rome* (1558), no qual o poeta evoca e invoca o *furor*, ou seja o ardor verbal da cultura latina e de seus textos. Sobre a relação entre Camões e o barroco, v. César Leal, "Camões: o épico e o lírico", em *Os Cavaleiros de Júpiter*, ed. Editora Universitária da UFPe, Recife, 1969, princ. pág. 80 e seguintes.

(5) *C. M. Bowra — From Virgil to Milton* — ed Macmillan, Londres 1957, pág. 138. E mais: "*Os Lusíadas* is a true product of that Europe, Christian and classical, of which Camões was so faithful and so distinguished a son".

IV

Passemos agora à presença explícita de exemplos e exemplaridades no poema.

Desde logo, seja enfatizado o vínculo da sua epopéia com todos os modelos épicos anteriores, incluindo os da antiguidade e entre estes fatalmente a *Eneida* de Virgílio. Estes modelos são suas "fontes" no sentido de elaboração literária. Bowra, que citei acima, situa com precisão a dívida de Camões para com Virgílio, dívida aliás que todos os seus contemporâneos de tuba épica tiveram: desde o fracassado, a começar com a repetição de *Arma virunque cano e de Musa, mihi causas memora*, para dizer o que vai tratar e como, até a estrutura, as características, o tom, o estilo. Houwens Post, por sinal, detectou uma "fonte pouco conhecida", dos Lusíadas: o poema *Argonauta*, de Valério Flaco, obra muito conhecida no Renascimento e que tratava dos feitos marítimos romanos e de suas ousadias e pioneiridades (6).

Já foi observado por certos críticos (cf. Bowra pág. 141) o apego de Camões aos dados *históricos*, maior, comparativamente, do que o de Tasso; um apego que aparecia antes da imaginação e da fantasia. Ora, a valorização da história foi, na elaboração dos Lusíadas, sempre coordenação de exemplos. Aquilo que, no fraseado de Frei Bartolomeu Ferreira, censor da Inquisição, se chamava de "muita erudição nas ciências humanas", era justamente esta maestria sobre os dados históricos, achegados dos mitológicos e astronômicos, com a qual o poeta combinava comparações e alusões, distribuía digressões e antonomásias.

É verdade que certas partes, como o episódio de Inês, sem deixarem de ser exemplares e "universais" em sua validade, são peculiarmente portuguesas.

(6) "Uma fonte pouco conhecida de "Os Lusíadas", em *Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho*, n.º 2, Figueira da Foz (Portugal) 1959, págs. 160 e ss.

O poema, tão épico quanto lírico, tão pessoal quanto nacional, e portanto tão universal quanto português. é uma epopéia marítima sem dúvida (e aliás Nabuco sublinhou, em páginas notáveis, o caráter de "poema do oceano" que se encontra nos Lusíadas). Mas é uma epopéia cartográfica em toda a extensão, e nela se acham de certa forma os quatro elementos da física antiga: água, fogo, ar e terra. Cristianismo e mitologia, geografia e história, tudo se junta e se combina naquela estupenda sequência de estrofes; mas a visão fundamental do poeta, dirigida ardorosamente para os feitos da *Pátria* (os atuais e os potenciais), se matizava e irizava por intermédio de uma *nomenclatura clássica*, através da qual se indicam exemplos decisivos.

As imagens clássicas são realmente constantes: os deuses gregos, com os nomes latinizados conforme o verso peça, o lago Estígio, os povos antigos, os lugares, a caracteriologia e a tipologia moral mitológicas, todo um arsenal de elementos e figuras com as quais fantasia nova e intenção nova trabalham.

As porções da representação do mundo, dominadas pela profunda sedução do mar, são figuradas de uma forma alegórica; e em todo o poema se sente uma certa contraposição cultural entre Oriente e Ocidente. Contraposição cultural, note-se, e não apenas geográfica: feita portanto com algo de tipologia e alimentada de exemplos. Na estrofe 731, o Catual, procurando saber informações sobre a gente lusa, vai indagar justamente.

> . . . donde vinha,
> Que costumes, que lei, que terra tinha.

Costumes, lei e terra: dados éticos, jurídico-políticos, e geográfico-antropológicos.

E quando, logo na segunda estrofe, Camões formula a célebre e afortunada alusão à *fé* e ao *império*, cabe-nos observar o seguinte. A fé vinha da Idade Média, como já o registrou Joaquim de Carvalho (7), como de resto o *império* também; e am-

(7) *Joaquim de Carvalho* — op. cit., pág. 4 e 5.

bas as dimensões (que eu compararia talvez aos dados cartesianos, pensamento e extensão) simbolizavam, em sua "dilatação" mesma, problemas medievais da cristandade e da europeidade, da latina sobretudo. Ambas as coisas entrariam entretanto em declínio com o Renascimento, cada uma a seu modo: a fé desgastada pelas análises racionais, o império pelas formações políticas novas.

Camões ainda viu fé e império com dupla e exemplar expressão da grandeza nacional. Até que ponto teria sentido a iminência de sua crise? Identificando Portugal com a própria cristandade militante, teria pressentido a extensão das dificuldades vindouras?

x x x

E depois de tudo Camões ficaria como exemplo. Era o que dizia de início. Ficaria ele próprio como figura histórica, ou seja como exemplo literário situado num contexto. Figura carregadamente histórica na medida em que seu caráter de exemplo mais frisante ficou sendo. Sua obra, repositório de exemplaridades, tornou-se exemplaridade, ela mesma.

Evidentemente isso ocorre com todos os graindes vultos em geral, e é próprio da cumulatividade da história, que, em literatura, é história como em qualquer outra área das coisas humanas.

Camões como exemplo: sua imagem de afanado e sofredor, que Bocage enternecidamente evocou — entre frustrado e fascinado — em alguns de seus melhores sonetos; sua obra, que parece completar a criação mesma de Portugal, dando-lhe sentido ideal e modelar; sua força metrificadora (deixemos de lado a mesquinharia bairrista de Croce quando o compara a Tasso), força que reduziu a metro e rima todo um mundo histórico e mesmo meta-histórico. Os *Lusíadas* ficaram, nas letras da língua, em posição equivalente à do *Quijote* nas letras de língua espanhola. O *Quijote* como símbolo personificado, nas andanças de uma existência pessoal inconfundível; os *Lusíadas* como símbolo coletivo, declaradamente nacional, nas andanças (e navegânças) de uma existência multi-pessoal também inconfundível.

E em parte parece ter tido consciência de que iria ficar; consciência de valor ímpar da obra, destinada a compensá-lo, historicamente, da sorte "mísera e mesquinha" que foi a sua.

Dizia, atrás, que o poeta é sempre herdeiro e comparador. No tempo de Camões, o modelo da coisa *poeta* estava moldado sobre a chapa latina *Virgílio*, com variantes (Ovídio, Lucrécio), e sobre a chapa italiana *Dante*, com variantes também. E havia os modelos imediatos, na Itália sobretudo. Hoje, grande parte dos temas e problemas que eram do poeta, dizedor enciclopédico, passaram ao crítico, ao filósofo, ao prosador em suma; mas o poeta, que o seja em ponto grande, concentra e deverá concentrar sempre a missão de herdar visões e de prosseguir exemplificando e comparando.

Que estranho, certamente, para os nossos dias de televisão e computação, que estranho falar aquele (mesmo na ortografia modernizada), aquele falar de naus e de gigantes, de espadas e de ninfas, de reinos e de Índias. Quanta coisa passou e apagou-se, na evolução das formas de navegar e das de pensar; quanta coisa se alterou, nos mapas e nos homens. Mas algo obviamente permaneceu e tinha de permanecer, pois a história é também o permanecer. Permaneceram, em certo sentido, alguns temas fundamentais do poema: o sentido da aventura, a problemática do poder e da glória, a vida como viagem, os conflitos éticos e étnicos, as grandezas e as pequenezas do inquieto *bicho da terra*.

As imitações que Camões provocou, em gerações de poetas, são um lado apenas da vigência de exemplaridade que sua obra assumiu. A exemplaridade sua, e a de sua obra, são como que a consequência histórica do complexo de exemplos que ele próprio, como poeta e humanista, magistralmente recolheu e genialmente utilizou. Assim se vê como uma obra, realmente significativa em seu tempo, representa do mesmo modo continuidade e renovação: continuidade em relação a linhas literá-

rias que retoma, ou a modelos que revive; renovação no sentido de criatividade, de obtenção de novos resultados, de inauguração de novos conteúdos e novas soluções. E assim também se verifica em toda a história da cultura: os grandes momentos da criatividade do espírito concentram influências e supõem dados preexistentes, mas ao mesmo tempo exprimem coisa nova como combinação de dados e conveniência efetiva. Destarte pode cada homem, em cada época, debruçar-se sobre as obras do passado e reconhecer-se no traço dos estilos, que não se extinguem de todo, e no palpitar dos significados, que são sempre motivos humanos. E pode reconhecer na variedade histórica e cultural, que é incontestável, a parte invariável dos problemas do homem, incontestável também.

O orientador educacional e a orientação vocacional

RUBEM EDUARDO DA SILVA

A principal função da Orientação Educacional na escola é ajudar a promover o ajustamento do aluno como estudante, preparando-o para sua realização como adulto na sociedade. E como dificilmente o indivíduo se realizará como pessoa, na sociedade, sem se sentir ajustado na sua vida profissional, o Orientador Educacional não desempenhará completamente sua missão na escola se não ajudar o jovem a se realizar como profissional. Deste modo, a Orientação Vocacional não é um privilégio, mas parte integrante e essencial do S.O.E. A Orientação Vocacional, além de ser uma exigência da própria natureza do Serviço de Orientação Educacional, é um imperativo da atual Lei do Ensino 5692, como o era das anteriores. Não se pode mais perder tempo em discutir se cabe, ou não, ao Orientador Educacional fazer a Orientação Vocacional na escola. O que precisamos é estudar os meios de o Orientador melhor desempenhar uma de suas tarefas mais importantes, a Orientação Vocacional dos estudantes.

O Orientador Educacional, para dar uma ajuda eficiente aos jovens, deve ter informação suficiente sobre o que implica e significa a escola profissional. E, se a "teoria é uma maneira de organizar e sistematizar o que se conhece sobre um fenômeno" (1), é indispensável ao Orientador Educacional o conhecimento das principais teorias existentes sobre a escolha vocacional. Esse conhecimento lhe dará indicações mais claras sobre o que deve pretender e esperar com seu trabalho.

Principais teorias sobre escolha vocacional

Não poderíamos analisar o problema da Orientação Vocacional na Escola sem abordar algumas das teorias, considera-

das atualmente mais importantes, sobre a Orientação Vocacional.

As teorias apresentam, em geral, pontos divergentes e pontos comuns, e, na maioria das vezes, de algum modo se completam. O que importa para o Orientador Educacional não é se filiar a uma corrente ou teoria, mas conseguir elementos para ajudar adequadamente o orientando a resolver seu problema central: tomar decisões acertadas para uma boa escolha profissional. As decisões a serem tomadas neste campo são por demais importantes, uma vez que delas poderá depender o ajustamento, como pessoa, do indivíduo na sociedade. O que é necessário ao Orientador é um conhecimento geral das teorias para poder se orientar no seu trabalho. Certamente algumas teorias poderão se apresentar mais atraentes, oferecendo mais elementos para uns Orientadores e outras para outros.

Estudiosos nos campos da Socidade, da Economia e da Psicologia têm dado suas contribuições para uma maior compreensão do fenômeno — decisão profissional. A responsabilidade do Orientador é se inteirar dos resultados dos estudos feitos para maior eficiência no seu trabalho.

Uma análise da literatura sobre Orientação Vocacional revela que existem alguns determinantes da escolha profissional sobre os quais o indivíduo não poderá ter controle nenhum ou quase nenhum. Muitos fatores culturais e econômicos, assim como alguns psicológicos, não podem ser manipulados pelo indivíduo no seu desenvolvimento vocacional. Certamente muitas pessoas não fazem uma escolha profissional por falta de oportunidade ou porque para tal não são motivadas (2). Muitos fatores, porém, poderão ser manipulados pelos jovens, no seu desenvolvimento vocacional, se puderem contar com a colaboração de um Orientador Educacional eficiente.

Os estudos, teorias e conceituação no campo da Orientação Vocacional podem ser classificados em quatro grupos: a) alguns afirmam, de modo determinista, que a escolha profissional depende da sorte, de situações acidentais, ou de impulsos

inconscientes; b) para um segundo grupo, a Orientação Vocacional se baseia na combinação das características do indivíduo com as exigências da profissão, é o Matching — Trait and Factor"; c) no terceiro grupo se encontram os que se relacionam a escolha vocacional com teorias da personalidade; d) o quarto grupo focaliza o desenvolvimento vocacional que leva à "auto-realização".

a. *Determinismo na escolha Vocacional*

Para o primeiro grupo não pode haver realmente uma teoria da escolha vocacional, uma vez que não há possibilidade de se predizer o processo para a decisão profissional. Estamos diante da fatalidade e do determinismo. Aqui encontramos, sobretudo, alguns sociólogos e economistas. A escolha profissional iria depender de uma situação acidental, como o local de nascimento, o ambiente em que se vive, a formação que se pode receber, etc. Outros irão escolher a profissão em virtude de determinados impulsos inconscientes. Se tais fatores atuam, sem dúvida alguma, no desenvolvimento vocacional dos indivíduos, a evidência tem mostrado, porém, que não são os únicos determinantes da escolha profissional, em situações normais.

b. *Comparação do que é o indivíduo com o que exigem as profissões*

O segundo grupo — comparação dos traços do indivíduo com as exigências da profissão — representa a teoria mais antiga no campo da Orientação Vocacional. Frank Parsons foi o primeiro a propor uma teoria da escolha profissional, em 1909, com seu livro — *Choosing a Vocation*. Para Parsons, três fatores são essenciais para uma escolha profissional adequada: 1) clara compreensão das características do indivíduo, do seu "eu"; 2) conhecimento das exigências das ocupações e profissões; 3) raciocínio adequado (true reasoning) sobre a relação entre os dois primeiros grupos de fatores.

A teoria de Parsons liderou quase exclusivamente até 1951, quando surgiu Ginzberg apresentando, com seus colaboradores,

a escolha vocacional como parte de um processo que se desenvolve através de uma sequência de estágios. O que os autores posteriores apresentaram está, de certo modo, na linha dos estudos de Parsons que, no começo do século, teve uma visão válida e panorâmica da Orientação Vocacional. Os estudos baseados nas teorias de personalidade, as análises das profissões e as hipóteses e pesquisas sobre o desenvolvimento vocacional têm contribuído para um maior conhecimento dos indivíduos e das profissões. Tornou-se possível então um raciocínio mais adequado no relacionamento dos dois fatores fundamentais para a escolha profissional. Muitas das teorias mais recentes representam um aprofundamento dos elementos apresentados por Frank Parsons.

Uma grande falha neste grupo é não ter levado na devida conta os aspectos do desenvolvimento e da dinâmica da personalidade, para a escolha profissional. Esta teoria exige que os testes de aptidão tenham elevado nível de precisão e validade, o que, infelizmente, não foi ainda conseguido. E, ainda, se supõe algo impossível, em nossa época: o conhecimento adequado de todas as profissões possíveis de serem escolhidas pelo orientando.

Esta teoria tem prestado grande contribuição aos profissionais da Orientação Vocacional, sobretudo na construção de melhores instrumentos para sondagem das aptidões e interesses e para maior compreensão das profissões e do que elas requerem das pessoas.

Podemos, de certo modo, incluir neste grupo a teoria apresentada por Holland em 1959 (3). As pessoas são classificadas em seis modelos ou tipos básicos: realístico, intelectual, social, convencional, empreendedor e artístico. Holland caracteriza cada tipo através de preferências vocacionais, orientação social, interesses e diversas variáveis de personalidade. É feita uma descrição detalhada de cada um dos tipos, com suas características próprias. O Orientador deve, através do instrumento criado por Holland — *Inventário de Preferência Vocacional* — sondar a semelhança do indivíduo com cada um dos seis tipos, o

que indicará seu padrão de personalidade, sugerindo grupo de ocupações para sua escolha profissional. Segundo Holland, as pessoas são impelidas para as ocupações cujos membros têm o mesmo tipo de personalidade.

c. *Teoria da personalidade e escolha vocacional*

O terceiro grupo focaliza a estrutura e desenvolvimento da personalidade como elemento central na escolha vocacional. O grau de satisfação das necessidades básicas é que determina a escolha vocacional. Ao se decidir por uma profissão o que se visa é a redução das tensões criadas pelas necessidades fundamentais de cada indivíduo de acordo com Maslow. Os indivíduos se orientam para aquelas profissões que satisfazem as suas necessidades. No processo que leva à escolha profissional o indivíduo avalia suas próprias necessidades e a possibilidade de satisfazê-las através de uma das várias ocupações que pode desempenhar.

Neste grupo se destaca *Anne Roe*, que afirma ser através da profissão que o indivíduo pode melhor satisfazer as necessidades relacionadas por Maslow, sobretudo a de nível mais elevado — a realização do "eu". Roe sugere que as primeiras experiências familiares de aceitação ou rejeição irão determinar os interesses e a escolha vocacional, influenciando a orientação geral do indivíduo para profissões que lidam com pessoas ou para as que lidam com coisas.

d. *Desenvolvimento vocacional*

O quarto grupo se desenvolveu a partir do trabalho de Ginzberg e seus colaboradores, publicado em 1951 (*Occupational Choice, an Approach to a General Theory*). Estes autores se opõem às teorias dos deterministas que, supervalorizando apenas um conjunto de fatores, consideram o indivíduo como passivo e impotente no processo de sua escolha profissional. São três os elementos básicos da teoria: a) a escolha vocacional é um processo que abrange um período de, no mínimo, seis anos; b) o processo é basicamente irreversível, pois cada decisão, du-

rante a adolescência, é relacionada a experiências passadas e tem influência sobre as futuras; c) compromisso é um aspecto essencial de cada escolha, uma vez que esta implica em um ajustamento entre os elementos subjetivos e a realidade das oportunidades e limitações existentes.

O processo da escolha vocacional é dividido em três fases ou períodos: 1) período da fantasia que coincide com o período de latência e vai dos 6 aos 11 anos; 2) o período da tentativa (escolha provisória) se subdivide em quatro estágios: a) o estágio do interesse, em que o indivíduo faz sua escolha levando em consideração quase exclusivamente os interesses; b) o estágio da capacidade, quando o indivíduo se torna mais consciente da necessidade de introduzir elementos mais reais ao escolher uma profissão; c) o estágio do valor, em que o adolescente se empenha em encontrar um lugar na sociedade; d) o estágio da transição, quando, no fim do curso colegial vai em busca de um trabalho ou se encaminha para a Universidade. Este período coincide com a adolescência, indo dos 11 aos 17 anos. 3) o terceiro período — da escolha realista — se subdivide em três estágios: a) estágio de exploração, em que o indivíduo procura adquirir a experiência necessária para a escolha definitiva; b) o estágio de cristalização, quando o indivíduo, levando em consideração os vários fatores que influenciam sua escolha vocacional, é capaz de se comprometer com uma escolha definitiva; c) e, por fim, vem o estágio de especificação, quando o indivíduo revê as alternativas com vistas à especialização — delimitação final da escolha.

As conclusões de Ginzberg e seus colaboradores foram alvo de muitas críticas mas deram origem a outras teorias e, o que é mais importante, a posteriores pesquisas.

Donald Super, partindo da teoria de Ginzberg, desenvolveu e procurou verificar empiricamente sua própria teoria sobre o desenvolvimento vocacional, que é apresentada como um processo que leva à realização do conceito que o indivíduo tem de si mesmo. Super estabelece a ponte que liga a teoria da personalidade à psicologia vocacional. A função do Orientador é

levar o orientando a formar idéia adequada de sua própria pessoa e encontrar uma profissão apropriada ao conceito que o indivíduo faz de si mesmo.

O desenvolvimento vocacional é um processo contínuo e a escolha vocacional, um processo de síntese. Ao escolher uma profissão, o indivíduo faz uma síntese, levando em consideração suas necessidades e recursos, e as exigências sócio-econômicas do ambiente cultural. O processo de síntese é um processo de aprendizagem da função dos interesses, valores, atitudes e padrões de comportamento que são recompensados pelos companheiros e adultos. O desenvolvimento vocacional vai implicar em uma interação intra-individual e do indivíduo com o ambiente.

Para melhor compreensão da teoria de Super, transcreveremos o resumo que ele próprio apresentou em 10 proposições (4):

1. As pessoas diferem em interesses, habilidades e características de personalidade.
2. Em virtude dessas características se qualificam para determinadas ocupações.
3. Cada ocupação exige um padrão característico de habilidades, interesses e traços de personalidade, com uma margem de tolerância que permite certa variedade de indivíduos em cada ocupação.
4. Preferências vocacionais mudam com o tempo e a experiência, embora haja, de modo geral, razoável estabilidade do conceito que o indivíduo faz de si mesmo, a partir do fim da adolescência.
5. O processo compreende uma série de estágios de vida caracterizados por crescimento, exploração, estabelecimento, manutenção e declínio. O estágio de exploração se subdivide em fases de fantasia, tentativa e realismo. E o estágio de estabelecimento, em fases de tentativa e estabilidade.

6. O tipo de profissão de um indivíduo é determinado pelo nível sócio-econômico de sua família, por sua capacidade intelectual, por seu tipo de personalidade e pelas oportunidades oferecidas.

7. O desenvolvimento se dá pela maturação das habilidades, dos interesses, do conceito que o indivíduo faz de si mesmo, e na medida em que testa a realidade.

8. O processo de desenvolvimento vocacional consiste essencialmente em desenvolver e realizar o "auto-conceito". É um processo de compromisso, em que o "auto-conceito" é um produto da interação das características herdadas, das oportunidades de desempenhar vários papéis e do sentir que o papel desempenhado é aprovado pelos superiores e companheiros.

9. O processo de compromisso entre o indivíduo e os fatores sociais, entre o "auto-conceito" e a realidade, é o de desempenhar um papel, quer na imaginação quer na entrevista de aconselhamento, quer nas próprias atividades da vida real.

10. As satisfações no trabalho e na vida dependem da medida em que encontre recompensa adequada para seus interesses, habilidades, traços de personalidade e valores.

Os elementos básicos do desenvolvimento vocacional são: formação do "auto-conceito", exploração, auto-diferenciação, identificação, desempenho de um papel, teste da realidade, tradução do "auto-conceito" em termos ocupacionais e realização do "auto-conceito".

Continuando na linha das teorias do desenvolvimento vocacional, Tiedeman e O'Hara definem o processo para a escolha da profissão como a moldagem de uma identidade vocacional através da diferenciação e integração da personalidade ao se defrontar com o problema do trabalho.

Tiedemam e O'Hara apresentam um paradigma do processo de diferenciação e integração, distinguindo dois aspectos no problema da decisão: antecipação e realização ou ajustamento. A antecipação se subdivide em quatro etapas: a) Exploração — introdução de uma nova distinção. Diferentes alternativas ou possíveis objetivos são considerados. Os objetivos são afetados pelas experiências passadas, o grau de investimento do "eu" em modificar ou continuar o estado presente, e a ajuda recebida; b) A segunda etapa é a cristalização, que surge após a consideração sobre vantagens e desvantagens, custo e valor de cada alternativa; c) Em seguida vem a escolha, quando um objetivo relevante orienta o indivíduo para seu problema; d) Por fim vem a especificação que é a elaboração e aperfeiçoamento da imagem dos futuros problemas. Aqui o indivíduo se prepara para a ação, tomando sua decisão. A realização ou ajustamento compreende três etapas: a) Indução — iniciação da experiência. O indivíduo começa a ser aceito pelos outros no seu campo de atividade; b) Transmissão — o objetivo do grupo profissional se torna parte do objetivo da pessoa que foi de certo modo modificada; c) A etapa final é a manutenção, que é iniciada com a modificação dos objetivos do indivíduo e do grupo profissional. O indivíduo é considerado bem sucedido pelo grupo. O indivíduo se considera bem sucedido, igualmente. A manutenção não é inalterável mas uma condição de equilíbrio dinâmico.

Vários sãos os fatores que atuam para se chegar a uma decisão profissional. Partindo de uma diversidade de objetivos, através das experiências e da ajuda recebida, o indivíduo chegará, por meio de escolhas sucessivas e dos diversos estágios que se sucedem em um processo de fluxo e refluxo, à escolha definitiva de sua profissão. Diferenciação e integração se repetem muitas vezes no curso da vida do indivíduo.

Gribbons e Lohnes, pesquisando na linha da teoria do desenvolvimento vocacional, publicaram em 1968 as conclusões de seus estudos, utilizando uma amostra de 110 alunos. As idéias apresentadas por esses autores podem ser muito úteis para o trabalho do Orientador Educacional como também para sugerir perspectivas de estudos e pesquisas em nosso meio.

O instrumento utilizado pelos autores é o Readiness for Vocational Planning, que mede as seguintes variáveis: escolha de currículo, escolha de ocupação, verbalização de deficiências e potencialidades pessoais, precisão na auto-apreciação, auto-julgamento, interesses, valores e independência na escolha (5).

Comparando os resultados obtidos, na 8a. e na 10a. séries, pelos alunos observados, verificou-se um crescimento significativo na média e uma maior homogeneização dos fatores medidos pelo RVP.

À primeira vista, esta constatação parece favorecer e fortalecer a opinião dos que acham que a decisão vocacional com relação ao currículo ou ocupação deve ser adiada. Constatou-se, porém, que muitos da 8a. série tiveram escores superiores à média dos alunos da 10a. série. Do mesmo modo uma grande percentagem da 10a. série, obteve escores abaixo da média dos alunos da 8a. Seria portanto desnecessário, para um grupo, retardar o momento da decisão, enquanto o outro grupo nada aproveitaria com o adiamento do momento da adesão.

É mais importante constatar a situação em que se encontram os alunos do que antecipar ou adiar o momento da escolha. Os autores aconselham então que seja identificado o trabalho do Orientador Educacional com relação à Orientação Vocacional a partir, pelo menos, da 6a. série.

É interessante lembrar que as pesquisas, no campo da Orientação Vocacional, nos Estados Unidos, são feitas, em geral, da 8a. série em diante. Para nós, tal conclusão é de suma importância, em face da nova Lei do Ensino que dá ênfase à Orientação Vocacional, com a sondagem de aptidões a partir do 1.º grau.

Embora o número pequeno de casos estudados pelos autores não justifiquem uma tomada de posição definitiva, indica, pelo menos, a necessidade do trabalho do Orientador Educacional no campo de Orientação Vocacional junto a estudantes de menor idade.

É interessante saber que os estudantes, como grupo, vão se tornando mais capazes de tomar decisões vocacionais. Mas é constrangedor constatar que muitos não estavam capazes de tomar as decisões exigidas, deixando de fazer escolhas adequadas, perdendo assim oportunidades que talvez nunca mais possam ser oferecidas.

Tal constatação deve preocupar os educadores, pois os estudantes, que não estão preparados para as decisões que devem ser feitas, poderão ou subestimar suas habilidades e assim perder oportunidades para ocupações onde poderiam ser eficientes e felizes; ou então, superestimar suas potencialidades, o que poderá, no futuro, causar frustrações e desapontamentos. E o mais grave é que nem sempre são os alunos menos bem dotados que se encontram nesta situação.

Tudo isto mostra a responsabilidade do Orientador Educacional no que diz respeito à Orientação Vocacional. O trabalho tem que ser intensificado junto a determinados estudantes que precisarão de maior ajuda para que possam amadurecer e assim fazer uma escolha vocacional adequada.

Gribbons e Lohnes contribuiram com novos conceitos para a teoria do desenvolvimento vocacional. Os estudos anteriores apresentavam um único processo de desenvolvimento como melhor explicação dos padrões observados na escolha da profissão.

De quatro maneiras diferentes podem os indivíduos se apresentar durante o desenvolvimento vocacional.

a) Constância na maturação — é busca realista, persistente e consistente do primeiro objetivo estabelecido;

b) Surgimento da maturação — é a passagem através dos estágios do modelo apresentado por Super;

c) Degenerescência — é a deterioração progressiva das aspirações e da eficiência, seguida de frustração e perda do status;

d) Imaturidade constante — é a fixação persistente em objetivos irreais e fantásticos.

Super, com sua teoria, conseguiu explicar o desenvolvimento, vocacional de apenas um grupo de jovens — os que se situam no segundo tipo acima. É possível que, com estudos posteriores, se possa conseguir mais detalhes para os três outros tipos de processos por que podem passar os jovens quando em busca de uma profissão. Seria possível então, para o Orientador, situar seus orientandos em um desses tipos de processos, para que uma ajuda mais eficiente possa ser dada através do aconselhamento.

As hipóteses sugeridas pelos estudos de Gribbons e Lohnes levam em maior consideração a diversidade dos indivíduos e as suas múltiplas maneiras de lidar com o problema da escolha profissional. Todas as pessoas não terão de andar no mesmo passo, nem pelos mesmos caminhos e encostas. Os que se afastarem da linha prevista não serão considerados desvios da normalidade, mas pertencerão a um outro grupo, com características típicas no encaminhamento da solução de seu problema vocacional.

Orientação Vocacional durante todo o período escolar

A escolha vocacional não é, portanto, o resultado de uma decisão que se toma em determinado momento, mas um processo de desenvolvimento. Não se pode pensar em fazer Orientação Vocacional apenas em determinadas séries ou nível de escolaridade. Isto significaria utilizar apenas os elementos sugeridos por Frank Parsons. Precisamos lançar mão, para o nosso trabalho, das contribuições oferecidas pelos estudos mais recentes. Não podemos esquecer que entre os fatores que contribuem para o desenvolvimento vocacional encontramos a aprendizagem e a ajuda que pode ser dada pelo Orientador Educacional. A Orientação Vocacional deve ser objeto de preocupação do S.O.E. durante todo o período de escolaridade. É claro que o trabalho será diversificado de acordo com o próprio desenvolvimento alcançado pelo estudante. A decisão que o aluno toma, no fim do

curso, por exemplo, poderia ser adequada se tivesse contado com a ajuda do Orientador, anteriormente, na escolha de determinados cursos ou disciplinas, ou se tivesse obtido informações mais seguras sobre os vários tipos de profissões. Os resultados de pesquisas nos Estados Unidos, têm mostrado a necessidade de intensificar o trabalho da Orientação Vocacional mais cedo na escola.

A grande interrogação dos Orientadores Educacionais é de como fazer a Orientação Vocacional desde as primeiras séries. E, quando a Lei 5692/71 diz que "a parte de formação especial do currículo terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho no ensino de 1.º grau", os educadores se perguntam como fazer esta sondagem. O problema é maior ainda para o Orientador Educacional que sabe que as aptidões representam apenas um grupo de fatores determinantes da escolha vocacional. A sondagem que deve ser feita não é apenas de aptidões mas igualmente de interesses, valores e outros traços da personalidade.

Sondagem de aptidões

O grande problema para a Orientação Vocacional é a falta de instrumentos adequados, sobretudo para a faixa mais baixa de escolaridade. Certamente já temos algo em potencial que poderá, se adequadamente utilizado, servir para a sondagem de aptidões. Quero me referir ao que deve ser um instrumento de medida dos conhecimentos adquiridos na escola — as provas de verificação da aprendizagem. Se tecnicamente bem elaborados, tais testes poderão ser de grande utilidade, para a Orientação Vocacional. A observação sistemática das atividades e reações dos alunos é também indispensável no trabalho da Orientação Vocacional na escola. Tais meios assim como as outras técnicas empregadas na Orientação Vocacional só serão úteis na medida em que adequadamente utilizadas.

O estudo de uma das disciplinas do currículo mínimo da formação do Orientador Educacional — Medidas Educacionais — poderá prepará-lo para colaborar com os professores para

que as provas de verificação se tornem medidas mais objetivas deixando de ser apenas avaliação subjetiva. E deste modo poderão servir como um dos instrumentos de sondagem do que poderá o aluno fazer mais eficientemente no futuro.

Informação profissional

Sendo o conhecimento do mundo do trabalho indispensável para a decisão vocacional, o Orientador Educacional deve se preocupar com a informação profissional desde os primeiros anos de vida escolar. Para mostrar como a informação profissional pode ser dada nos primeiros anos da escola de 1.º grau, vou apresentar duas experiências vividas na primeira e segunda séries de uma escola elementar americana (6).

Na primeira série, a professora aproveitou o fato de se encontrar quebrada a perna de uma cadeira de brinquedo, para levar os alunos a brincar de carpinteiro para tentar consertar a cadeira. As crianças constataram, através da experiência, que instrumentos eram necessários e quais as etapas do trabalho, encarregando-se cada uma de determinada tarefa. As crianças foram levadas a discutir as qualidades exigidas para um bom desempenho da tarefa. A partir desta experiência os alunos começaram a falar sobre as profissões de seus pais e vários tipos de ocupações foram analisados.

Uma outra experiência foi vivida na segunda série. A discussão foi sobre o que cada um gostaria de ser quando crescesse e o objetivo era incutir respeito por todos os tipos de trabalho e levar as crianças a compreender como eram úteis os vários tipos de ocupações na comunidade.

Primeiro foi sugerido que cada criança pedisse aos seus pais para descrever o seu trabalho. Cada criança relatava em classe a ocupação do pai e se analisava como as diversas ocupações contribuíam para o bem-estar da comunidade. Por fim, as crianças escolheriam uma das ocupações para, em torno dela, girarem as atividades nas aulas de Linguagem e Matemática. Foi elaborado um jornalzinho descrevendo as várias ocupações

estudadas. Cada criança indicava que ocupações escolhia e a razão de sua escolha.

Estes dois exemplos mostram como se pode ajudar os estudantes no seu desenvolvimento vocacional, se fizermos funcionar nossa capacidade criadora.

Conclusões

Para concluir, gostaria de fazer algumas sugestões aos Orientadores Educacionais e aos especialistas em Orientação Vocacional.

É indispensável e urgente que os especialistas em Orientação Vocacional no Brasil se empenhem no aprofundamento das teorias da Orientação Vocacional para que, aproveitando os resultados dos estudos realizados, possamos, através de pesquisas, descrever as características próprias do desenvolvimento vocacional de nossos jovens.

Sabendo-se que as teorias no campo da Orientação Vocacional são influenciadas pela situação sócio-econômica do meio pesquisado, precisamos, pelo menos, testar as teorias do desenvolvimento vocacional em nosso meio. Infelizmente as teorias resultaram de estudos e pesquisas feitos, em geral, nas classes sociais mais favorecidas. A tarefa de testar as teorias do desenvolvimento Vocacional só poderá ser cumprida se, ao esforço do trabalho cotidiano do Orientador Educacional, se juntar a colaboração daqueles que, na Universidade, devem se dedicar ao ensino e à pesquisa.

Uma outra sugestão é quanto à necessidade de se criar instrumentos válidos para uso na Orientação Vocacional. Quando falo na criação de instrumentos válidos não me refiro apenas à criação de novos instrumentos mas também à validação dos vários instrumentos. Vale salientar que tais instrumentos são usados, muitas vezes, porque se supõem válidos para medir determinadas variáveis sem que tal hipótese tenha sido realmente testada. E para a urgência da criação de novos instrumentos é

indispensável que os especialistas no assunto unam seus esforços, estudando, planejando e elaborando tais instrumentos.

Finalmente, queria sugerir aos Orientadores Educacionais que, no seu trabalho, se preocupem sempre com uma fundamentação científica. A sua atuação junto aos estudantes deverá se basear nos resultados da análise teórica e na constatação dos dados estudados, bem como contribuir para a pesquisa no campo da Orientação Vocacional. Se o Orientador Vocacional tiver sempre uma preocupação científica irá à busca de instrumentos mais objetivos e válidos para ajudar o jovem no seu desenvolvimento vocacional.

Um dos pontos falhos no Serviço de Orientação Educacional é a falta de acompanhamento dos alunos egressos da escola. O Orientador Educacional só poderá avaliar o resultado do seu trabalho constatando como se comportam os indivíduos ao deixarem a escola. É necessário, portanto, um acompanhamento sistemático de uma amostra representativa do universo daqueles que receberam, na escola, ajuda da Orientação Educacional. Se os Orientadores fizerem tal acompanhamento, estarão oferecendo uma contribuição, e talvez um desafio, aos teóricos e pesquisadores no campo da Orientação Vocacional.

É indispensável que haja interação entre os que se encontram entregues ao trabalho direto da Orientação Vocacional e os que devem estudar e pesquisar nesta área. Os Orientadores, em face das dificuldades encontradas no seu trabalho, e das necessidades sentidas, devem provocar estudos, análises e pesquisas daqueles que devem assumir tal responsabilidade.

REFERÊNCIAS

1. Shertzer, B., and Stone S. C. *Fundamentals of Guidance*. Houghton Mifflin Company, Boston, 1966, p. 305.

2. Hackman, R. B. The Problem of Vocational Choice in Vocational Guidance: an Essay. In Adams, J, F. *Counseling and Guidance — a Summary View*. The Macmillan. Company, New York, 1965, p. 233-249.

3. Holland, J. L. A Theory of Vocational Choice. In *Journal of Counseling Psychology*, Vol. 6, n.º 1 (Spring, 1959), p. 35-45.

4. Super, D. E. A. Theory of Vocational Development. In *American Psychologist*, Vol. 8, (may, 1953), pp. 185-190.

5. Gribbons W. D., and Lohnes, P. R. *Emerging Careers*. Teachers College Press, Columbia University, New York, 1968, p. 22.

6. Kaback, G. R. Occupational Information in Elementary Education. In *Vocational Guidance Quarterly*, Vol. 9, n.º 1 (Antumn, 1960) pp. 55-59.

Educação Médica e Saúde

SOCIEDADE — ALUNO — PROFISSÃO

GALDINO LORETO - ARNALDO DI LASCIO

A preocupação em dar ao estudante uma formação adequada às peculiaridades do seu trabalho futuro nesta região levou a direção da Faculdade de Medicina da UFPe a organizar em 1970 uma Comissão com o objetivo de estudar uma reforma geral do seu currículo.

Aos dois autores que, em épocas sucessivas, participaram da referida Comissão, coube a tarefa de compilar uma série de informações consideradas como determinantes básicos do currículo: de um lado, dados acerca da situação sócio-econômico-cultural das populações a serem assistidas, e do outro, informes sobre as disponibilidades em pessoal qualificado na área de Saúde. É o resultado dessa compilação, a par de alguns comentários, que aqui se expõe. Por falta, não poucas vezes, de informações regionais, sobretudo no que se refere à segunda parte, foi necessário recorrer a dados gerais do país, ou mesmo, de outros países latino-americanos, já que o seu panorama sócio-econômico, político e educacional, segundo refere Jacques Lambert, pouco difere do nosso.

DETERMINANTES BÁSICOS DO CURRÍCULO

I — DADOS SÓCIO-CULTURAIS SOBRE PERNAMBUCO E O NORDESTE

a) *Distribuição da População Segundo o Nível Sócio-Econômico*

A grande maioria da população nordestina se situa nos níveis sócio-econômicos mais inferiores. O Quadro I dá a distribuição de uma amostra dessa população segundo o seu nível

de renda no 3.º trimestre de 1968. Nele chama a atenção o fato de 70% dos indivíduos terem uma renda equivalente ou inferior ao salário mínimo da época.

QUADRO I

Nível de Renda de Uma Amostra da População Nordestina

Nível de Renda Mensal	*% da População*
Menos de Cr$ 120,00	70,69
de Cr$ 120,00 a Cr$ 240,00	18,19
de Cr$ 240,00 a Cr$ 400,00	4,70
de Cr$ 400,00 a Cr$ 600,00	2,15
Mais de Cr$ 600,00	3,18
Não declarado	0,99

FONTE: I.B.G.E. — Documento G.E.P.D. n.º 23.

Nos centros urbanos embora a proporção de indivíduos com rendimentos mais elevados seja maior, o baixo poder aquisitivo da população é impressionante, como mostra o Quadro II relativo ao Grande Recife, em que se verifica que 50% da mesma ganha menos que o salário mínimo.

QUADRO II

População de 15 Anos ou Mais, do Grande Recife Auferindo Rendimentos

Nível de Renda Mensal	*% da População*
Abaixo do salário mínimo	50,2
Entre 1 a 3 salários mínimos	34,8
Entre 3 e 5 salários mínimos	7,2
Entre 5 e 7 salários mínimos	2,3
Entre 7 e 9 salários mínimos	1,6
Acima de 9 salários mínimos	3,9

FONTE: SUDENE — DRH — Pesquisa sobre Habitação no Grande Recife (1966 e 1967).

No Quadro III discriminam-se as várias formas de rendimento dessa mesma população do Grande Recife.

QUADRO III

Condição de Ocupação da População de 15 Anos ou Mais do Grande Recife

Tipos de Rendimento	*% da População*
Assalariados	34,0
Conta própria	8,2
Rendas	0,8
Prof. liberais	0,2
Empregador	0,5
Domésticos (sem renda)	23,3
Estudantes (idem)	23,6
Desempregados	9,4

FONTE: Idem.

b) *Condições de Residência*

O baixo nível econômico dessas populações acarreta fatalmente que suas condições de residência sejam muito precárias quanto à salubridade e ao conforto. O Quadro IV informa sobre os materiais de construção das casas da população em geral do Grande Recife e dos trabalhadores rurais da zona da Mata de Pernambuco.

QUADRO IV

Condições das Habitações em Geral do Grande Recife e das dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata

MATERIAL DE CONSTRUÇÃO		GRANDE RECIFE	RURAL/MATA TRAB.
PAREDES	Alvenaria sem reboco	0,7	12,6
	Alvenaria com reboco	54,7	41,1
	Taipa sem reboco	1,8	31,7
	Taipa com reboco	30,2	14,0
	Alvenaria e Taipa	8,9	—
	Madeira	3,6	—
	Outros materiais	0,1	0,6
PISO	Tijolo	0,8	24,9
	Cimento	52,9	18,7
	Chão batido	5,7	56,4
	Mosaico	9,0	—
	Taco-mosaico	9,2	—
	Mosaico-cimento	8,6	—
	Cimento chão-batido	5,0	—
	Taco-granito	4,7	—
	Outros	4,1	—
COBERTA	Telha	94,4	96,5
	Palha	1,7	1,9
	Zinco	0,7	0,8
	Capim	0,3	—
	Outros	2,9	0,8

FONTES: SUDENE — DRH — Pesquisa sobre Habitação no Grande Recife (1966/67).
Fernando Antônio Gonçalves — Condições de vida do trabalhador rural da Zona da Mata do Estado de Pernambuco — Instituto Joaquim Nabuco, 1965.

Vale a pena destacar deste Quadro a constatação de que quase metade (44,3%) das casas dos trabalhadores rurais não possuem reboco, o que sabidamente aumenta o risco da presença de insetos transmissores de protozoozes.

O Quadro V informa sobre a procedência e o modo de uso da água nessas residências acima referidas:

QUADRO V

Procedência e Modo de Uso da Água Consumida nas Habitações em Geral do Grande Recife e nas dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata

		GRANDE RECIFE	TRAB. RURAL DA MATA
PROCEDÊNCIA DA ÁGUA	Encanada	57,5	2,1
	Chafariz	17,0	1,7
	Poço coberto	8,8	15,3
	Poço descoberto	5,6	57,8
	Bomba d'água	2,4	—
	Cisterna	0,4	—
	Rio ou açude	0,1	10,5
	Fonte	—	10,1
	Outras	8,0	2,5
POSSUEM BANHEIRO		82,2	1,8
ÁGUA DE BEBIDA	Natural	37,2	98,7
	Coada	14,7	—
	Filtrada	41,0	1,3
	Fervida	7,1	—

FONTES: Idem.

Merece ser assinalado que 57,8% dos trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco fazem uso da água tirada de poços descobertos, sendo que apenas 1,3% a filtram antes de beber e 1,8% têm banheiro em casa. Mais de 98% portanto, tomam banho em rios ou açudes e bebem água em estado natural. Mesmo no Grande Recife 51,9% da população ingere água não filtrada.

Os Quadros VI e VII informam acerca do tipo de esgoto e do destino dado ao lixo nas residências mencionadas.

QUADRO VI

Tipos de Esgoto das Habitações em Geral do Grande Recife e das dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata

ESGOTOS		GRANDE RECIFE	TRAB. RURAL DA MATA
NÃO POSSUEM PRIVADA		7,9	76,1
POSSUEM PRIVADA	Rede geral	12,0	—
	Fossa asséptica	5,2	—
	Fossa comum	66,5	1,0
	Buraco de despejo	4,6	22,9
	Outros	1,8	—

FONTES: Idem.

QUADRO VII

Destino Dado ao Lixo nas Habitações em Geral do Grande Recife e nas dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata

LIXO	GRANDE RECIFE	TRAB. RURAL DA MATA
Coletado pela Prefeitura	41,9	—
Lançado no quintal	11,1	51,8
Lançado nos arredores	22,0	45,5
Lançado na rua	6,5	—
Lançado no rio ou canal	8,1	0,4
Queimado	5,7	0,2
Enterrado	3,3	0,2
Outras formas	1,4	1,9

FONTES: Idem.

Os números acima dão bem uma idéia das precaríssimas condições de higiene em que vivem os trabalhadores rurais da Zona da Mata, os quais abandonam as dejeções e o lixo, na superfície do solo, em respectivamente 76% e 97,3% dos casos. Mesmo no Grande Recife, 12,5% das residências não têm privada ou possuem apenas um buraco de despejo e, em 37,6% das mesmas, o lixo é deixado sem maiores preocupações na superfície do solo.

c) *Distribuição da População Segundo o Nível de Instrução*

O Quadro VIII dá a distribuição segundo o nível de instrução da população acima da idade escolar do Nordeste em geral, do Grande Recife e dos trabalhadores da Zona Rural de Pernambuco.

QUADRO VIII

Nível de Instrução da População em Geral do Nordeste e do Grande Recife e dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata de Pernambuco

	NORDESTE I	GRANDE RECIFE II	TRAB. RURAL RA MATA III
Analfabetos	39,3	15,2	80,1
Primário	45,7	57,9	19,5
Secundário	12,4	23,1	0,1
Superior	2,6	3,1	—
Não declarado	—	0,7	0,3

FONTES: I I.B.G.E. — Documento G.E.P.D. n.º 23.
II SUDENE — DRH — Pesquisa sobre Habitação no Grande Recife.
III F.A. Gonçalves — Condições de vida do trabalhador rural na Zona da Mata de Pernambuco — Instituto Joaquim Nabuco, 1963.

O que chama mais a atenção neste Quadro é a alta incidência do analfabetismo da população da região, o qual, entre trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco, atinge o índice de 80%.

Este dado torna compreensível que o círculo vicioso pobreza-ignorância-pobreza seja o grande responsável pelas precárias condições de higiene e de salubridade dessas populações.

d) *Estrutura Familiar*

O Quadro IX informa sobre a distribuição segundo o estado civil das populações acima de 15 anos do Nordeste em geral, do Grande Recife e dos trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco.

QUADRO IX

Estado Civil da População Acima de 15 Anos do Nordeste em Geral, do Grande Recife e dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata de Pernambuco

ESTADO CIVIL	*Nordeste*	*Grande Recife*	*Trab. Rurais da Mata*
Solteiros	35,2	42,6	30,0
Casados só no civil	(5,5	(11,9	(9,2
Casados só no religioso	51,2(23,9	47,2(4,7	43,8(23,0
Casados em ambos	(21,8	(30,6	(11,6
Viúvos	5,8	6,9	5,0
Separados	3,1	3,0	1,6
Amasiados	4,7	—	17,9
Não declarados	—	0,3	1,7

FONTES: As mesmas do Quadro VIII. N. B. Em relação ao Grande Recife a pesquisa só apurou as situações de direito, pelo que os amasiados ficaram incluídos entre os solteiros.

Chama a atenção neste Quadro as percentagens relativamente elevadas de casais unidos apenas pelo casamento religioso, fato sobretudo evidente entre os trabalhadores rurais da Zona da Mata. Este fato tanto pode significar um maior apreço, ao menos formal, pela Religião, como uma menor preocupação com um contrato civil cuja principal função seria proteger o direito da companheira e dos herdeiros e bens que no caso não existem.

O Quadro X informa sobre a composição das famílias do Grande Recife e dos trabalhadores da Zona da Mata de Pernambuco.

QUADRO X

Número Total, Sexo e "Status" dos Componentes das Famílias em Geral do Grande Recife e das dos Trabalhadores da Zona da Mata de Pernambuco

COMPONENTES DA FAMÍLIA		GRANDE RECIFE	ZONA DA MATA
NÚMERO TOTAL	1 a 2	3,4	15,7
	3 a 4	15,7	29,1
	5 a 6	25,3	23,3
	7 a 8	24,3	16,8
	9 e mais	31,3	15,1
SEXO	Homem	46,5	51,1
	Mulheres	53,5	48,9
"STATUS"	Chefe	17,3	18,5
	Cônjuge	13,8	15,6
	Filhos	53,3	54,5
	Parentes	8,6	9,3
	Agregados e empregados	7,0	2,1

FONTES: Idem.

Chama a atenção neste Quadro, acima de tudo o grande tamanho das famílias: oitenta por cento das famílias do Grande Recife e 52% das dos trabalhadores rurais da Zona da Mata possuem mais de 5 membros. Como, destes, mais de cinqüenta por cento são filhos, infere-se que à diferença encontrada entre os dois grupos deve ser atribuída sobretudo a maior incidência de mortalidade infantil no segundo grupo.

e) *Mobilidade Social*

No Nordeste, e de modo especial nas Zonas Rurais, tem-se observado, ao lado da extrema mobilidade espacial, uma acen-

tuada tendência à imobilidade social. Entre os trabalhadores da Zona da Mata de Pernambuco, que pode ser considerada como um grupo representativo da população nordestina de baixo nível sócio-econômico, a pesquisa do Instituto Joaquim Nabuco antes citada, constatou que apenas 42,6% moravam há mais de dez anos no mesmo local e que 44%, viviam há menos de 4 anos na mesma residência. Por outro lado, 60% dos trabalhadores exerciam há mais de dez anos a mesma profissão, o que atesta o pequeno índice de mobilidade profissional e consequentemente, social. Para isto parecem contribuir, além dos fatores econômicos — como a dificuldade de acesso à posse da terra, fatores psico-sociais, sobretudo o baixo nível de aspirações, os quais se condicionam reciprocamente dentro de um círculo vicioso de difícil rotura.

f) *Características Culturais*

Segundo comunicação pessoal do sociólogo Renato Carneiro Campos que participou de uma pesquisa ainda inédita do Instituto Joaquim Nabuco, acerca das características culturais das famílias da Zona Rural de Pernambuco, estas estão condicionadas não apenas pelo nível sócio-econômico, como, de modo especial, pela proximidade geográfica e consequente facilidade de comunicação, com os centros urbanos, tanto assim que os moradores de certos municípios da Zona da Mata, relativamente próximos à Capital mas que por dificuldades de acesso permanecem isolados de qualquer centro urbano, possuem características culturais muito mais primitivas do que as dos habitantes de uma cidade qualquer do alto serão.

De modo geral, entretanto, os valores, os interesses e as aspirações dos indivíduos estão em grande parte em função de sua condição sócio-econômica. Nas classes economicamente mais desfavorecidas, sobretudo do meio rural, observa-se que o nível de aspirações é, em geral, muito baixo e que predomina atitude ao mesmo tempo conformista e mágica em face dos acontecimentos da vida. Esta atitude se reflete de modo particular nas crenças populares acerca da saúde e da doença.

g) *Crenças Populares Acerca da Saúde e da Doença*

Numerosas obras têm sido escritas sobre esse assunto, das quais uma das mais completas é, sem dúvida, a de Alceu Maynard Araújo, sobre Medicina Rústica (Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1966), do qual retiramos os dados abaixo, apresentados de modo muito sumário (*).

A Medicina Rústica ou Popular compreende um conjunto de crenças acerca de aspectos nosológicos, etiopatogênicos e terapêuticos. Do ponto de vista nosológico admite a existência de entidades mórbidas desconhecidas pela Medicina acadêmica, como sejam a espinhela caída ou o quebranto. Do ponto de vista etiopatogênico, são valorizados agentes causais mais ou menos mágicos, como o Sol, os Ventos, as trovoadas, os eclipses, o susto, o mau olhado, o agouro, a quebra do resguardo, etc. Mas é sobretudo na Terapêutica que essa Medicina se revela extremamente rica, graças ao sincretismo de influências pré-ibéricas, lusas, ameríndias e africanas. Sob esse aspecto Maynard Araújo distingue uma Medicina Mágica, uma Medicina Religiosa e uma Medicina Empírica.

A Medicina Mágica é aquela que apela para as benzeduras (rezas e gestos), para a simpatia (agoterapia, susto, transferência), para os rituais do catimbó ou toré de influências indígenas (adivinhação mágica da doença, defumação, uso de ervas), para a profilaxia mágica (amuletos, talismão, patuás) ou para o catolicismo "de folk" (promessas, romarias, novenas).

A Medicina Religiosa é aquela que se pratica nos cultos afro-brasileiros — xangôs ou candomblés —, através de apaziguamento de divindades ofendidas, adivinhações simbólicas ou terapêuticas rituais.

(*) Outros trabalhos sobre o tema: Getúlio César, Crendices do Nordeste (Pongetti, Rio, 1944); Eduardo Campos — Medicina Popular (Edit. Casa Estud. Brasil. Rio, 1955); José Pimentel Amorim — Medicina Popular em Alagoas (Depto. Estadual de Cultura, Maceió, 1963).

Finalmente a Medicina Empírica é aquela que confia no efeito curativo de determinados medicamentos, intervenções, banhos ou dietas.

Os medicamentos são principalmente preparados à base de plantas consideradas de efeito medicinal (Fitoterapia) e tomam a forma de meizinhas, chazinhos, lambedores, garrafadas, purgantes, vomitórios, suadouros, cataplasmas, unguentos, etc. Há ainda medicamentos à base de excretos (excretoterapia), como urina, leite de peito, saliva, fezes de vaca, esperma, muco nasal, cerumen, etc. A cachaça representa uma verdadeira "panacéia folclórica", servindo de veículo para curtimento de plantas ou podendo ser misturada a infusões vegetais, ou ainda empregada em massagens ou inalações.

As intervenções são principalmente a sangria e a prótica (aplicação de cautérios ou brasas).

Os banhos terapêuticos são dados com água fria, morna ou quente, com ou sem sal, à qual se misturam cocções de plantas. Além da hidroterapia externa há ainda as lavagens internas ou "chá de bico" (clisteres) com água fervida misturada a preparos diversos (talo de couve, sal torrado, etc.).

As dietas constam de proibições de certos alimentos e da prescrição de outros com a finalidade de curar ou prevenir determinadas doenças. As dietas da Medicina Popular situam-se na mesma linha dos tabus alimentares, ainda tão em voga, mesmo entre pessoas de certo nível cultural, os quais dificultam muitas vezes a aquisição de hábitos alimentares mais sadios.

Os profissionais da saúde que lidam com populações ainda fortemente impregnadas dessas crenças e hábitos primitivos acerca da saúde e da doença, precisam saber compreendê-los e enquanto possível aproveitá-los, em benefício de seu próprio trabalho. Maynard Araújo (pág. 4) refere uma pesquisa sumariada por Foster, a qual constatou que, em oito centros de saúde do México, Colômbia, Peru e Brasil, a frequência da população local dependeu em grande parte da atividade dos médicos e enfermeiros em relação às concepções populares acerca das

doenças. Os pacientes de modo geral evitavam aqueles profissionais que tendiam a ignorar e até mesmo a ridicularizar suas crenças ingênuas, firmando-se muitas vezes ainda mais na convicção de que existem certas doenças que não são compreendidas, e consequentemente não podem ser tratadas pelos médicos. Nos outros centros, porém, cujo pessoal técnico conhecia os conceitos populares, evitando desacreditá-los e, em algumas ocasiões, até, utilizando-os, foi possível conquistar em larga escala a confiança e a colaboração da população local.

h) *Benefícios Sociais — Previdência Social*

O Quadro XI dá os números absolutos de segurados e beneficiários do INPS nos vários Estados do Nordeste (distinguindo capitais e municípios do interior) e as percentagens de uns e outros sobre a população total de cada Estado.

Por este Quadro se verifica que, na melhor das hipóteses, apenas pouco menos de 40% da população de um Estado recebe os benefícios da Previdência Social, havendo um caso (Maranhão) em que essa proporção é inferior a 10%.

Outro fato evidente é a escassa participação das populações interioranas nesses benefícios. Em Pernambuco, por exemplo, onde há a maior proporção de segurados sobre a população total, o seu número absoluto é cinco vezes maior na capital do que em todos os demais municípios do Estado.

II — RECURSOS HUMANOS

a) *Aspectos quantitativos — Produção de profissionais*

A ênfase que os governos dão no mundo atual ao problema da saúde do povo implica em um esforço para melhorar por todos os meios as condições de assistência que lhe possa ser prestada. Entre esses meios se coloca o aumento do número de médicos e de outros profissionais desta área, medida, contudo, que envolve situações diversas e complexas para que essa assistência seja considerada realmente adequada.

QUADRO XI

Números Absolutos e Percentagens de Segurados e Beneficiários do I.N.P.S. nos Estados do Nordeste

ESTADOS	Pop. 1000 Hab.	SEGURADOS				BENEFICIÁRIOS			
		Capital	*Inter.*	*Total*	*% s/ Pop.*	*Capital*	*Inter.*	*Total*	*% s/ Pop.*
Maranhão	3.615	32.882	6.719	39.601	1,1	294.722	60.223	354.945	9,8
Piauí	1.438	20.140	9.461	44.532	3,1	190.454	90.958	281.412	19,6
Ceará	3.914	134.739	23.671	158.410	4,0	912.398	160.290	1.072.688	39,1
R. G. Norte	1.312	36.144	21.602	57.746	4,4	181.857	108.691	290.548	22,1
Paraíba	2.287	33.268	27.414	60.682	2,7	192.454	159.633	352.087	15,4
Pernambuco	4.819	254.509	46.350	300.852	6,2	1.333.904	242.888	1.576.792	32,7
Alagoas	1.420	65.624	2.689	68.313	4,8	415.915	17.039	432.954	30,5
Sergipe	864	39.785	3.134	42.919	5,0	252.730	19.910	272.640	31,6
Bahia	7.054	301.375	86.258	387.633	5,5	1.187.664	339.925	1.527.589	21,7

FONTE: I.N.P.S.

No Nordeste e em Pernambuco particularmente, de acordo com publicações da SUDENE (Dep. de Recursos Humanos), o quantitativo destes especialistas em 1966, era o expresso no quadro abaixo:

A dificuldade encontrada em obter dados de cada profissão constante do quadro, nos obrigou a concentrar as considerações sobre os aspectos em epígrafe, referentes principalmente à profissão médica e também sobre a de enfermagem.

Segundo informações fornecidas pelo Núcleo Integrado de Estudos de Recursos Humanos para a Saúde (NIERHS), o número de Faculdades de Medicina no Brasil aumentou nos últimos vinte anos de 13 para 73. Nesta escala, o número de matrículas foi sucessivamente aumentado, sendo diplomados em 1962, 1.300 médicos; em 1968, 2.653; em 1970, isto é, o ano passado, 3.218; este ano serão mais 3.600 a se formar de acordo com dados obtidos pela Associação Brasileira de Escolas Médicas que estima para 1976 em 5.747 diplomados o que corresponde a um aumento médio de 15% ao ano do número de médicos que saem das várias escolas do país.

Segundo ainda os cálculos sobre o estudo quantitativo feito pelos profs. Mello e Rigatto, da Associação Brasileira de Escolas Médicas, mantendo-se número de admissões em 5.747 com um crescimento populacional de 3% ao ano e dando para o médico uma vida profissional de 30 anos a proporção médico/habitante no Brasil será de 1:1.945 em 1970; 1:1.308 em 1980; 1:1.194 em 1990 e de 1:1.264 no ano de 2000.

Se atentarmos para o fato de que nos países de melhor assistência médica a proporção médico/habitante é de 1:1.000 devemos aceitar que o problema no que se refere ao quantitativo está convenientemente atendido.

Como vem sendo dito e repetido, não há necessidade no momento atual de abrir novas escolas e, sim, de aparelhar melhor as já existentes, sobretudo no que se refere ao pessoal docente. Na verdade a distribuição geográfica dos médicos é que deve ser melhor cuidada. Se há regiões em que existe 1 médi-

PESSOAL DISPONÍVEL NO NORDESTE POR ESTADO E CATEGORIA PROFISSIONAL

Estados e Entidades	PESSOAL EM ATIVIDADES EM 31.12.66								
	Médicos	*Dentistas*	*Técn. de Laborat.*	*Técn. de Raio X*	*Enferm.*	*Aux. de Enferm.*	*Atend. de Enferm.*	*Plan. de Saúde*	*Vis. Sanitária*
MARANHÃO	265	55	15	1	35	59	140	6	5
S. Saúde	102	38	—	1	26	37	91	6	—
M. Saúde	10	2	13	—	6	2	35	—	5
P. Social	153	15	2	—	3	20	14	—	—
PIAUÍ	316	58	13	—	85	123	344	3	25
S. Saúde	114	38	6	—	76	90	262	3	10
M. Saúde	27	4	7	—	9	17	69	—	15
P. Social	175	16	—	—	—	16	13	—	—
CEARÁ	630	157	25	11	51	102	670	8	162
S. Saúde	249	137	—	10	21	59	245	7	119
M. Saúde	55	2	20	1	29	32	390	1	43
P. Social	326	18	5	—	1	11	35	—	—
R. G. NORTE	266	36	8	4	5	21	204	5	11
S. Saúde	67	18	4	4	1	12	145	5	6
M. Saúde	21	1	3	—	4	6	43	—	5
P. Social	178	17	1	—	—	3	16	—	—
PARAÍBA	560	154	20	4	43	115	360	3	35
S. Saúde	247	118	—	2	27	85	220	3	33
M. Saúde	33	4	17	1	10	21	111	—	2
P. Social	280	32	3	1	6	9	29	—	—
PERNAMBUCO	1.431	280	48	28	53	723	1.172	13	96
S. Saúde	652	202	—	27	33	700	996	10	84
M. Saúde	71	—	47	—	15	1	110	2	12
P. Social	708	78	1	1	5	22	66	1	—
ALAGOAS	246	25	10	4	5	14	171	5	73
S. Saúde	54	13	—	1	—	—	114	5	70
M. Saúde	26	2	10	—	5	6	45	—	3
P. Social	116	10	—	3	—	8	12	—	—
SERGIPE	166	23	12	—	9	32	147	2	21
S. Saúde	17	10	—	—	2	20	54	2	6
M. Saúde	10	2	10	—	5	6	69	—	15
P. Social	139	11	2	—	2	6	24	—	—
BAHIA	1.299	231	41	13	84	260	741	5	154
S. Saúde	712	187	5	12	57	208	538	5	136
M. Saúde	22	6	30	—	23	16	147	—	28
P. Social	565	38	6	1	4	36	56	—	—
M. GERAIS	25	4	—	—	—	—	13	—	—
S. Saúde	25	4	—	—	—	—	13	—	—
M. Saúde		—	—	—	—	—	—	—	—
P. Social		—	—	—	—	—	—	—	—

NOTA: Dados da Pesquisa sobre nível e estrutura de saúde no Nordeste.

FONTE: SUDENE/DRH

Dados de junho de 1967

co para 15.000 habitantes, há, em compensação, áreas como a Guanabara onde a proporção é de 1 médico para menos de 300 habitantes, record mundial, no dizer de Hilton Rocha.

São ainda os profs. Mello e Rigatto que, em janeiro de 1970, na reunião da Comissão de Escolas Médicas da A.M.B. esclarecem: no Amazonas há 38 municípios sem médico; no Piauí, 97; no Ceará, 86; no Rio Grande do Norte, 125; em Minas Gerais, 300 e até mesmo em São Paulo há 160 municípios sem médico, o que atesta de modo eloquente a crescente concentração de médicos nos grandes centros. Portanto, comentam eles e concordamos nós ou qualquer pessoa de bom senso, não é a pura e simples multiplicação de faculdades que vai resolver esta desigualdade de distribuição geográfica.

Por outro lado, como é sabido, o médico em qualquer circunstância não pode trabalhar só, mas sempre ajudado pelo pessoal auxiliar, sobretudo quando do estabelecimento de um plano de saúde em que a equipe (médico, enfermeira, nutricionista, assistente social, visitadora domiciliar) deve atuar por igual em qualquer área, urbana ou rural, mais intensamente nesta última onde a necessidade de educação sanitária é maior. A importância destes outros profissionais é também indiscutível.

Salienta-se aqui o papel da enfermeira, por exemplo, profissão que ainda não conseguiu um bom status social. Este fato é de importância por salientar a concepção ainda predominante quanto ao prestígio de certas profissões. Entre nós, é patente a pletora de candidatos pretendentes às escolas de medicina, enquanto sobram vagas nas escolas de enfermagem.

Publicação do NIERHS informa que, no vestibular de 1969, dos 46.226 candidatos ao ingresso nas faculdades da área das ciências de saúde, 38.531 se inscreveram para medicina, o que representa 83% do total. Esta preferência aumenta a desproporção que se pode sentir observando que, enquanto em medicina 9,6 estudantes se candidatam a uma vaga, esta relação baixa a 2,3 para farmácia e odontologia e a 1,1 para enfermagem.

Na mesma publicação vem referido que, no último vestibular já unificado, consideradas somente as Faculdades de Medicina, Odontologia, Farmácia e Enfermagem, verificou-se que houve a inscrição de 5.775 postulantes com a seguinte discriminação para a 1a. opção, medicina: 4.797, odontologia: 459, farmácia: 452 e enfermagem: 67 o que dá as percentagens respectivamente de 83, 8, 8 e 1.

Na VI reunião da Associação Brasileira de Escolas Médicas em agosto de 1968 em Fortaleza, abordando o "Problema da formação de profissionais de saúde em relação às necessidades do país", o Prof. Luis Carlos Lobo, de Brasília, apresentou dados do Ministério de Saúde que estimavam existir em 1963 no país: 35.200 médicos, 26.500 dentistas, 12.700 farmacêuticos; 17.800 enfermeiras; 10.000 auxiliares de enfermagem, não havendo dados precisos sobre outros técnicos da equipe de saúde. Enquanto nesse ano se formavam 1.800 médicos, graduavam-se apenas 400 enfermeiras e cerca de 1.200 auxiliares de enfermagem. É estabelecida, então, comparação com os EE. UU. em que, no ano de 1960, para cada médico formavam-se 4 outros profissionais no setor de saúde. E não se diga que a profissão de enfermagem proporciona hoje em dia baixo atrativo econômico como, de resto, a dos demais técnicos de saúde. No Nordeste, como vimos, existem 370 enfermeiras e 1.449 auxiliares de enfermagem para 5.204 médicos, o que demonstra a carência total desses elementos qualificados e a séria desproporção nesta integração profissional. Alagoas e Sergipe não formam enfermeiras, mas têm faculdades de medicina num desajustamento pouco recomendável.

Torna-se necessário, sem sombra de dúvida, estimular a formação do pessoal para-médico e dar condições para que o grupo venha a se implantar nas várias regiões e possa desenvolver com eficiência sua atividade.

A Universidade atual não deve ter como limites as paredes das escolas e dos laboratórios, mas integrando-se na comunidade e estudando seus problemas tem a responsabilidade de contribuir ativamente para a solução dos mesmos. O plano de interiorização da medicina em todo o país e a expepriência do CRUTAC-PE e R. N. aqui no Nordeste, são exemplos louváveis desta nova política educacional.

b) *Custo operacional educação/profissão*

Sobre os gastos das escolas para a formação de profissionais da saúde, conseguimos apenas os dados fornecidos por uma publicação da Organização Mundial de Saúde onde são analisados por César Garcia despesas de 72 das 135 escolas médicas existentes em 1967 na América Latina. O gasto operacional se elevou nas 72 escolas estudadas a 50.947.222 dólares, sendo que 86% deste montante se destinou a pagamento de pessoal docente e administrativo. Por outro lado, seguindo o critério da desvalorização de 10% ao ano sobre o material permanente e dividindo o montante das despesas acrescido deste fator, pelo número de alunos tem-se que o custo anual do aluno, tirada a média das 72 escolas, foi de 1.340 dólares. Isto, na época, para o Brasil representava aproximadamente 4.000 cruzeiros (quatro milhões antigos) porquanto o gasto total do país, divulgado nesse trabalho da OMS, foi de 10.803.846,95 dólares para um número de 8.928 alunos, dando um custo aluno-ano de 1.210,10 dólares.

Atualmente com o encarecimento contínuo do custo de vida, todas estas cifras devem estar extraordinariamente acrescidas. Infelizmente não encontramos publicação local ou nacional que faça referência discriminada sobre estes custos operacionais para formação de um médico ou de qualquer dos outros profissionais da área de Saúde. Apenas em recente publicação do Boletim da Associação Médica Brasileira (A.M.B.) o dr. Caetano Ximenes refere que o médico brasileiro custa à Nação entre 30 e 50 mil cruzeiros. De qualquer forma torna-se evidente que uma política de custeio do estudo pelo próprio interessado, deva ser cogitada, permitindo, numa operação de distribuição de verbas e financiamentos devidamente planejada, retirando do governo esta atitude paternalista injustificada pela qual nunca o educando se apercebe do justo valor daquilo que vem recebendo.

c) *Projeções para o futuro*

A afirmativa de que se pode avaliar o grau de desenvolvimento de uma população pelo índice de elevação do seu padrão sanitário, cabe como um estímulo para o Brasil. Faz-se necessário, entretanto, que as medidas tomadas para este fim sejam adequadas aos recursos humanos e materiais de que se dispõe. Um país subdesenvolvido deve pensar em desenvolvimento e não em neosubdesenvolvimentismo, ou seja, a preocupação de copiar etapas de paísse desenvolvidos com estrutura sócio-econômica, tecnologia e recursos científicos e culturais de outro padrão. O resultado será sempre um desnivelamento constante. Um continuará crescendo ajustadamente e em proporções cada vez maiores e melhores, enquanto o subdesenvolvido em base forçosamente de improvisações, crescerá um tanto anarquicamente tendo que parar constantemente para reformular atitudes e diretrizes. Infelizmente é o que vem acontecendo. O atendimento previdenciário vem sendo modificado por não estar resolvendo a contento as necessidades da população. Um plano nacional de saúde foi instalado em várias áreas do país e já foi considerado inviável, cogitando-se no momento de uma nova fórmula que ainda é mantida em segredo e deverá explodir como uma bomba!... Oxalá esta venha a dar certo.

Política nacional de saúde há de ser conduzida pelos técnicos. Os técnicos são feitos nas escolas. É sobre o ensino, portanto, que deve se concentrar a atenção dos dirigentes. E quando dizemos ensino (vamos nos restringir ao ensino médico) não queremos nos referir somente aos estudantes, mas também à formação de professores, pois com o aumento de matrículas autorizado nestes últimos anos, sem o conveniente aumento do pessoal docente devidamente capacitado, estamos vendo uma queda no padrão do ensino médico refletindo-se na qualidade do profissional que irá atuar na comunidade. O Prof. Ezio Fundão, perito da OMS, analisando a situação atual do ensino médico no Brasil, salienta o mau rendimento do mesmo, pela instalação indiscriminada de escolas médicas, comentando a oportuna denúncia do Prof. Hilton Rocha na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, de que, pela multiplicação das escolas e insuficiência do ensino em todas elas, está o mesmo sofrendo uma queda vertiginosa em sua qualidade.

O Prof. Ezio Fundão diz que em cidades sem condições de abrigar sequer um ginásio e sem hospital para ensino e trei-

namento, são criadas escolas médicas. O Prof. Manoel Ferreira, presidente da Soc. Brasileira de Higiene, acha que pelo menos até 1980 o Ministério de Educação não deveria autorizar a instalação de qualquer nova escola de medicina, mas se preocupar em melhor aparelhar as já existentes. Na verdade, poderíamos acrescentar que uma boa fiscalização deveria ser feita para até mesmo fechar algumas que, pela maneira como foram criadas, pela inexistência de professores capazes ou vivendo de professores itinerantes, visitantes, tipo "fins de semana" ou como chamam no Sul do país "pássaro marron", não dispõem de estrutura básica pedagógica, de laboratórios ou instalações hospitalares e, portanto, são insubsistentes. O que é de lamentar é que ainda se autoriza funcionamento de novas escolas médicas. O próprio Prof. Newton Sucupira, quando Diretor do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério de Educação e Cultura e um dos artífices, com o Prof. Valnir Chagas, da Reforma Universitária, citado pelo Prof. Hilton Rocha, emite a opinião de que "expandir racionalmente o ensino superior é coisa muito diversa de uma inflação de escolas superiores que, longe de atenderem ao desenvolvimento, às aspirações culturais e profissionais do estudante, podem causar desajustamentos de ordem sócio-econômica e pessoal". O Espírito Santo não possui Faculdade de Enfermagem, mas Vitória conta com duas Faculdades de Medicina. Distorsões desta ordem dispensam qualquer comentário.

Portanto, em qualquer planejamento para o futuro, no que se refere à saúde de um povo, deve-se atender à formação dos técnicos, pensando, como é lógico, no quantitativo mas também e sobretudo no qualitativo. "A qualidade da formação médica no Brasil tem sofrido sensível deterioração" dizem os Profs. Mello e Rigatto, e ainda mais "A decadência sensível do ensino médico brasileiro, não há exagero em afirmar, nos faz viver hoje a maior ameaça a rondar a eficiência da assistência médica nacional e a dignidade da própria profissão". Se este panorama é uma realidade, as autoridades do ensino devem reagir em tempo de determinar as necessárias correções, no currículo, nos modelos de aulas, no critério de avaliação do aprendizado, etc. Espera-se que das faculdades saiam médicos que, como vimos, custam bastante aos cofres públicos, em condições de fazer, se não a medicina integral, profilática e curativa, pelo menos esta última, em vez de ficar a nível de medicina sintomática própria dos países subdesenvolvidos.

Um outro problema da maior importância no sistema atual de ensino, é o do tempo que os professores dedicam à tarefa docente. Na maioria dos países da América Latina ser professor universitário confere elevado prestígio, porém proporciona baixa remuneração, o que torna o desempenho desta função um trabalho adicional ao exercício da profissão. Segundo a publicação da O.M.S. já citada, em 1967 nas 100 escolas de Medicina latino-americanas com cursos completos, prestavam serviço 18.310 professores. Destes, 18,2% trabalhavam em tempo integral, mais de 36 horas ou dedicação exclusiva; 13,4% estavam na faixa de 20 a 35 horas e 68,4% a menos de 19 horas. Por aí se vê que a maioria dos professores das escolas de medicina não faz do labor docente sua principal atividade. Nessa mesma época, no Brasil, em 24 escolas com curso completo, devidamente apuradas, havia em torno de 10% de professores a tempo integral. Existiam 279 professores nesta faixa para 12.529 alunos, o que dava uma relação aluno/professor de 44,9 fora portanto de qualquer modelo pedagógico aceitável.

Atualmente já existe no Brasil o sistema de 24 horas, melhorando as condições docentes, porém o verdadeiramente recomendável para o ensino da medicina é que se aumente o número de professores em tempo integral, com a necessária e adequada remuneração.

Somente dispondo de pessoal devidamente qualificado e aqui não estão apenas os médicos, mas todos os que trabalham no programa de saúde, podem os governos levar a bom termo um plano de assistência sanitária.

Para que se tenha uma idéia da situação em que nos encontramos na macrorregião do Nordeste, no que se refere à saúde pública, vejamos alguns dados publicados pela SUDENE após um Seminário sobre a problemática de saúde do Nordeste, feito em 1971:

— a duração média de vida está estimada em 48 anos e 9 meses sendo 12 anos inferior às cifras calculadas para o Estado de S. Paulo. Nos EE. UU. e Dinamarca são respectivamente de 70,9 e 72 anos.

— a taxa de mortalidade infantil é de 176 por mil nascidos vivos, sendo a de S. Paulo 64,4 a dos EE. UU. de 26 e a da Dinamarca 21,5 por mil.

— as doenças transmissíveis responderam por cerca de 40% do total de mortes calculado para o Brasil em 1964, destacando-se as diarréias infecciosas como as de maior responsabilidade na elevada taxa de mortalidade infantil. Juntamente com elas e perfazendo 90% do total citado, comparecem a pneumonia, a gripe, a tuberculose, o sarampo e o tétano.

— a esquistossomose tem no Nordeste talvez sua maior incidência. Calcula-se em 4 milhões as pessoas parasitadas nesta área do país.

— para a doença de Chagas calcula-se em mais de meio milhão o número de pessoas atingidas pelo Tripanozoma Cruzi.

— a tuberculose tem no Nordeste taxa de mortalidade em torno de 80 por 100 mil habitantes e calcula-se que anualmente surgem mais 30 mil novos doentes. Nos países desenvolvidos essa taxa é inferior a 20 por 100 mil.

— a malária, apesar do eficiente combate, ainda se constitui problema ponderável no Nordeste. Atingindo mais intensamente as zonas rurais, nos ápices sazonais do ciclo endêmico anual encontra-se 40% a mais de doentes.

— adicione-se ainda ao quadro endêmico-nosológico do Nordeste o tracoma, a lepra, a varíola, a difteria, a coqueluche, a poliomielite, etc.

Este panorama sanitário do Nordeste fala por si próprio e só pode ser modificado lançando-se mão dos instrumentos de ação de que dispõe a tecnologia atual, como foi salientado no Seminário referido. O problema é da maior complexidade se se consideram paralelamente os dados sócio-culturais da região, expostos na primeira parte deste trabalho. Para o desenvolvimento de uma macrorregião geoeconômica como o Nordeste, torna-se necessário a participação de todos os setores de atividades, governo, universidades, indústria e comércio e integrada a uma política de desenvolvimento global desta região, o estabelecimento de uma política básica de saúde com todo um pessoal técnico preparado à altura da finalidade, em proporção conveniente e distribuição geograficamente de maneira adequada. É partir para a realização do plano do Ministério de Educação e Cultura traçado para 1970-73 cuja fundamentação está na estrutura integrada, Educação-Ciência-Tecnologia-Indústria e a respeito do qual diz o Ministro do Planejamento Reis Veloso: "É chegado o tempo de atribuir à Universidade Brasileira papel muito mais ativo no programa de desenvolvimento. Nesse sentido como tarefas principais da Universidade destacar em primeiro lugar a definição dos objetivos de Educação no Brasil. Que tipo de homens criar e, em conjunção com as instituições políticas, que tipo de sociedade preparar que seja progressista mobilizando o país para o seu desenvolvimento mantendo identidade cultural e assegurando unidade brasileira. Em 2.º lugar compete à Universidade, articulando-se com instituições promotoras do desenvolvimento, conceber o tipo de cultura nacional capaz de garantir ao país poder de superar o hiato tecnológico e competir no campo internacional. Ainda há atrazo no ensino técnico e científico no Brasil. Em 3.º lugar a Universidade deve exercer função preponderante na atualização científica em todos os campos e níveis desde o primário ao superior. Os currículos existentes se mostram desatualizados e inadequados à vida moderna".

Está certo o Sr. Ministro porquanto não há o que discutir sobre o número cada vez aumentado de estudantes nas várias áreas da educação, condição ligada principalmente ao crescimento populacional mas sobretudo ao fato bem consciente de

todos, de que é através da educação e da formação profissional que o indivíduo atinge uma boa posição social. Essa demanda crescente de matrículas vem pressionando cada vez mais as escolas superiores, criando problemas não fáceis de resolver. Os países da América Latina, de modo geral, ainda se ressentem da pouca diversificação de carreiras, o que ocasiona uma convergência para carreiras tradicionais, direito, medicina, engenharia, ocasionando distorsões que já não se verificam em países altamente industrializados. Por outro lado, o mercado de trabalho insuficiente em variados setores não estimula a diversificação criando um círculo vicioso, responsável por desajustamentos profissionais e sociais. É bem de ver que na década de 60, segundo a OMS, verificou-se na América Latina que o crescimento da população universitária sobrepujou o da população em geral chegando o incremento anual das matrículas universitárias a 9,5%. A escolha de medicina aparece com uma considerável dominância. Assim é que, enquanto a população combinada do Brasil, México e Argentina representa 60% da população da América Latina, nestes três países os estudantes de medicina representam 76% do total desses mesmos estudantes de toda a região. Está claro que um planejamento específico da educação universitária se impõe atualmente e para os dias vindouros a fim de ajustar a problemática sociedade-aluno-profissão.

Muito se há que fazer, devendo sobretudo estar conscientes das limitações ainda existentes e como tal planejar um desenvolvimento adequado à nossa realidade sócio-econômica e cultural.

PUBLICAÇÕES CONSULTADAS

— Lambert, Jacques — América Latina, estruturas sociais e instituições políticas. — Cia. Ed. Nacional, São Paulo, 1969.

— Seminário sobre a problemática de Saúde no Nordeste. Garanhuns 10-15 junho 1967 — Div. Saúde. Depto. Recursos Humanos — SUDENE 1967.

— Garcia, Juan Cesar — Caracteristicas Generales de la educacion medica en la America Latina. Org. Panamericana de la Salud — O.M.S. — 1970.

— Rocha, Hilton — O ensino médico brasileiro atual: prós e contras. Jorn. Ass. Med. Bras. XIII, 553, 1971.

— Ensino Médico no Brasil — Pulso 421; Jul. 1971.

— Mello, Osvaldo C. e Rigatto, Mario — Comissão Especial de Escolas Médicas — Bol. A.M.B. 94, Out. 1970.

— Características básicas das escolas na área das ciências da Saúde. INEP-NIERHS — Rio de Janeiro, 1970.

— Houli, J. e Correia Lima, M. — O ensino médico no Brasil. Simp. sobre Ens. Med. — Rio de Janeiro, 1967.

— Anais da VI Reunião da ABEM — Fortaleza, 18 a 21 de agosto de 1968.

— Ximenes, Caetano — Em torno de problemas relacionados com o ensino médico no Brasil — Bol. AMB 103, julho, 1971.

JORGE WANDERLEY

ADIAMENTOS

POESIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
EDITORA UNIVERSITÁRIA
RECIFE — 1974

Para MÁRCIA

Tem o tempo um saber? Vaga secreta
quebrada às praias do amanhecer,
rindo na espuma a frase mais concreta?
Sabe o tempo esquecer, ante rochedos
visitas antes feitas por acaso
e nunca desvendadas, seu segredo
perdido à flor do mar vadio, raso?
Pode a completa vaga, renascida,
a seu comando pendular — fugir —
a seu destino breve — se ocultar —
e repetir palavras já sabidas
e à pedra da memória devolver
os golpes de inscrever e de gravar?

Sabemos nós, além do que nos toma,
levar nosso passado até sofrer
nas veias o martelo em que se soma
às têmporas o sonho de viver?
Que marca já levamos, nos cabelos,
na pele enxuta, contra o sal dos ossos,
que à morte nos consagra e com tal zelo
que os dedos que cruzamos contra os nossos
já são a própria morte que adoramos
fingindo amor a mortos, como estamos?

Mortos enfim, nesse terceiro dia
a cruzes consagrado, terno enredo,
manhãs ressuscitadas se adivinham
nas fímbrias de umas cores sob os montes;
um pássaro qualquer nos anuncia
o tempo de voltar e o faz com medo,
somente em sílabas, que se encaminham
como asas rápidas para o horizonte:
esta canção é breve e dissoluta,
e breve e raro o ouvido que a escuta.

Pobre tempo de amar, que despedimos
à flecha mais dourada e quebradiça
lançada a um céu que já não consentimos...
Pobre tempo de amar; uma enfermiça
palavra que dissemos, penetrados
de um mal aos outros males destinado:
a cegos olhos vem, já tarde, o aviso
do quanto desejamos, imprecisos,
um sumo de outros frutos, outros ramos.
A baixa nuvem sobe o que sonhamos.

CANTIGA DE RODA

a Luís Afonso Sarmento

E a mim me disseram — "Viva,
no paraíso sempre falta um".
E a porta mais festiva me apontaram,
passagem para todos e comum
a quantos neste círculo de vozes
contra a brisa dirigem seus mistérios.

"Viva", me disseram, "viva,
a morte já nos ronda saturada".
E os cantos eram luz, que me mostraram,
e o tráfego de deusas aclaradas
seguia pela aurora onde umas rosas
pintavam contra a nuvem seus impérios.

Foi o que disseram: — "Viva,
só versos há, perfeitos, neste rumo".
E a mão lhes aceitei, mas eram ossos,
e o fruto lhes colhi — não tinha sumo —
e os ouros que mostravam não brilhavam
nem eram ouro nem o que eu ouvia
de vozes mágicas já me sabia;

— "viva", disseram depois,
sorrindo me disseram, "viva agora
para aprender a dividir a dança
de onde a luz se imagina; mas a aurora
você já vê que é gume de outra lança
e o que nos cabe é o mel de quando ouvimos
as ordens de viver que repetimos".

VIAGEM: O BAR AMARELO

A glória de outros montes hoje está
pousada como pomba em edifícios.
A flauta de antigos pastores
sobre cavalos roda seus ofícios.

Estátuas há, de espadas, de clamores
e de um maestro cravado à partitura:
congelado no pensamento de um acorde
não ouve o grito dos marechais.

A solidão é amarela, neste bar
de amarelas cadeiras já vencidas.
Os inumeráveis movimentos circundantes
são menores que a memória.

Os homens todos ficaram velhos,
todas as mulheres distantes.
Nesta vitrine não toques, não há vida
por trás do vidro: há apenas colocações, como nos
[retratos.

Pobre tosse sofremos nestes ermos
contra o vidro fiel, guardião das cenas.
Ficou noutras planuras uma ode
onde as palavras ainda são pequenas.

Pobre ouvido aplicamos
contra bocas de rocha.
Pobres papéis nos garantem o peito
contra a prisão e as manias do vento.

Não quero esta cidade
onde as gravatas dos velhos são atadas por sobrinhas
e os velhos se eternizam com seus cães
e vão à praia ouvir chegar o tempo.

Não quero, pois o tempo não virá
na barca obrigatória que perdeu.
A morte e o tempo, quero tropicais
numa cidade azul que o sol severo

obriga a ser severa:
uma cidade onde o canto se escute
persistente entre penedos, mas onde os deuses
desapareçam, como os homens,
jovens.

DE UM TÍTULO DE JOSÉ DONOSO

Sempre te quis louvar, obsceno pássaro da noite,
e à tua negra juventude entre colinas
e a teu passeio breve na planura
e às curvas calmas em que te reclinas.

Quanto soberbo estás, que me reclamas
sem nada reclamar?
Como posso na peleja, contra as asas
que te repousas, me desencantar?

Sempre te quis louvar
saído das vielas mais escuras
para pousar no colo de meninas;
sempre te quis e ao teu passado grego

louvar como quem morre, quem se entrega
numa palavra última de si
e de quanto viveu à tua sombra,
pássaro quase morcego

parado numa concha que não provas.
Certeza rigorosa, teu triângulo
se corta entre lençóis que te amenizam
e estás dormindo em tua fúria antiga.

Sempre te quis louvar, inalterado,
em teu silêncio que pousaste quente
mas palpitantes, silêncio de quem
pesou todo o cantar e se consente

à pausa consagrado, sem revoltas,
veludo sobre o trono.
Sempre te quis louvar, pássaro obsceno,
sensível pássaro que vem das chamas.

IRREGULARES, A MEU GOSTO

Se eu sair desta natureza que não vejo,
se ainda mais lamentar este canavial que não entendo,
se esquecer Pessoa, Lisboa e tudo e Tejo
e já não admitir o gume a que me rendo

e se não mais souber que o puro desfastio
é que me mantém vivo ouvindo o que me digo
e não falar dos frutos mesmo sem plantio
e não comprar tão cara a dor que me persigo,

é que já vou somado à cifra dos que morrem
na plácida inocência de imagens vencidas
e devo socorrê-los quanto me socorrem
sorvendo em minhas vidas sua vida.

PRIVILÉGIOS

Ah, maravilhosa criatura marcada na testa
por uma gota de sangue ou uma gema indiana
— é o que dizem.

Não sabem que apontam lanças de metal severo
e meu corpo já marcaram com setas católicas
que me cravam à árvore.

Não sabem que minha condenação estará pronta,
que terei escrito para o meu endereço a palavra morte
e que ela viajará repousada sobre o meu próprio
[sinete.

ENTARDECER. RECIFE, DOMINGO

Varandas, já sem as redes.
Quintais que se encurtam.
Um adiamento de ilusória luz
enquanto a nuvem ronda, ruminando carnes recentes.

E pouco mais: o denso, discutível
benefício de visgo do mormaço
que pelo campo tímido colheu
as últimas inocências.

Na aposentadoria das pensões
onde não chegam notícias, jornais,
o último sol penetra uma janela
para logo ser varrido:

há que manter a sombra muito limpa.
Nenhum sinal de violência nas ruas
e as ruas em sossego pedem frio
ao vento surdo.

As pontes descobrem
que sempre estiveram deitadas.
Que separam margens antigamente chamadas de ilhas
como quem desaparta uma briga.

O mar está longe, a noite vai comê-lo
e estrelas irônicas piscarão à sua memória
e à memória do dia que deslizou ladeira
para morrer cravado entre edifícios.

ESPELHO

Se, meninos, vossa compleição ainda
recorda o leite, mas
se há também em vós aquele recuo que precede
a formação da vaga enquanto um silêncio
de condenados se faz no mundo

e se havendo já uma sensação de perda
que até recorda martírios e leões,
legiões inteiras de conformados,
há também
o ruído da ameaça, o início do lento
movimento da árvore se despenhando sobre
rastejantes vegetais que a cortejavam,
resulta esta dupla face ante o mesmo espelho:
uma
que vem sulcada e do alto de suas cicatrizes
sorri benevolente,
outra
que da extremada maciez e ausência de sinais
identificadores sorri também.

E a culpa cabe apenas
a este equivocado objeto
que não reflete nada mas sabe o futuro e o passado
e a quem procura um deles
sempre oferece o outro.

MATINAS

a Gastão de Holanda

Eis a manhã se empoleirando nos muros;
abaixo deles se aninha ainda a noite.
A linha horizontal divide o galo
da aranha negra já encomendada.

Há plantas que o quintal volta a aprender
postas ao sol escolar, um abecedário.
Pequenos animais de vida inexplicável
rastejam, a séculos do amor distantes

e de outros sentimentos e dos homens.
Um pomar se anuncia por maçãs
e não há orvalho em manhãs assim tão quentes
que fazem ferver as letras do dia.

Há de chegar em breve o jardineiro
com joelhos flexíveis, acostumados
à vizinhança da terra.
Aguados os quintais, sair à caça

de ervas daninhas:
um conceito firmado lentamente
pelas mãos já vegetais do jardineiro.
O dia está. Como se fosse um ano novo,

um século iniciado com luzes,
os verdes de janeiro.

O CONVITE

Olha-me como quiseres, sou para teu olhar
o pasto
por onde ventania agitarás gravetos
e insetos frágeis, desprovidos
do rudimento das asas.

Porém não a mim.

Olha-me com labaredas, num prenúncio que pretendes
[cruel
de meu fim inadiável: nada me move.
Espero à sombra e enquanto espero, as mãos
vão me tecendo a rede à revelia
e aumentam junto a mim alguns poderes.

Olha.
Tua ameaça já li há muitos séculos,
por ela já passei e meu cadáver
não há de compensar tua fome quando acaso
me devores,
hiena
de ridícula audácia votada a mortos.

Os fatos são pequenos mas suficientes,
os lugares são banais mas suficientes,
espero-te à mesa, à calma de coqueiros
e podes vir como peixe no cesto de um
/ pescador:
todas as formas são suficientes.

Teus poderosos servos. o mar e a tempestade,
tuas anedotas, como o suicídio e os naufrágios,
tuas agulhas, teus gânglios aumentados,
teus brancos envoltórios, sorridentes e terríveis
— a todos conheço.

Muitos corpos morri, entre mesuras
que prometiam o jornal de amanhã para me divertir:
neles
procuro o anúncio de meu funeral, tarjado
em tua cor draconiana
— sonâmbula —
que pensas visitar quem te ignora.

Desce de teu terror de plástico:
acorda-me.
Isto que vivo, como os poemas,
terminarei outro dia, em qualquer século,
talvez entre colunas límpidas e louros,
talvez cercado pelo mar inglês e coroado,
ou numa água-furtada de uma rua mal-
[cheirosa
de uma cidade sem nome

ou talvez entre rosas, ainda sob tua sombra assassina,
ou talvez aqui mesmo,

agora.

UM RIO. RECIFE

Nada se sabe do que me revolve
as águas que disfarço das margens
para não perturbar simetrias,
casinholas,
pequenos barcos falecidos na lama
(principalmente um
— verde —
meio adernado
perdida sua alma de barco:
os ratos não precisaram abandoná-lo,
morreu atolado como um trator,
morreu sem a salvação do mistérios das
[águas).

Vou comportado em destinos cartográficos,
previsto em duas marés alternadas,
uma régua fluída que mede o tempo:
mas vejo.

Sei coisas que não direi (como um pomar de braços
que poderia galgar até mulheres nuas).
Sei coisas rudes e miseráveis
resumidas num caranguejo dentro de uma lata
ou gritantes como o corpo que é navio
de ratos, de pequenos insetos.
Não direi.
Mas sei.

Custa caro me devorar a mim mesmo
e ser sempre passado.
Minha permanência é uma proposição insolúvel
mas ao mesmo tempo, cinturão do mundo,
conheço todos os ossos e todas as dores,
incorporo todas as pontes:
esqueço mas não esqueço.
Foi a partir de minhas águas
que descobriram: a memória
é algo destinado à diluição ou à revolta.

PENEDIA

Cada palavra é um último passo antes do mar
embora o adiamento deste salto
ainda me deixe a cor morar nos lábios,
impeça que meus ossos
(como o sal)
imaculadamente brancos se desfaçam
de seus invólucros. Ainda um pouco a doçura.
O lábio ainda não azul.
Não morrerei no mar nem nas alturas.
De ouvir me igualo a todos
e tão partido me divido em tantos
que morro muitas mortes perfilhadas.
Em meus cuidados deixo a vida toda
à cuidadosa transação da boda:
casei com meus anéis
casei com meu futuro.
Imóvel sobre a pedra
me continuo na pedra, que nasce de meus pés
e se deixa beijar por ondas genuflexas.
A pedra generosa e única,
isolada e inicial

foi feita à minha imagem e semelhança
para gáudio de meu antípoda
e glória do meu contrário.

RESUMO

Clara manhã cheia de adornos, a rotinas
dedicada e a uma lembrança antiga
de ultrapassados amores.
Clara manhã de verso obrigatório,
da frase linear de dois jornais
e de um café ameaçado pelo tempo:
passam depressa os domingos.

Passam depressa os castigos, também.
No fim, sobrevivemos aos pedaços,
o rastro da ferida, como a boca
aberto aos ventos, triturando frutos
sangrados sobre a argila que esquecemos.
Tudo nos marca os passos, mas são tantos,
assim vermelhos, tão igual a história,
que mal reconhecemos nossa vinda.

Passamos por aqui, o sangue o diz.
Porém passaram outros, mesma cor
na estrada de papoulas espelhada;
tantos sangraram que esta glória absurda
não nos distingue na manhã casual:
não é senão cantar o mal comum.

Palavras na manhã se dissolveram
ante poderes maiores e sonhamos
o sono do silêncio na algazarra
que está nas blusas onde escrito, AMOR
reveste o peito ainda adolescente:
— uma armadura contra o vento forte
que é traiçoeira, chama a tempestade.

Um velho vê os velhos seus iguais
nesta manhã de notícias inúteis.
Está num banco rico em pedrarias
diante deste mar e solitário.
As ondas que o visitam já se atrelam
ao carro que o convida à espuma, ao longe.
O que ele vê não lhe está nas pupilas,
já não é hora de pensar mais nada.

Um tempo se passou, que o chão recebe
marcado de outras mortes e degraus
estreitos sempre mais e deslizantes.
Como acontece a dramas coletivos
uma barcaça passa longa e alheia
à cor do sangue que transforma a areia.

O MAESTRO ALGEMADO

Amarga matéria de que não me livro,
este caminho é de sombra mas engana
e uma amizade de cacto se disfarça
e ficam transformados em pedra
os risos que iluminaram por um momento
a trança das lianas cá na estrada.

Agora sabedor de seus limões
afago o silêncio destas asperezas
resignado ao verde pobre e repetido
onde tons que acenam para a luz
mal sobrevivem.

Esta prisão onde estive por duas vidas
aos poucos se abre para departamentos do mal
e gradações do mal me guadam avarentas,
me guardam adiado.

Aqui estou, campo verde, verde escuro,
e enquanto caio me regozijo:
a queda ainda não é o impacto
nem é ainda esta ferida o grito
e nem ainda é minha morte a dor.

Rápido flagrante entre rochedos,
o salto é quanto basta
para que eu veja esta praça onde pombos mortos
bebem areia numa fonte vazia.

ELEGIA PRÉVIA

Consideradas essas aventuras
contadas por manhãs, depois do sono;
considerado este país onde se palpam
melhor os intervalos que os objetos;
considerando o mar desses cavalos
à noite soltos e somente vivos
se os passos que refletem são de vidro,
tudo considerando, a mão se fecha
e crispa e crava a garra no futuro
da alma incendiada que persiste
e embora consumida vai às ruas
insolúvel como os peixes destinados
à morte que navegam sem cuidado.

Um dia amanhecemos resumidos
ou condenados a um ritmo.
Algo na pele doura o que vestimos
e os pêndulos do mar sonhamos verdes.
Costuma-se dizer que foi o tempo
com sua costura assassina, tecendo.
Pobre malha pagã, deuses menores
é que respondem por esta manhã.

Nesta em que descobrimos, hora tardia,
todo o trajeto inútil, nos voltamos
para o que foi provisório e nada disse.
O canto que se escuta soa estranho,
madeiras e metais sangram feridos
por flautas sibilinas e mulheres;
pobre sonata de mármore que ouvíamos!
O rumo que seguimos era escada
e agora vemos que não leva a pássaros.

Mas algo como as plantas no lajedo
ou como as lajes mesmas, seculares,
te louva os pés e a sombra, ainda;
serão tão simples estes emissários
por toda a vida? Acaso uma notícia
do repetido adiamento não virá
um dia em carruagens mais aladas?
Agora o desejáramos e é tarde,
agora inconformados já sorrimos
despedaçados como o próprio espelho:
não mais sonhamos e o antigo desejo
nos abandona os ossos, ilumina
aquelas que deixamos, nuvens condenadas
ao éter e a vagar, como nós mesmos.

Aqui na minha altura te recebo
e as ordens cumpro, de silenciar.
Não será por minhas palavras siderais
que o teu olhar deposites na pedra.
Daqui se vê o mar, esta mensagem
que nem agora decifras, já tão alta,
o mar, este segredo da volta.
Nota que ele se adorna e se disfarça
e faz como quem vem procurar palmas
ao pé da praia, verdes coniventes.
Nota o colar, as rendas e a espuma
sonhando embarcações e primitivas
alvíssaras que acordam pescadores.
Nesta visão transitória repousa,
descansa aos meus pés e a plenitude
imagina delicada e um pouco trêmula;
mais tarde o verdadeiro mar verás:
o mar que não sonhara coisa alguma
além do sonho mínimo da vaga.

Tudo considerado e posto, pois, recebo
no meu melhor silêncio a tua vinda.
O pátio deste templo também dita
ordens de vida e plantas e crianças,
crava a bandeira do domingo nas manhãs.
Nada revelará do que já sei
à inocência que trazes, tão igual
àquela com que vim, num século vencido
e sobre a mesma pedra repousei.
A mão se crispa e dizes que é mais uma
daquelas rosas noturnas e tardias
guardando sua luz de amor lunar.
Assim seja. Mais adiante te espero
no país da chegada, onde nos perderemos
talvez por outras palavras,
para que os círculos menores continuem
seu mister progressivo e nos alcancem.
Seremos então numerosos
e como o vento vagaremos, sem eternidade
[e sem origem.

PAISAGEM, COM ELMO

a Maximiano Campos

Pobre cavaleiro de um reino dividido
pobre reino de um cavaleiro dividido
ah, pobres cavaleiro e reino,
pobres passadas cruzais, desencontradas.

Longo caminho, longo e sinuoso,
cercado por montanhas sonolentas,
longas montanhas, sombras repousadas
à sombra tão menor do cavaleiro;

pobre peito de amar do cavaleiro,
pobre pulsar do pássaro escudado,
pobre carne, fiel a seus desígnios
por baixo da armadura enganadora.

Larga manhã, de braços estendidos
por sobre montes abraçando o sol,
larga manhã sem fim cravando à têmpora
do pobre cavaleiro o seu compasso;

pobre país do cavaleiro armado
que montes e manhãs logo amortalham,
pobre país sem braço para a espada
sem pluma para o elmo que olha o chão.

Livre caminho, este desfiladeiro
tão desejada queda esta no abismo,
completo e consumado este direito
à morte e só na morte consumado.

Pobre cavaleiro dividido,
um reino é pouco, é pouco um reino inteiro
para quem dividido se reparte
e na partilha perde a vida como as armas.

O AR EM TORNO

a Ariano Suassuna

O salário da cascavel se faz de sol
e de outros animais e de alguns silvos:
guardado em parte alguma
acumulado em bolsa biliosa
explode todo em morte bailarina
um dia.

Está novamente pobre, depois de morta,
como quando nasceu.
Já não tem caráter nem guizos,
nada mais sabe: é como um seixo
e guarda com as lianas o parentesco do verde
que tinha nas entranhas e agora deita à areia.

É o que a circunda, que ainda respira.
Há algum hálito na boca morta,
um movimento na maxila em férias:
ficamos longe.
Talvez tenha sido sempre assim.
Ela é um nome. Nomes não morrem.

A PONTE

É uma pena que as noites escancarem seu bocejo
de mistura com ameaças de amanhã.
Todas as coisas deveriam começar exatamente quando
[terminam
mas adormecer nos dá lição contrária.

Que reino penetrarei, cuja linguagem
escapa aos meus ouvidos e onde as pessoas
abrem a boca sem som, fazem sinais sem sentido
e apontam aves agourentas que voam por um mar
[ondulante?

Que me adianta este reino cuja palavra esqueci
e de onde não trago moedas nem lembranças,
a não ser o que chamam de sonho e não é senão
a minha versão de uma novela interminada

com personagens mutáveis
e cujo enredo só fará sentido nos assentos da morte?
Que embalo me embala se tão cansado me acordo
e ferimentos reconheço da batalha

que à revelia travei, tão sem sossego?
No entanto começa tudo por uma ponte de prata
e através dela meu cavalo voa
e vê nuvens no pasto e num lago se admira,

meu pobre cavalo narciso
que me carrega a seu inútil paraíso...
Esquece que a volta é uma queda,
um choque vertical e inevitável,

a clara luz que cega, revelada
aos nossos olhos que tentavam fugir.
Por pouco não permanecíamos lá, na sombra,
mesmo sem nada entender...

PARA NÃO FALAR

No parque, em baixo, os automóveis
como túmulos enfileirados, ao repouso
de árvores pulmonares, cheias de histórias
e de pássaros e de acasos
(como um fragmento de jornal molhado).

Tudo isto sem levar em conta
as árvores que já não estão mais e cresceram
como cresci, para o alto e alcançaram a morte
enquanto em minhas médias estacionei
e até começo a me aprofundar no solo.

Tudo isto para não falar de uma simples moeda,
de um episódio que inaugurou a brutalidade do
[mundo
e de que resultaram radiografias
e uma alvar afirmativa de que os meus ossos
estavam íntegros.

Tudo isto para não falar do tempo, que circunda tudo
com seu verniz disfarçado que reconhecemos
apenas quando perdido, irrecuperável,
uma anotação jogada fora
e no abismo revelada: o passaporte.

Tudo isto para não falar na Dama, que move seus
[peões
numa cegueira curva e fina, de foice e lâmina
e invade os mapas feita em mofo, mas permite
que lhe chamemos Amor, Amada, ó mão esquiva que
[na espreita
reserva seu segredo e sabe o nome da morte.

OS ITENS

1. O sol esbofeteia o rosto branco das casas
mas uma sombra modernissima
protege o teto da igreja, que ainda dorme.
Ah, frades favorecidos que tomam café à sombra
enquanto os homens do mercado
recobrem seus peixes com vegetais molhados.

2. Vou à janela para ver o dia
que me visita correto.
Traz o calor, num envelope de plástico
que deixa em meu colo, como quem diz
— Resolva...

3. Belo dia de sol, que detesto,
antigo dia de sol e de praia
e de estar bem, obrigatoriamente:
saudades de ontem, que choveu cinzento,
[fez frio,
tudo me deu, nada exigiu...

4. Não há nenhum tempo para ler poesia
e menos ainda para romances volumosos.
Ainda assim, fósseis antecipados,
escrevemos poemas insolúveis, livros não
[vendáveis,

e nosso nome imaginamos numa estátua
que um dia estará totalmente enegrecida
pela tarefa dos passarinhos
que não podem voar carregados
de tanto peso.

5. Mas um novo dia aí está,
aí os novos passarinhos,
que já começam a cantar, nos ramos finos:
não pensam estátuas, mas nós pensamos neles
e hoje, por tédio ou vingança prévia, dirijo
uma sonora cusparada a seus nomes angélicos.

6. Descido de minha divindade, vejo a mesa
cobertas de livros.
Poderiam ser uvas e vinhos
ou a boca aberta e pasma de um leitão dormido.
Soberbo, manipulo meus papéis,
humano, penso passas e manjares.
Pobre corpo habitado e dividido
por tantos inquilinos.

EPISÓDIO DE JANEIRO

Plácido tempo, este em que nas parreiras
incertos sóis e luas reconhecem
os verdes de janeiro, ora brilhantes,
os verdes de janeiro, uma noturna
consumação de folhas mitológicas.

> Nas águas peixes calmos se repetem,
> repousam seus horóscopos na sombra.
> Alguém, que ao sol dourou tanta energia
> escuta agora o coração pousado.
> Os corpos estão bem, num dia assim,
> na palma da quietude figurado.

São raras estas vozes, as matinas
ao pé de antigas várzeas, estas vozes
imitando um silêncio de mosteiros.
Na ida, dois cavalos se encontravam
e macho e fêmea, uma faísca múltipla
de seus corpos exatos desprendiam:
perfeitos como a relva, como as árvores,
— na terra indispensável inteireza.

Na volta havia um deles malferido
e o outro o percebeu, por menos luz
que de repente o campo declarava:
seu grito lancinante foi de guerra
e dor e de batalhas e de espadas
e um cavaleiro amava seu irmão
e a seu par galopou, desesperado;
parados, reunidos, contra o sol,
na luz se refizeram: o que era sangue
subia aos montes na tarde caída.

Nada mais se inscreveu neste meu dia
sagrado, em paz, de verde e de janeiro,
em que mosteiros vi (que não havia)
e vozes escutei (que não sabia)
e a vida amei no amor de dois cavalos
soberbos, desenhados no crepúsculo.
E acaso não amasse e nem os visse
não viriam agora, do meu sangue?
No entanto foi seu sangue que sangraram,
e com meus olhos vi, meus olhos tintos,
antigos nos ofícios que perseguem;
foi o que vi, que me ficou na carne
e neles me demoro, ao mesmo grito
e ao galope em socorro de mim mesmo.

SE NOVAMENTE

Ah, não dar mais esta espera a mensagens alheias,
não mais tirar do corpo o que o consome
mas que ele exige sempre e que lhe falta;
não mais.

Existirá talvez neste sepulcro
alguma matéria que a química do azar torne respirável
e sendo embora de um verde venenoso
há que passar com ela a outros desertos.

Foi generosa de sombra e vazia de uvas a parreira
que resultou liana
e me apertou os pulmões
no seu amor de aguilhão.

Ah, repelente memória que abre a porta às palavras
e se escoa crepuscular, por entre dedos
sangrados no sol descido: a diferença
é que amanhã ninguém ressuscita

e a pedra vai ficar no seu lugar
e uma ascensão luminosa não haverá
e por tudo isto não há o que conferir.
Todo o passado somado, seu resultado é número.

O número frio que procura uma fronte
em que se inscreva ainda que a faça novamente
[sangrar,
mas nenhuma encontra, já que estão todas ocupadas
por coroas variadas.

A CONSTELAÇÃO ILUMINA TUA FACE

Aquilo que ladra
não é mais um cão.
Alçada a pastos celestes
é tua criação.

Na dependência
deste riso que te desceu às rugas
quantas crianças
a partir do teu rosto errarão a vida?

Teus sentimentos,
que caminhar de selva escura...
Sem rios nem verdades
nem nada que nasce, nem que ecoa.

INTIMIDADE

Intimidade grave e tão precisa
há muito me amedronta:
ergue em teu nome, serpente indivisa,
tua proeza tonta.

Intimidade assim tão delicada
em fera me afigura.
Sabendo embora o rito da cilada
chamo-lhe doce urdidura.

E o prêmio devoro (ou me devora?).
A malha me esclarece
o corpo que se entende agora
real no que esquece.

Sei por que vou mas vou de passo frio
entre as minhas feridas.
Sou tão íntimo de mim como um rio:
cavalo amando a brida,

profeta que estuda o calendário.
Intimidade rude
sei que me toma: e temerário
abraço-a quanto me ilude,

piso sementes sem que lhes veja
qualquer futuro torto
também extinto e que entre tantos, seja
eu mesmo
eu mesmo
morto.

VARIAÇÕES SOBRE TEMAS PESSOAIS ANTES VISITADOS ÀS PRESSAS

1. Duas mãos deverão estar próximas
para fazer a branca
e solitária pomba sobre as águas.
As mãos separadas fazem apenas hemisférios.

2. Uma coluna estará grega
e decapitada, na planície.
Uma paisagem muito visitada
Mas que a ninguém diz o que pensa.

3. As árvores nuas estão saudosas
das bruxas e do caldeirão.
Neste mundo louco as velhas adormecidas
sonham bálsamos definitivos para princesas.

4. As igrejas endomingadas
desaparecem na segunda-feira.
Procurá-las na semana
é como o vazio de um sino.

5. Máquinas, altares, pergaminhos,
a normativa cor destas manhãs.
Aldebarã, procurador de caminhos.
Um colar desfeito, dentro de romãs.

6. Eis um resumo deste mês de agosto
que sempre se reserva truques.
As palavras cansam, os meses não.
Os meses não são obrigatórios.

CINEMA MUDO

Todo o tempo me pesa ao corpo usado.
Trago o passado, malha mais perfeita
para as melhores cadeiras.
Mas sou contemplado

por olhos de assassino: a brincadeira
que mais diverte este menino armado
é me apontar a luz de uma espingarda acesa
a mim, que fui de pólvora moldado.

Por essas e por outras, vou cansado.
Usei palavras de tanta leveza
e nada adiantou: volto à primeira
e costumeira estação.
O trem?
Parado.

VIRGÍNIA WOOLF

Nessa manhã com chuva, assim favorecida
de curvos tons cinzentos e de folhas,
ouve diálogos comportados e contidos
entre formas inimigas
como a sentença e a escolha
achados e perdidos
o teto e a viga.

É uma manhã de março, quase anoitecida,
estreitando o parentesco dos extremos:
algumas semelhanças refletidas
fabricam lagos mansos, continuam
o remo na mentira de outros remos.
Uma tarde cinzenta; uma medida
para alguns séculos que lhe devemos.

Pelas águas expectantes, a suicida
passeia flores úmidas, sabendo
palavras de começo e despedida.
Tem o nariz de damas infelizes.
Tem um vestido longo, dedicado
à vida curta de que vai vestida;
pensa menos o verso que os deslizes.

Ou nada pensa.
Antes escuta, súdita contrita,
um canto que excluíra, recompensa
que agora aceita, reino definido.
Talvez morrendo à mesma imagem, se repita
o roteiro de Ofélia, a mesma sentença.
O rio sonha morder a gaze do vestido.

PAISAGEM NOTURNA

Hoje não posso dormir
porque os passarinhos fazem voltas em torno da
[minha cabeça
e quando procuro o travesseiro
aumentam sua algazarra de protesto.

Sentado na cama, verifico
que lhes sobra mais espaço para as asas
e o vôo se torna largo,
oceânico;
e ficam menos numerosos.

Na realidade vejo que diminuem muito
até que agora somente um
(plano e branco)
percorre majestoso um céu sem nuvens
e já não tem pressa, nem canta.

Seu nome é Silêncio, tem compasso lento,
e seu corpo tende para o infinito dos mares;
é ele quem leva a palavra à linha distante,
a palavra que não dirá como quem ordena
ou como quem pede.

Depositará, apenas, quando chegado
à raiz do tempo, no joelho do horizonte,
seu minúsculo verso:

"amanheça".

SOCIEDADE

Um quadro, a mesa longa destes donos:
os cães entre joelhos se defendem
de olhares que recíprocos desvendam
sua secreta espera, em tudo igual.
Acima deste plano a tábua rude
reveste-se de rendas e o rubi
difunde-se nos copos e no sangue
abandonado da aurora.

A cor negociada por janelas
sabe o destino azedo que a devora.

As mãos são delicadas e insinceras.
Os olhos que aparecem são de vidro
e recriminações pausadas são
disfarce de outras lanças, outras feras.
A refeição adia as insolvências
e o cão mastiga uma fração pequena
da carne farta que o espera exposta
quando soar a trombeta.

Pelas janelas passa já finito
o lume procurando outro planeta.

OS CINCO, O SEXTO

Cansa-me o que vejo, nesta parede onde imagens
se formam por si próprias como deuses
e ficam barbas e nuvens e Dianas caçadoras
de gamos transformáveis em libélulas.

Cansa-me o que escuto, nesta música nada anedótica
onde todos os sentimentos moldam os corações como
/se fossem de barro
para depois arremessá-los contra a espada impiedosa
de um clarim
e resultar no mesmo silêncio de onde partíramos com
dúvidas.

Cansa-me o que toco, usando meus dedos de artesão
ou lavrador, a um só tempo rude e relojoeiro,
ignorando a ruga na pedra ou distinguindo poros
na superfície inconsútil dos espelhos.

Cansa-me o que me vem e chamam de perfume
e lembra a coroa de alguns mortos incoroáveis
e a hipnose que viajou pelo éter até à loucura de
/Ofélia
para finalmente afogá-la e lembrar seu nome a
/Virgínia Woolf.

Cansa-me o que à boca discernida me encomendam
e em ostras ou no vinho se põe a repetir antigo destino
a vermes reduzido, sem que a memória das origens
lhe possa perdoar a execrável alquimia inútil.

Só não me cansa aquele, que chamam de sexto,
/sonhando premonições,
mas que está muito acima de tudo isto, de pássaros
/e de augúrios
e que às vezes me toca no meio da noite como uma
/pluma negra
que encontra na penumbra uma sombra sua igual

e se completa, sem explicações.

PARA AMANHÃ

a Ricardo Oliveira,

que tem o mar à direita.

Nem sempre é o vento que abre estas janelas
E agita vegetais já resignados.
Às vezes, noite-a-dentro, um ser antigo
Surgido de outros montes lança um dado
Acaso tumultuário entre cortinas:
Espírito de amargas caravelas,
Sabor de sangue ao fôlego tomado,
Chega (nem sempre o vento) e busca abrigo
Na sala, pelos móveis, lado a lado
Com rosas e camélias e meninas.

Nem sempre a noite cobre estas montanhas,
Deita olhos negros, densos, no jardim.
Às vezes, entre plantas e canteiros
Dança uma névoa de flores carpida
E noivas anuncia do infinito:
Esta promessa raro se acompanha
De fatos como abelhas e jasmins.
Cobre (nem sempre a noite) o tempo inteiro
Uma sofrida mágica, partida
Em ser e não estar, um quase grito.

Nem sempre chega até meu nome a arte
Para me converter no aturdimento.
Às vezes chega apenas a certeza
Mas com vazias malas, enganada,
Um pássaro empalhado como peito:
Dama sagrada, ainda assim reparte
Migalhas de seu sonho, um rudimento.
Manhãs (nem sempre a arte) da pobreza
Urdidas na rotina palmilhada
Explodem sem ruído e sem proveito.

Ainda assim, nem sempre é de extinção
O canto-orvalho às vezes consumado.
Um globo se imagina todo luz
E, gota dágua, um pássaro impreciso
Pode deixar-lhe acesa a irrealidade:
Dali pode partir um raio à mão
Que serve oculta o bem mais preservado.
Algo (nem sempre o orvalho) assim reduz
O metro de cantares indecisos
Ao casto desencontro da verdade.

"PERFIL DOS ALTOS CUMES"

Como se o anjo nos soubesse as asas
e adivinhasse em nós algo da essência que perdeu
/nos séculos,
e assim traído nos invejasse o cume que alcançamos
com nossas vistas serenas e majestosamente humanas;

como se a nostalgia do que já não tem o fizesse
/amargo
e contra nós voltasse a última flecha de sua aljava
e fosse a flecha menos incandescente que no início
/dos tempos
e fosse a ferida que não nos causara mais uma luz
/que nos acrescentasse;

como se incrédulo tentasse o retorno a si
e não se reconhecendo nos admitisse como somos (esta
obstinação do insuperável que nos vem como uma
/graça
que não desejáramos) e impotente na vingança, viesse

beijar nossos pés, nós o receberemos um dia,
numa espécie de eternidade que só as estátuas
/procuram,
e receberemos seu beijo rendido — que no entanto
a ele nos reconduz e ainda assim o minimiza, por
/sermos amados da morte.

RECORDAÇÕES HAMLETIANAS

Eis que a visão atraiçoa fantasmas:
a tantos reconheço,
tantos me atraem com seu vestuário,
todos traídos pelos meus olhos de morto...

Toco os braços de uma lenda castelã
e provo os lábios azuis da que se afogou
entre camélias vaporosas numa tarde sadia.
Não me culpeis, o vosso amor me tenta...

Eis porque sonho espadas, malhas negras
e um cálice fatal e o veneno que destruiu
o último sonho do rei num ácido licor;
a seus pés estive: era o seu cão

que tudo guardaria para lembrar,
como estive também nas águas, talvez sob uma forma
/repelente...
— não me culpeis, há tanto vos contemplo
que visto em minhas roupas vossas almas...

Mas apenas meus olhos vos seguem
se vos escuto as vozes, repetidas.
Os que me acompanham pensam que eu sonho um
/verso
e eu deixo o vosso verso me sonhar a vida..

LEAR

Meu receio é nenhum e é imenso,
nenhum reino doei às minhas filhas
nem reino tive
e não teria filhas se reinasse:
teria vinhos ácidos na mesa
e um cão feroz que um dia me matasse
para galgar a minha realeza.

À ESPERA

À noite, ao mar da luz de Aldebarã
servimos sobre a areia nossas almas
cansadas, silenciosas, a um deus
que delas não fez uso nem ouviu
nosso canto final.

Um horizonte de algas nos cercava
e sentíamos nossos limites como os dedos
extremados, últimas folhas na invernia.
Um luar, como esgotado, nos ouvia
a respirar, somente, o ar, as nuvens.

Inumeráveis corpos em fileiras,
à beira do mar estávamos.
A barca não chegou, que nos levasse,
a luz não rebentou, que nos queimasse,
ninguém soube ninguém de Aldebarã.

À POESIA ESCRITA POR MULHERES

Tua delicadeza feita de garras
serve suaves lianas que envolvem
o corpo, o pensamento e seus sepulcros
num abraço de cisne e de serpente.

Consideras com cuidado a carne: é tenra,
pensas, é tenra, dizes delicada
e acrescentas que tem a soberbia dos deuses
e veste a inocência da lã;

é tenra, dizes, enquanto as mãos
passeias de enfermeira pela pele
e os dentes entremostras, aguçados,
naquilo que entenderei como um sorriso

— desses que são a última lembrança antes do sono,
o primeiro calor após se ajeitarem as cobertas,
a mão deslizada pela testa
antes de me cravares a dor aguda e luminosa
/da morte.

A VISITA

Escrevo em curioso silêncio
que fantasmas comentam.
Nada escolho ou promovo:
apenas, sereno, escuto
o que me sopram do ombro
e o corvo ou pomba que chegue
saberá do seu destino;
sentirei garras ou plumas
e o suor será de sangue
ou puro orvalho, em minha fronte.

Entra, pastor ou ladrão,
com tuas ovelhas ou máscaras.

Pelo vento, esta cascata,
vem devagar com teus pés
de gato, pelúcia, pluma.
Minha garganta ofereço
(onde a voz não importa).

Entra, que espero a chegada,
tua lã, tuas espadas.

COMUNIDADE

Há nesta concha um pouco da fumaça
erguida casual entre volutas
de rija perfeição:
uma bravata
de exatidão, compasso inescapável.

Curiosos, em torno, estaremos,
amantes de tão cara simetria.
Um ser misterioso igualaremos
(que se despe a armadura que vestia).

Na concha a mesma história há do anzol.
Seremos sem rudeza, primitivos,
reduzidos a peixes, recifes, cantigas
e ao regimento do sol.

Depois, à noite, uma luz primária
— talvez de velas —
servirá a que sonhemos com palavras
e vivamos caravelas.

MÁXIMAS INSOLÚVEIS

O corpo é numeroso,
a voz também.
Ainda assim, uma vida
resulta pequena.

Uma única árvore
desfolhada no campo:
os pardais se disputam
um galho quebradiço.

Uma única forca
no deserto do tempo:
mas todos os homens procuram
esta gravata.

Todos continuam, tenazes,
fazendo filhos.
Todas as formigas recomeçam
até o inverno seguinte.

A vida resulta pequena
como os destinos dos barcos:
— o mar, que devora para o silêncio,
ou os esqueletos na praia.

O remo e a sombra do remo:
um para o outro vive.
Quem vive mais?
Não sabemos

e nem saber desejamos.
Sou real nos meus espelhos
sou palpável nos meus fumos:
também por isto resulta

toda uma vida
pequena.
Algo, em algum lugar,
vale ou não vale a pena.

O OLHAR EM TORNO

1. A seção áurea dos livros,
da janela,
de duas portas,
da caixa de fósforos, da embalagem
eficientíssima dos cigarros.
Certas linguagens:
"precisas voltar a mim"
"as melhores páginas não me viste"
"deixa-me de vez que te mato aos poucos"
"incendeio crianças — não auroras".

2. A "fina ponta do prazer", que não se gasta,
e se fabrica aos milheiros
e dura a vida inteira
não sabe, quando escreve a palavra
vergôntea
que embora mínimo, o peso dos pássaros caídos
há de tingir de sangue o papel.

3. Ai, manhã desocupada,
quanto me podes, que não te posso,
quanto te espero,que não te faço,
quanto te quis e não comemoro.

4. A limpeza do soalho é perfeita,
não se nota o luar que dormiu neste retângulo
sem deixar dobras, como em lençóis.

5. As paredes, não.
Estão garatujadas pelas crianças
que assim dão seu primeiro passo científico
para um dia derrubá-las com um olhar, apenas.

6. Ainda não voltaram do colégio
onde aprendem a escrever, às custas
de uma perda maior;
voltarão ruidosas
clamando pelo almoço rotineiro:
mas para elas é como se voltassem de viagem.
Nunca viram o que vêem todo dia.
Ainda lhes resta algum tempo.

COISAS DE TESTAMENTO

Não façam
nenhuma cerimônia em que gravatas
apertem mais o pescoço dos vivos,
já suficientemente comprimido por dívidas
e pelos mortos da família e distonias;

nada que obrigue a terra a involuntariamente receber meu corpo remido e que nada
teve em vida a ver com ela (exceto
por alguns episódios de jardinagem
e a compreensão de uns poemas campestres).

Não pensem
nenhuma imagem que me invoque o humor
embora este bálsamo tenha retardado
minha descida aos porões.
Não devo sorrir a memória alguma.

Muito menos recordem minhas intolerâncias
e o caminho negro que às vezes tomei
e me afastava do pomar das palavras, me levando
para o ácido sombrio que bebi
mais frequentemente do que se imaginou.

Não busquem
explicação para determinados poemas
que acaso terei deixado entre livros alheios
e anemiados apagaram tudo
o que os donos da matéria haviam feito:
há inegáveis contaminações em certas
/contigüidades
e uma palavra enferma epidemiza uma página
/inteira.

Não vejam
qualquer sinal premonitório nos meus últimos
/dias:
esta adivinhação é mais antiga do que a vida
e foi minha vizinha — conjugalmente —
por todo o tempo.
Para a morte
caminhei sempre sem tréguas,sem esquecimento.

O sal de meus ossos não será próprio
para iluminar canteiros.

CHUVA

Vi quando passaste ontem
e não eras senão um longo vestido transparente:
a relva mudava de fisionomia
depois de visitada por teus pés levíssimos.

Eram cinco horas da tarde,
estava o campo verde, visto do alto,
deslizavas como uma fada
um passe de mágica impossivelmente lento
um milagre
o que poderia ser para alguns a presença de Deus.

O campo te esperava, oscilante
em pequenas ondas, que transformavas
com passar, em meninos premiados
pelo desmantelo em que deixavas
as juvenis cabeleiras.

Era de um edifício alto que te via
organizada
como não te poderia ter visto se estivesse no solo.
Foi como se te flagrasse nua.

E ante minhas vistas foste embora
sabendo que não mais estavas incógnita
nem velada;

mas foste lentamente
sem que te dominasse qualquer vergonha
ante teu súdito espião,
rainha despida.

CHEGAR, CHEGAR

Não te invejo o condão, manhã limpa de artifícios,
que o mar incendeias para que peixes se aprofundem
e o céu desabres para que o sol se estabeleça
em seu grito contínuo que dá saudades da sombra.

Não te invejo a modéstia, pequena tarde atenuada nos
/bairros,
com mares já hostis e sonolentos jornais envelhecidos
precocemente; não te invejo a modéstia de afazeres
/domésticos
lavada no sangue de heroísmos ausentes.

Não te invejo o estertorar, sol-posto entre ferimentos,
que sangras horizontal enquanto te arrastam
e deixas os dedos rubros desesperados
nas últimas muralhas deslizados e ainda quentes.

A ti sim, intrigante, invejo os malefícios;
a ti, que tudo podes, me dedico e aos teus desígnios,
e negra como estás por ti navego meu barco sem
/vontade,
amante de escutar qualquer condenação.

OUTROS ELOGIOS

Principalmente, falar cada vez mais baixo,
até que apenas entendam o movimento
dos meus lábios mágicos

e certas palavras
— mais curtas —
leiam na minha pupila.

BÁRDICO

Toca de mão leve o coração da primavera
e vê que a neve se fabrica de tuas invenções de nuvem
e luz no inverno um sol intempestivo só porque
teus dedos como setas apontaram pássaros radiosos.
Mágicas manhãs perdoam a tempestade que deixaste
/fugir ontem
agora que teus olhos recordam a relva e o campo.

Anoitecerá em poucos olhos se a lanterna estiver
/pulsando
ao sabor da brisa que respiras e se o vinho do
/crepúsculo
no rubro das papoulas recortar sua canção
esquecido de sabres
e da marca mais simples da morte — o sangue.

Circulará na seiva dos teus rios, uma
esperança de planura e será claro o futuro das
/montanhas
e será tenra a fruta que imaginas
para dourar o verde que abandona a vaga sombria
e vem se enternecer ao pé dos vegetais.

Um dia, como se estivesses sempre certo do teu corpo
e do teu coração perecível tornado eterno e sem
/desgaste,
um dia
como se abrisse a alma os braços que perdera
por vias de infernal monotonia e pálidas promessas,

um dia
poderás fazer como te digo agora, antecedendo tudo,
e tocar de mão leve o coração da primavera,
de onde sai a força que perpetua em palavras os
/pássaros
e onde a amável memória espera ansiosa
para a um sinal se abrir e desdobrar
no espírito da paz narrado pela boca das flores.

RECEITAS

Retorne ao campo, de onde você veio
trazendo na cintura o aroma de plantas
selvagens e por isso mesmo dóceis;
há um excesso de metais nestas avenidas,

nesta cidade onde não se imagina o orvalho
e os dias não amanhecem: recomeçam.
É verdade que algumas cores foram preservadas
mas objetos esdrúxulos as transportam

de nada para nada. Com o tempo
você vê tudo em branco e preto
como nos pesadelos

como na memória da sua vida adulta
já despida dos amarelos antigos
de quando você e o tempo, amantes, se ignoravam.

PASSE O DOMINGO

Passe o domingo à margem dos canteiros
onde sementes dormitam, retardando
seu descaminho floral para a manhã;
passe o domingo

às margens deste rio, onde peixes enérgicos
se dirigem com ansiedade para o fim próximo,
na cascata que termina em rochedos sua escadaria;
passe o domingo

à margem desta rua, onde passa, domingueiro, um
/cão,
e um quadro se compõe para dar a tudo a certeza
de que o tempo parou e todas as dores adormeceram;
passe o domingo

à margem de si mesmo, como se fosse possível
conceber tal solidão: aquela
que ausenta de si mesma sua origem,
uma solidão sem clausura e sem memória.

OS ÚLTIMOS

Alguns ainda têm algo a dizer
e o fazem como se o mundo começasse em sua boca
e brilha nos seus olhos um lume que reconheço
embora já não possua.

Também já fui dragão como eles
mas não lhes antecipo o destino:
silencio.
Também já fui dragão,
agora sou apenas uma lenda ou uma estátua
e é a saudade de mim que lhes incendeia o olhar.

ANTECIPAÇÃO

Um caso de velhice:
o que esta árvore
procura mencionar, se perde em ramos secos,
frases sem palavras.

Já ninguém a entende.
Já não recorda crianças
e entre elas, uma, especialmente,
que a olhou com fixidez

e a ela se comparou por toda a vida
sem imaginar que lhe veria a morte.
Portanto é também agora
um caso de morte:

morreu antes e para cima,
dirigiu a nuvens o esgar de estátuas
em que se confinou.
Mas não é um rígido caso de estátua

com uma história singular;
é um caso de árvore, de árvore morta
depois de beirar o sangue na seiva,
depois de imitar o sonho na brisa.

ENSINANDO A NÃO NADAR

Tome o tempo nas mãos,
este
    pássaro molhado,
esta
    vela que vacila e promete
e
    espere,
o que é apenas deixá-lo em paz.

        Não se pode garantir que algo se escute
        ou venha de onde não havia, o bem, uma
                /palavra,
        mas
        há-de alguma coisa acontecer de estranho
    como
        ficarem os rios a ver correrem as margens,
        chegar ao fim o azul que nuvens inertes
                /contemplam,
        beijar teu nome um ferimento que temias.

(Única recomendação, o cuidado
para não sufocá-lo,
não deixar que escape
e de uma ou outra maneira ilume os campos da noite).

ALQUIMISTAS

Há alguém, já disseram, no oceano,
nadando contra a vaga.
E alguém que ainda respira esta bruma
que vem da vela de naves antigas.

Há alguém aguando o lajedo
e educando pássaros que deverão
povoar o sol para fazer justiça
às árvores incandescentes que lá estão.

Há alguém que penteia os cabelos do morto
e fuma um cigarro que não terminará.
Há pintores furiosos pintando edifícios,
desesperados das telas, pintando palavras

desesperados das cores, pintando poemas
cansados de ouvi-los, esculpindo
no mármore uma enorme sinfonia
para fazê-la explodir quando amanheça.

Há alguém caminhando na viela,
alguém no último ramo da macieira
para a maçã que o vento esqueceu de roubar
a este último olhar que adoro e me acompanha.

AQUI, NO FIM

Desceu de altares que ninguém visita
há muitos anos, a noite.
Veio vestida do silêncio alheio
banhar teu pobre peito machucado,
a antiga fonte que julgavas morta.

Pois te descobres viva, logo escutas
os séculos, passando.
No teu aturdimento estremeces
além do tempo e dos segredos do musgo.
Ttua memória já é uma casa que recusas.

Não te repousa o ver teu sangue
dar a todos os objetos uma alma que não tinham?
Nem saber que só um áspero passado
te traria até este lugar
onde a espereza perde seus cavalos?

AS SENTENÇAS

um ciclo de
oito poemas

. . . "The townsman thought him miserly and simple,
Unhappy poets took him for the truth,
And tyrants held him up as an example".

W. H. Auden
(Sonnets from China — IV)

A PRIMEIRA SENTENÇA

O perdão vos demando
pois sabeis muito bem o que fazeis.

Acaso não soubésseis, não me haveríeis
posto aos quatro ventos, pleno,
entre essas cruzes, que são três

como eu mesmo;
nem os pés me cravaríeis, com matéria
até então equivocamente concebida
para a feitura de mesas e bancos
que eu mesmo fabriquei antes de me revelar inútil;

nem sobre a fronte me estariam palavras
de que vivi e divulguei como se fossem gemas
e aos cinco mundos vendi para inventar poetas

nem sobre o corpo, muito ao descurado,
o manto alvíssimo
de fazer pombas
me haveríeis manchado, com um sangue talvez meu,
talvez delas;

nem esta lança que feriu meu flanco
seria tão exata, impulsionando
meu corpo mais depressa para a morte
como um pé sobre o ombro do afogado;

nem haveria sombra nesta hora de vossa glória
que por certo desejais mesmo obscura e modesta;

nem haveria pranto de tão poucos
e pássaros mais fiéis recobririam meus ombros
com suas penas mais verazes do que as minhas;

nem haveria esta perpetuidade de estátuas
com a função de me repetir à dor dos séculos
e muito menos essa tentação de falar em meu nome

que ocorre àqueles que apenas entenderam meus
/versos.

A SEGUNDA SENTENÇA

Ainda hoje estarás, à sombra de todos os tempos
e de todas as memórias, posto à parte:
ali será o país em que vegetais
flutuam no ar como as algas no mar
e a brisa é mais leve que o silêncio marinho.

Ainda hoje estarás, comigo,
ligado por algemas como flores
atado por lianas como nuvens
zelado apenas pelos horizontes:
um claro amanhecer que se decifra
às brumas ultimadas, um sereno
saber que não te cansa e a nada obriga.

Ainda hoje estarás comigo no paraíso,
onde não mais perseguiremos o corpo
confinado
a seus parcos limites: um arbusto
que menos que um arbusto se desloca
e mais do que podia, imaginou.

Ainda hoje
terás as mãos sobre objetos e invenções
que teus olhos imaginosos conceberão
para doar: um furto aos homens, uma declarada
escolha só a pássaros servida.

Ainda hoje estarás: não haverá
nenhum sinal de dor onde eram cravos
de ferro novo nos teus pés, nos meus.
Alguns nomes podem se conservar pelo caminho,
mas serão flores, agora e mais suaves:
coroam mortos, como nós seremos,
mas estarão sandálias, neste rumo
por onde iremos.

A TERCEIRA SENTENÇA

Um filho fui que tanto amargurei
quanto presto parti, ao meu destino:
se às lágrimas de ti me abandonei,
outras de mim guardei, desde menino.
Agora deixo, mulher, o teu filho
que a dor também me tem, mas sem poderes
e humilhar-se não pode quanto humilho
o mundo que me estás ao me perderes.
Que o filho te receba, filho agora
e irmão e filho meu, há tantos anos:
que seja minha a noite que ele chora,
que sejam meus enganos seu engano,

pois filho e mãe vos faço quando é hora
de recobrar-me em mim, divino e humano.

A QUARTA SENTENÇA

Nesta hora, cuidas que o rio corra a mesma direção
para que as margens sejam sempre direita e esquerda;
cuidas que haja montes simétricos e entre eles,
lençol, repouse o vale, para os olhos;

cuidas o que a tudo lembra acerto, medida justa
e a estatura dos homens preconcebes
para que não haja muitas cabeças entre nuvens
e poucos se despenhem no abismo à esperança de voar.

Mas que posso pensar contra esta barra
de ferro que me oprime o peito e quando sinto
a dor, a dor humana lançada a mim
        por tua vontade
        por julgares que assim
mais lúcido me elevo à minha divindade?

Só penso a dor, uma dor de pele e ossos,
distante de meus pássaros, meus versos:
a dor que me fabrica
e nas mãos meu barro esmaga impiedosa
como a menina louca faz bonecos.
A dor sou eu! Por que me abandonaste?

Pára-me o que pensei e achou a vida
à forma de animais, em luz, nos frutos
e como me ordenaste, regulei
para seguirem juntos e ligados:
agora o que lhes tenho é desespero
e abandonado deles, me despenho
nesta queda sem fim, de cruz tão baixa.

Fiquei, como eles mesmos, tão pequeno

que só neste amargar a dor tão nova
me reconheço;
herdei o que doara nestes cravos
e quanto te arrependes no meu corpo
assim também lamento o que pudera;
de tudo esqueço, porque estou sozinho
entregue à dor, entregue à dor, que é simples.

Mas por que não me agridem, como faço,
nem se rebelam contra mim, que os deixo
para morrer apenas o meu corpo?
Que ao menos me dissessem, como digo,
feridos deste mal, de igual terror
— meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?

A QUINTA SENTENÇA

Agora é hora de sol:
tenho sede.
Pobre boca que sabia versos...
Agora tem sede.

Meu corpo, perpetuado
como se fosse abraçar montes,
não faz nenhuma sombra:
a pino, o sol martela; tenho sede.

Uma tonsura, sinto, se crava
em minha cabeça perfurada
pelo dardo de luz vertical.
Meus olhos não vêem nada. Tenho sede.

À noite, reposto à sombra,
talvez sinta o frio
que sobe pelos montes, peregrino.
Talvez então esqueça tudo.

Mas agora sonho um rio,
sonho lagos, sonho cântaros,
reduzido à sede, à sede, apenas,
esta palavra agreste que me envias.

De nada sei, nada soube,
não fui pescador, esqueço a rede,
não multiplico peixes: penso as águas
e tenho sede, tenho sede, tenho sede.

A SEXTA SENTENÇA

Para que os vermes cavem os seus túneis
tudo está consumado.
Para que os mortos chorem os seus vivos
tudo está consumado.
Para que a chuva insista em dar vida à relva
tudo está consumado.
Para que o mar faça peixes dos homens
tudo está consumado.
Para que escrevam meu nome
tudo está consumado.
Para que alguns se arrependam
tudo está consumado
tudo está consumado.

Mas nem tudo foi dito nem escrito.
Nem tudo está sabido ou compreendido
e dúvida haverá pelas balanças.
Levo e não levo o bem, não vou restrito
ao mundo das metades, dividido.

Pesa-me o flanco à dor e à luz da lança;
mas o quanto de mim já se eterniza
abre-me a calma à noite que agoniza
incomum, incomumente e ao meu lado.
Para que não saibam: silêncio;
para que não sintam: não penso;
esqueço o peixe, a cruz e a fala
que tanto parecem claros
mas são segredo velado: nem tudo

está consumado.

A SÉTIMA

Último fôlego ao frágil pulmão da vela,
última pluma a resistir ao frio,
última lã para negar a tosquia,
em vossas mãos encomendo meu espírito.

Agora já não há mais dor, nem há sede,
acalma-me um zero infinito
e desço quanto ascendo, em meu caminho findo:
em vossas mãos

encomendo meu espírito múltiplo,
vegetal, mineral, humano, líquido,
em taça que ofereço com silêncio.
Em vossas mãos

encomendo, para que julgueis,
o espírito de quantos fui, por estes anos,
e pelo que deles vi nestes minutos
de dor.

O espírito dos outros, desvalido,
em vossas mãos encomendo pelas minhas
— onde o metal que me cravaram
vai feri-los
e neles ficar sangrando.

(A OITAVA SENTENÇA

Que paraíso amável me custou
falar do paraíso.
Que amores descarnei, para falar
de quanto amava e não era preciso.

Nem tanto às mãos me entregasse
e aos olhos me desse...
Sagrados interiores desvendei
que a luz do mundo empobrece.

Mas mesmo assim, um vegetal na pedra,
cercado de um futuro rude,
minha sentença verde expedi
à sombra circundante, quanto pude.

Ai, poucos pássaros foram fiéis...
Que laje me perdoa?
Acaso sabe o morto de seu mal?
As mortes que me encontro, encontro boas...

Curta viagem, ferida
num raio, de outros raios desgarrado:
a única certeza foi a brida
ferindo a boca do cavalo errado.)

Composto e impresso nas oficinas gráficas da
Editora Universitária da Univ. Fed. de Pernambuco
Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 — Eng. do Meio
Fone: 27.03.58 — 50.000 - Recife - Pernambuco